



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria de Defesa Agropecuária



MEMO CAO/SDA Nº 34

Brasília-DF, 29 de março de 2010.

Ao: Serviço de Protocolo e Expedição – SPE/DCA/CGSG/SPOA/SE/MAPA

Assunto: Encaminha documentos para autuação.

Prezados Senhores

Solicitamos os préstimos de V. S^a. no sentido de autuar a documentação anexa e posteriormente retorná-la a esta CAO/SDA, Anexo, 4º andar, Ala “B”, sala 451B.

Interessado: SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA-SDA/MAPA

Documentos: ROL DE RESPONSÁVEIS DA UG 130007, RELATÓRIO DE GESTÃO E ANEXOS.

Assunto: RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2009


JONAS BANDEIRA DA ROCHA
Coordenador de Apoio Operacional - CAO/SDA

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2009

Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13, IN/TCU 57/2008)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis (art. 10 da IN/TCU 57/2008).	Fl. 03-14
II. Relatório de Gestão	Fl. 15-146
<ul style="list-style-type: none"> • Informações contábeis: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão. 	Fl. 150
III. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas (Anexo II da DN TCU nº102/2009)	Fl. 151-153
IV. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão (Anexo III da DN TCU nº102/2009)	Não se aplica
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção. 	Não se aplica
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditorias planejadas e realizadas pelos órgãos de controle interno da própria entidade jurisdicionada, com as justificativas, se for o caso, quanto ao não cumprimento das metas previstas, e a indicação dos resultados e providências adotadas a partir desses trabalhos 	Não se aplica
LOCAL/DATA Brasília, 31 de março 2010.	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL Indício Afonso Costa

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
V. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VI. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
SITUAÇÃO	
1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 13 da IN/TCU 57/2008 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII e X da DN/TCU __/2008, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.	
2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 57/2008 e pela DN/TCU __/2008, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

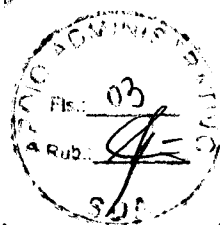
3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

(*) Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever “não se aplica”.

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSABLEIS EMISSAO: 26/03/2010
 ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO PAGINA : 001
 UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA REF. : 2009
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 169.716.800-06 - INACIO AFONSO KROETZ

E-MAIL :

ENDERECO : SQSW 100 BLOCO "D" APTO. 605 SUDOESTE-BRASILIA/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70043-900

CARGO : SECRETARIO DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO

23/Abr/2007 PORTARIA 319 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

23/Abr/2007

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 258.260.776-20 - ODILSON LUIZ RIBEIRO E SILVA

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 205 BLOCO "G" APTO. 208

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70235-070

CARGO : DIRETOR DE PROGRAMA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO

18/Jul/2007 PORTARIA 189 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 258.260.776-20 - ODILSON LUIZ RIBEIRO E SILVA

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 205 BLOCO "G" APTO. 208

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70235-070

CARGO : DIRETOR DE PROGRAMA DA SDA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO

20/Jul/2007 PORTARIA 091 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

20/Jul/2007

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 261.560.247-00 - ALUISIO BERBERT SATHLER

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 207 BLOCO "F" APTO. 604

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70253-060

CARGO : CHEFE DE GABINETE DA SDA/MA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO

04/Jun/2007 PORTARIA 072 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

04/Jun/2007

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 297.715.871-53 - ISMAEL FERREIRA MARTINS

E-MAIL :

ENDERECO : Q.300 CJ 04 LOTE 13 - RECANTO DAS EMAS/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72620-104

CARGO : AGENTE DE PORTARIA

Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 002

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

19/Abr/1999 PORT.28

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO ORCAMENTARIA

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 259.482.701-06 - EVALDO DE SOUSA SILVA

E-MAIL : EVALDO.SILVA@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : QSD 03 CASA 31 - TAGUATINGA/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : CHEFE DE SERVICO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

30/Mar/2005 PORTARIA 354

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

30/Mar/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 144.519.301-97 - CELDA TEREZINHA ALARCAO

E-MAIL :

ENDERECO : R 3 CS 4 SETOR DOS ENGENHEIROS METROPOLITANA NUCLEO BANDEIRANTE

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71730-000

CARGO : CHEFE SUBSTITUTO DE SERVICO.

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2008 PORTARIA

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO FINANCEIRA

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 259.482.701-06 - EVALDO DE SOUSA SILVA

E-MAIL : EVALDO.SILVA@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : QSD 03 CASA 31 - TAGUATINGA/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : CHEFE DE SERVICO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

30/Mar/2005 PORTARIA 354

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

30/Mar/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 144.519.301-97 - CELDA TEREZINHA ALARCAO

E-MAIL :

ENDERECO : R 3 CS 4 SETOR DOS ENGENHEIROS METROPOLITANA NUCLEO BANDEIRANTE

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71730-000

CARGO : CHEFE SUBSTITUTO DE SERVICO.

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2008 PORTARIA

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 003

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

AGENTE : 135.037.821-68 - ALBERTO JERONIMO PEREIRA

E-MAIL :

ENDERECO : QBR 02 BLOCO O APTO 11 - RESIDEN-CIAL STOS DUMONT- STA. MARIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 72593-010

CARGO : COORDENADOR DE CONTABILIDADE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

12/Mai/2008 PORTARIA 419

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

12/Mai/2008

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 247.944.571-20 - MARIA DE FATIMA ALVARES ARAUJO

E-MAIL :

ENDERECO : QUADRA 05 CONJUNTO D CASA 08 SOBRADINHO

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 73030-050

CARGO : COORDENADORA DE CONTABILIDADE - SUBSTITUTA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

09/Jun/2008 PORTARIA 528 29/Set/2009 PORTARIA 783 01/Jan/2009 A 28/Set/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

09/Jun/2008

30/Set/2009

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 150.533.771-20 - JOSE CALAZANS DOS SANTOS

E-MAIL : SECONT@.AGRICULTURA.GOV.BR

E-MAIL :

ENDERECO : QNL 06 BLOCO "B" APT. 210 - TAG. NORTE

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 72155-612

CARGO : COORDENADOR DE CONTABILIDADE SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

29/Set/2009 PORTARIA 784

29/Set/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

30/Set/2009

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL APROVACAO PLANO DE TRABALHO

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 010.695.746-51 - ALBERTO GOMES DA SILVA JUNIOR

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 304 - BLOCO "G" APTO. 204

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70337-070

CARGO : FISCAL FEDERAL AGROPECUARIO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

29/Dez/2006 PARECER26/06

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL APROVACAO PRESTACAO DE CONTAS

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 124.023.461-91 - JAMIL GOMES DE SOUZA

E-MAIL :

ENDERECO : QE 02 BLOCO "D" APTO. 312-GUARA I

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

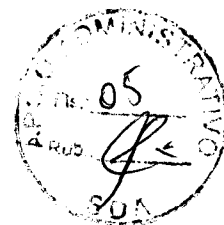
UF: DF CEP: 71010-040

CARGO : DIRETOR DO DDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

Continua...



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO PAGINA : 004

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA REF. : 2009

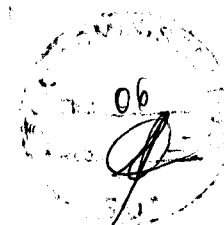
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

Continuacao...=====

10/Mai/2007 PORT.65

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO



SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 010.260.187-90 - GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 211 BLOCO "A" APTO. 602

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70274-010

CARGO : COORDENADOR GERAL CGCD/DSA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Mai/2007 PORTARIA 65

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

10/Mai/2007

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : GERENTE DE PROGRAMA

SEQ: 001 - DIRETOR DO DSA/SDA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 124.023.461-91 - JAMIL GOMES DE SOUZA

E-MAIL : JAMIL.SOUZA@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : QE 02 BLOCO "D" APTO. 312-GUARA I

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71010-040

CARGO : DIRETOR DO DSA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

30/Mar/2006 PORTARIA 213

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

30/Mar/2006

SEQ: 001 - DIRETOR DO DSA/SDA

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 010.260.187-90 - GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 211 BLOCO "A" APTO. 602

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70274-010

CARGO : DIRETOR SUBSTITUTO DO DSA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

29/Mar/2006 PORTARIA 081

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

31/Mar/2006

SEQ: 002 - DIRETOR DO DIPOA/SDA/MAPA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 271.744.920-53 - NELMON OLIVEIRA DA COSTA

E-MAIL : NELMON.COSTA@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : SQN 210 BLOCO "D" APTO. 310 ASA NORTE/BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70865-030

CARGO : DIRETOR DO DIPOA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

01/Mar/2004 PORTARIA 234

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

01/Mar/2004

SEQ: 002 - DIRETOR DO DIPOA/SDA/MAPA

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 161.839.590-49 - ARI CRESPIM DOS ANJOS

E-MAIL :

ENDERECO : SQN 210 BLOCO "D" APTO. 330 BRASILIA/DF.

Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSÁVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGÃO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 005

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70862-400

CARGO : DIRETOR SUBSTITUTO DO DIPOA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

23/Set/2005 PORTARIA 668 11/Fev/2009 PORTARIA 094 01/Jan/2009 A 10/Fev/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

26/Set/2005 12/Fev/2009

SEQ: 002 - DIRETOR DO DIPOA/SDA/MAPA

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 737.912.614-87 - JUDI MARIA DA NOBREGA

E-MAIL : JUDI.NOBREGA@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : INDEA

MUNICIPIO : 9067 - CUIABA

UF: MT CEP: 78000-000

CARGO : DIRETOR SUBSTITUTO DO DIPOA/SDA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

11/Fev/2009 PORTARIA 095

11/Fev/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

12/Fev/2009

SEQ: 003 - DIRETOR DO DFIP/SDA/MAPA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 102.452.271-72 - MARIA ANGELICA RIBEIRO DE OLIVEIRA

E-MAIL :

ENDERECO : SQN 304 BLOCO "F" APT. 315

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70736-060

CARGO : DIRETOR DO DFIP/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

04/Dez/2007 PORT. 1.218

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

05/Dez/2007

SEQ: 003 - DIRETOR DO DFIP/SDA/MAPA

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 305.058.527-72 - ADAUTO LIMA RODRIGUES

E-MAIL :

ENDERECO : SHIS - QI 27 CONJ. 06 CASA 01 LAGO SUL

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : DIRETOR SUBSTITUTO DO DFIP/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

14/Fev/2008 PORTARIA

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

14/Fev/2008

SEQ: 004 - DIRETOR DO DIPOV/SDA/MAPA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 001.719.721-04 - MACAO TADANO

E-MAIL :

ENDERECO : CONDOMINIO JARDIM BOTÂNICO VI, CONJUNTO J CASA 08-BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70043-900

CARGO : DIRETOR DO DIPOV/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

04/Dez/2007 PORT. 1.219

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

05/Dez/2007

SEQ: 004 - DIRETOR DO DIPOV/SDA/MAPA

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 267.707.298-06 - FERNANDO GUIDO PENARIOL

Continua.



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 006

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

E-MAIL :

ENDERECO : RUA-20-NORTE LOTE 1/3 APT0 909 RESID.GREEN PARQUE-A.CLARAS/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71915-750

CARGO : DIRETOR DO DIPOV/SDA/MAPA - SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

19/Mai/2008 PORTARIA 457

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

19/Mai/2008

SEQ: 005 - DIRETOR DO DFIA/SDA/MAPA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 116.259.101-34 - GIRABIS EVANGELISTA RAMOS

E-MAIL :

ENDERECO : SQN 211 BLOCO "C" APT0. 210 ASA NORTE/BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70865-030

CARGO : DIRETOR DO DFIA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

24/Dez/2007 PORT. 1.244

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

24/Dez/2007

SEQ: 005 - DIRETOR DO DFIA/SDA/MAPA

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 702.317.376-53 - JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

E-MAIL : JOSE.LEAL@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : COND.MANSOES ENTRE LAGOS ETAPA 3 CONJUNTO "S" CASA 18-BRASILIA/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : DIRETOR SUBSTITUTO DO DFIA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

11/Jun/2006 PORTARIA 237 16/Jul/2009 PORTARIA 339 01/Jan/2009 A 15/Jul/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

11/Jun/2006

17/Jul/2009

SEQ: 006 - DIRETOR DO DSV/SDA/MAPA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 116.483.841-53 - JOSE GERALDO BALDINI RIBEIRO

E-MAIL :

ENDERECO : SHIN QI-04-CONJ.03 CASA 07 L.NORT

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71505-240

CARGO : DIRETOR DO DVS/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

24/Dez/2007 PORT. 1.245 08/Jul/2009 PORTARIA 324 01/Jan/2009 A 07/Jul/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

24/Dez/2007

09/Jul/2009

SEQ: 006 - DIRETOR DO DSV/SDA/MAPA

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 812.258.907-30 - ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA

E-MAIL :

ENDERECO : SQN 214 BLOCO "F" APT0 603

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70083-060

CARGO : DIRETOR DSV/SDA/MAPA - SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

09/Jul/2008 PORTARIA 643

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

10/Jul/2008

Continua.



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 007

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

SEQ: 006 - DIRETOR DO DSV/SDA/MAPA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 258.260.776-20 - ODILSON LUIZ RIBEIRO E SILVA

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 205 BLOCO "G" APTO. 208

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70235-070

CARGO : DIRETOR DO DVS/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

08/Jul/2009 PORTARIA 325

08/Jul/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

09/Jul/2009

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : COORDENADOR DE ACAO/PPA

SEQ: 001 - COORDENADOR DE ACAO: LABANIMAL E LAVEGETAL

TIPO: TITULAR

AGENTE : 878.504.608-63 - ABRAHAO BUCHATSKY

E-MAIL :

ENDERECO : SHN Q.02 BL."J" APTO 1.121

KUBITSCHKE PLAZA HOTEL

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70043-000

CARGO : COORDENADOR DE ACAO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

09/Nov/2007 PORTARIA 344 20/Mai/2009 PORTARIA 358 01/Jan/2009 A 19/Mai/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

09/Nov/2007 21/Mai/2009

SEQ: 001 - COORDENADOR DE ACAO: LABANIMAL E LAVEGETAL

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 036.776.138-68 - JOSE MARCIO DE MOURA SILVA

E-MAIL :

ENDERECO : QUADRA II, CONJ.15, CASA 07

CONDOMINIO SOLAR DE BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71681-349

CARGO : COORD.GERAL DE APOIO LABORATORIAL-SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

14/Jul/2005 PORTARIA 589

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

15/Jul/2005

SEQ: 001 - COORDENADOR DE ACAO: LABANIMAL E LAVEGETAL

TIPO: TITULAR

AGENTE : 565.790.556-34 - JORGE CAETANO JUNIOR

E-MAIL : JORGE.CAETANO@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : MINIST. DA AGRICULTURA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70043-900

CARGO : COORDENADOR DE ACAO/PPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

17/Jul/2009 PORTARIA 528

17/Jul/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

20/Jul/2009

SEQ: 002 - DIRETOR SUBSTITUTO DO DFIA/SDA/MAPA

TIPO: TITULAR

AGENTE : 702.317.376-53 - JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

E-MAIL : JOSE.LEAL@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : COND.MANSOES ENTRE LAGOS ETAPA 3 CONJUNTO "S" CASA 18-BRASILIA/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : DIRETOR SUBSTITUTO DO DFIA/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

11/Jun/2006 PORTARIA 237 16/Jul/2009 PORTARIA 339 01/Jan/2009 A 15/Jul/2009

Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 008

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

12/Jun/2006

17/Jul/2009



SEQ: 003 - COORDENADOR DE ACAO: INSPANIMAL3

TIPO: TITULAR

AGENTE : 168.095.641-87 - MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS

E-MAIL :

ENDERECO : QMSW-06- LOTE 9/10 - ED.PRIVILEGERESIDENCE-APTO-108-BRASILIA/DF

MUNICIPIO : 9373 - GOIANIA

UF: GO CEP: 74000-000

CARGO : COORDENADOR-GERAL DE INSPECAO

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

02/Jul/2007 PORTARIA 155 13/Fev/2009 PORTARIA 099 01/Jan/2009 A 12/Fev/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

04/Jul/2007

16/Fev/2009

SEQ: 003 - COORDENADOR DE ACAO: INSPANIMAL3

TIPO: TITULAR

AGENTE : 737.912.614-87 - JUDI MARIA DA NOBREGA

E-MAIL :

ENDERECO : INDEA

MUNICIPIO : 9067 - CUIABA

UF: MT CEP: 78000-000

CARGO : COORDENADOR-GERAL DE INSPECAO

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

03/Jul/2009 PORTARIA 483

03/Jul/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

06/Jul/2009

SEQ: 004 - COORDENADOR DE ACAO: FISCPLANTA2,FISCANIMAL2 TIPO: TITULAR

AGENTE : 152.525.231-34 - OSCAR DE AGUIAR ROSA FILHO

E-MAIL : OSCAR.ROSA@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : EPPR KM-04 N.RURAL JERIVA-ENTRADA"A" CHACARA CALIANDRA-LAGO NORTE

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71540-020

CARGO : COORDENADOR-GERAL DE VIGILANCIA AGROPECUARIA

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

03/Mar/2004 PORTARIA 034

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

03/Mar/2004

SEQ: 004 - COORDENADOR DE ACAO: FISCPLANTA2,FISCANIMAL2 TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 854.402.306-10 - ROGERIA OLIVEIRA CONCEICAO

E-MAIL :

ENDERECO : SCLN 411 BLOCO "E"APTO 210-BSB/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70866-550

CARGO : COORD.-GERAL DO SIST.DE VIG.AGROP.SUBST.

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

08/Nov/2005 PORTARIA 706

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

10/Nov/2005

SEQ: 005 - COORDENADOR DE ACAO: RESIDUOS

TIPO: TITULAR

AGENTE : 938.556.056-53 - LEANDRO DIAMANTINO FEIJO

E-MAIL : LEANDRO.FEIJO@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : CLSW 303, BLOCO "B" APTO. 04 SETOR SUDOESTE

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70673-622

CARGO : COOR.DE CONTROLE DE RESIDUOS E CONTAMINANTES

Continua.

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 009

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

20/Jul/2006 PORTARIA 186

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

20/Jul/2006

SEQ: 006 - COORDENADOR DE ACAO: FISCORGEN

TIPO: TITULAR

AGENTE : 658.055.421-53 - MARCUS VINICIUS SEGURADO COELHO

E-MAIL : MARCUS.COELHO@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : QMSW 05 LOTE 08 APT0. 374

SUDOESTE - BRASILIA/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70680-500

CARGO : COORDENADOR DE BIOSSEGURANCA

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

21/Jan/2005 PORTARIA 029

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

28/Jan/2005

SEQ: 007 - COORDENADOR DE ACAO/PPA PI: PADCLASSIF

TIPO: TITULAR

AGENTE : 267.707.298-06 - FERNANDO GUIDO PENARIOL

E-MAIL :

ENDERECO : RUA-20-NORTE LOTE 1/3 APT0 909 RESID.GREEN PARQUE-A.CLARAS/DF

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 71915-750

CARGO : COORDENADOR-GERAL DE QUALIDADE VEGETAL

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

21/Mar/2007 PORTARIA 043

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

22/Mar/2007

SEQ: 008 - COORDENADOR DE ACAO/PPA PI: IPVEGETAL2

TIPO: TITULAR

AGENTE : 694.448.461-72 - GRACIANE GONCALVES MAGALHAES DE CASTRO

E-MAIL :

ENDERECO : UNB - CAMPUS UNIVERSITARIO ASA NORTE

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70910-050

CARGO : COORDENADOR-GERAL DE VINHOS E BEBIDAS

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

08/Jun/2006 PORTARIA 155

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

09/Jun/2006

SEQ: 009 - COORDENADOR PI:FEBREAFTOS, VIGIZOO2,PCEANIMAL TIPO: TITULAR

AGENTE : 010.260.187-90 - GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES

E-MAIL : GUILHERME.MARQUES@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : SQS 211 BLOCO "A" APT0. 602

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70274-010

CARGO : COORDENADOR-GERAL DE COMBATE AS DOENCAS

DESIGNACAO DOCUMENTO

EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

30/Mar/2006 PORTARIA 081

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

31/Mar/2006

SEQ: 010 - COORDENADOR DE ACAO/PPA PI: PROMOEDUC

TIPO: TITULAR

AGENTE : 095.695.107-49 - CARLOS BICALHO SCHLOTTFELDT

E-MAIL : CARLOS.SCHLOTTFELDT@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : SHIN QI-3 CONJ.09 CASA 07

Continua.



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 26/03/2010
 ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO PAGINA : 010
 UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA REF. : 2009
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL



Continuacao...
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71505-290
 CARGO : COORDENADOR EDUCACAO SANITARIA EM DEF.AGROPE.
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 23/Abr/2008 MEMO 023 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 011 - COORDENADOR DE ACAO/PPA PI: GAPSEGUR, GAPVIGI TIPO: TITULAR
 AGENTE : 262.851.424-91 - JONAS BANDEIRA DA ROCHA
 E-MAIL : JONAS.ROCHA@AGRICULTURA.GOV.BR
 ENDEREÇO : SQS 110 - BLOCO "D" APTO 508 BRASILIA/DF
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70373-040
 CARGO : COORDENADOR CAO/SDA
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 08/Ago/2005 PORTARIA 336 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 09/Ago/2005

SEQ: 012 - COORDENADOR DE ACAO/PPA-PI: FISAGROTOX TIPO: TITULAR
 AGENTE : 783.696.061-72 - LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL
 E-MAIL : LUIS.RANGEL@AGRICULTURA.GOV.BR
 ENDEREÇO : UNB - VIA ARQUIVO
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70910-900
 CARGO : COORDENADOR-GERAL DE AGROTOXICOS E AFINS
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 13/Abr/2006 PORTARIA 096 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 17/Abr/2006

SEQ: 013 - COORDENADOR DE ACAO/PPA-PI: FISCALSEM1 TIPO: TITULAR
 AGENTE : 127.756.731-04 - JOSE NEUMAR FRANCELINO
 E-MAIL : JOSE.FRANCELINO@AGRICULTURA.GOV.BR
 ENDEREÇO : SQN 106, BLOCO A, AP. 305
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70000-000
 CARGO : COORDENADOR DE SEMENTES E MUDAS
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 02/Abr/2008 PORTARIA 256 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 03/Abr/2008

SEQ: 014 - COORDENADOR DE ACAO/PPA-PI: FISPROVET1 TIPO: TITULAR
 AGENTE : 789.771.931-68 - MARCOS VINICIUS DE SANTANA LEANDRO JUNIOR
 E-MAIL : MARCOS.LEANDRO@AGRICULTURA.GOV.BR
 ENDEREÇO : SQS 208 LOCO "K" APTO 104
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70043-900
 CARGO : COORD. DE FISCALIZACAO DE INSUMOS PECUARIOS
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 27/Jul/2007 PORTARIA 213 01/Jan/2009 A 31/Dez/2009
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 30/Jul/2008

SEQ: 015 - COORDENADOR DE ACAO/PPA-PI: FISCINAN TIPO: TITULAR
 AGENTE : 138.765.498-50 - FERNANDA MARCUSSI TUCCI

Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSÁVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGÃO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 011

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

E-MAIL :

ENDERECO : SQN 107 BLOCO "E" APTO. 210

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70743-050

CARGO : COORDENADOR DO DFIP/SDA/MAPA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

11/Abr/2006 PORTARIA 090

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

12/Abr/2006

SEQ: 016 - COORDENADOR DE ACAO/PPA-PI: RASTREAB

TIPO: TITULAR

AGENTE : 603.286.497-91 - NAOR MAIA LUNA

E-MAIL : NAOR.LUNA@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : SAS Q 05 LOTE 08 ED CEPLAC 3 ANDAR

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70770-900

CARGO : COORDENADOR DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

29/Abr/2008 PORTARIA 357

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

30/Abr/2008

SEQ: 017 - COORDENADOR DE ACAO/PPA-PI: FISCAGENE

TIPO: TITULAR

AGENTE : 069.483.914-00 - BERONETE BARROS DE FREITAS ARAUJO

E-MAIL : BERONETE.ARAUJO@AGRICULTURA.GOV.BR

ENDERECO : SQN 416 - BLOCO "B" APTO. 205

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70879-020

CARGO : CHEFE DE DIVISAO DO DFIP

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

24/Abr/2003 PORTARIA 283

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

24/Abr/2003

SEQ: 018 - COORDENADOR DE ACAO/PPA-PI: FISCAGRIC1

TIPO: TITULAR

AGENTE : 068.592.913-20 - MARIA DE LOURDES VIANA ALVES

E-MAIL : MARIA.LOURDES@AGRICULTUAR.GOV.BR

ENDERECO : SQN 403 BLOCO "P" APTO 303

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70835-160

CARGO : FISCAL FEDERAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

23/Jan/2008 MEMO 23

01/Jan/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 019 - COORDENADOR DE ACAO/PPA PI: VIGIFITO1

TIPO: TITULAR

AGENTE : 461.411.203-00 - GUTENBERG BARONE DE ARAUJO NOJOSA

E-MAIL :

ENDERECO : UFPA

MUNICIPIO : 4763 - LAVRAS

UF: MG CEP: 37200-000

CARGO : COORDENADOR DE ACAO/PPA PI; VIGIFITO1

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

07/Ago/2009 PORTARIA 583

07/Ago/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

10/Ago/2009

Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 26/03/2010

ORGAO : 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

PAGINA : 012

UG : 130007 - SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA/MAPA

REF. : 2009

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

SEQ: 020 - COORDENADOR DE ACAO/PPA PI: FISFECOI

TIPO: TITULAR

AGENTE : 408.650.456-15 - HIDERALDO JOSE COELHO

E-MAIL :

ENDereco : MAPA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : COORDENADOR DE FERT.INOCULANTES E CORRETIVOS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

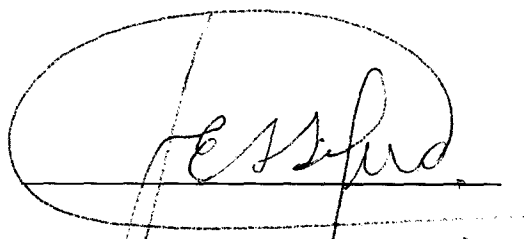
07/Ago/2009 PORTARIA 588

07/Ago/2009 A 31/Dez/2009

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

10/Ago/2009

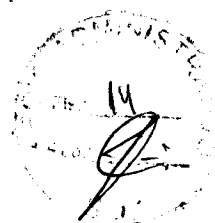
=====



ENCARREGADO DO SETOR
Gualdo de Souza Silva
Chefe de SEOF/SAD/CAO-SDA



DIRIGENTE DA UNIDADE





Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária



Relatório de Gestão da SDA Exercício de 2009

Uma assinatura manuscrita no canto inferior direito da página.



REINHOLD STEPHANES

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

INÁCIO AFONSO KROETZ

SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA



ÍNDICE

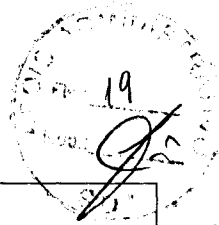
1	IDENTIFICAÇÃO	4
2	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	6
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	7
2.3	PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA	16
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	105
3	INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	128
3.1	COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	128
4	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	129
5	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	129
6	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA NO EXERCÍCIO	129
7	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	129
8	FLUXO FINANCEIROS DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	129
9	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	129
10	OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	129
11A	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE	130
11B	DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	130
12	ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	131
13	REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	131
14	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	131
15	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	131
16	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADE AFINS.....	132



1 Identificação

Tabela 1 – Identificação

Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretária de Defesa Agropecuária			
Denominação abreviada: SDA			
Código SIORG: 757	Código LOA:		Código SIAFI: 13007
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Serviços relacionados com a agricultura			Código CNAE: 0161-9
Telefones/Fax de contato:	(61) 3218-2314	(61) 3218-2315	(61) 3224 3995
Endereço eletrônico: gab-sda@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco D, Anexo B – 4º Andar CEP 40.043-900 - Brasília – DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2005. Portaria Nº 45, de 22 de março de 2007, publicada no DOU de 23 de março de 2007.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE – LANAGRO/PE :		
130017	Laboratório Nacional Agropecuário em Belém/PA – LANAGRO/PA: 130017		
130032	Laboratório Nacional Agropecuário em Goiânia/GO – LANAGRO/GO:		
130058	Laboratório Nacional Agropecuário em Pedro Leopoldo/MG – LANAGRO/MG:		



130102	Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas/SP – LANAGRO/SP:
130103	Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre/RS – LANAGRO/RS:
130014	Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal
130018	Superintendência Federal de Agricultura em Tocantins
130021	Superintendência Federal de Agricultura no Piauí
130022	Superintendência Federal de Agricultura no Ceará
130023	Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte
130024	Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba
130025	Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco
130027	Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas
130028	Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe
130029	Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
130056	Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais
130060	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo
130062	Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul
130063	Superintendência Federal de Agricultura no Rio de Janeiro
130067	Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo
130069	Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão
130070	Superintendência Federal de Agricultura no Paraná
130072	Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina
130074	Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul
130077	Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso
130080	Superintendência Federal de Agricultura em Goiás
130083	Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia
130088	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
130090	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas
130093	Superintendência Federal de Agricultura em Roraima
130094	Superintendência Federal de Agricultura no Pará
130100	Superintendência Federal de Agricultura no Acre



2 Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Secretaria de Defesa Agropecuária na Execução das Políticas Públicas

2.1.1 Competência Institucional

À Secretaria de Defesa Agropecuária, órgão específico singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado, compete:

I – Contribuir para formulação da política agrícola no que se refere à defesa Agropecuária;

II – Planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades de defesa agropecuária, em especial:

- a) saúde animal e sanidade vegetal;
- b) fiscalização e inspeção de produtos, derivados, subprodutos e resíduos de origem animal e vegetal;
- c) fiscalização de insumos agropecuários;
- d) fiscalização higiênico-sanitária dos serviços prestados na agricultura e na pecuária;
- e) análise laboratorial com suporte à ações de defesa agropecuária; e
- f) certificação sanitária, animal e vegetal.

III – Coordenar a execução das atividades de defesa agropecuária relativas ao trânsito internacional em fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos e estações aduaneiras, referentes aos produtos e insumo agropecuários;

IV – Formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais concernentes aos temas de defesa agropecuária, em articulação com os demais órgãos do Ministério;

V – Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações da Secretaria;

VI – Promover a implantação dos sistemas de gerenciamento da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;

VII – Implantar e implementar as ações decorrentes de decisões de organismos e atos internacionais e de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros relativas aos assuntos de sua competência;

VIII – Promover a articulação intra-setorial e intersetorial necessária à execução das atividades de defesa agropecuária;

IX – Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;

X – Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;



XI – Subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

XII – Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

2.1.2 Objetivos estratégicos

As demandas e exigências mercadológicas com as transformações significativas dos ambientes interno e externo ao Brasil determinam a modernização e o fortalecimento de todo o sistema de defesa agropecuária para garantir produtos de qualidade no mercado interno e para manter o país em posição condizente com as novas oportunidades e desafios do comércio internacional, como também para mitigação dos riscos da globalização do comércio de produtos de origem animal e vegetal. A globalização e as mudanças climáticas contribuem para a emergência e ressurgência de doenças dos animais e pragas dos vegetais que afetam a segurança alimentar, a biodiversidade, o comércio e a saúde e o bem-estar dos animais e das pessoas em todas as partes do mundo.

As recentes ocorrências de febre aftosa na América do Sul e na Europa e da altamente patogênica gripe do frango demonstram os riscos globais de novas doenças. Cerca de 500 pragas exóticas ameaçam a agricultura nacional e a flora nativa com conseqüente risco de perda de competitividade, de impacto ambiental e reflexos sociais e econômicos importantes para o desenvolvimento nacional.

A capacidade do setor agrícola de reagir contra as ameaças contemporâneas de doenças dos animais e pragas dos vegetais é mais complexa e desafiadora agora do que no passado, criando vulnerabilidade ainda maior para o setor e requerendo uma maior consciência dos governantes para apoiar adequadamente as ações sanitárias e fitossanitárias.

2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Sanidade Vegetal

As ações do Ministério da Agricultura na área da sanidade vegetal tem por objetivo proteger a produção agrícola nacional e assegurar a manutenção e ampliação das exportações da agricultura brasileira. No exercício de 2009 ampliaram-se as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pese às detecções da mosca-negra dos citros no Estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros em Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no país.

Algumas ações no controle de pragas merecem destaque:

Mosca da carambola: erradicação de foco no Pará e manutenção das ações de controle no Estado do Amapá resultando em contenção da praga nesse estado desde 1996. O estabelecimento da praga no Brasil levaria a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US\$ 150 milhões anuais no setor da fruticultura.

- Cancro cítrico: continua o apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras áreas.

- Greening: a praga permanece restrita aos Estados de São Paulo e Paraná e aos três focos localizados em Minas Gerais. Intensa campanha de divulgação para erradicação de plantas doentes e utilização de mudas sadias foi realizada. Nova instrução normativa sobre a praga proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço.
- Mancha-negra dos citros: as medidas adotadas pelo Governo para o controle da praga nos frutos frescos destinados à exportação permitiram a manutenção do mercado europeu.
- Lagarta da macieira: ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo a confirmação de foco erradicado em Bom Jesus, permitiram praticamente a erradicação da *Cydia pomonella* do País, preservando o agronegócio de maçã que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos. A expectativa é a sua erradicação do país em 2012.
- Sigatoka negra: manutenção do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze estados brasileiros ao mercado interno e internacional da banana. Caracterização de outros doze estados como “área livre de sigatoka negra”.
- Moko da bananeira: a proposta de reconhecimento de áreas livres para atendimento de exigências impostas aos frutos de banana no mercado externo foi concluída e está sendo executada a partir de 2009.
- Mosca das cucurbitáceas: manutenção de áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e ampliação de sistema de mitigação de risco da praga nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai.
- Vassoura-de-Bruxa: buscou-se desenvolver novas tecnologias que permitam a convivência do cacaueiro com a “vassoura de bruxa”, mediante cruzamentos genéticos para obtenção de plantas de alta produtividade e resistência à doença. Foram disponibilizadas para os produtores uma seleção de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa.

A Certificação Fitossanitária de Origem – CFO atesta a condição fitossanitária do lote de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal, na origem, de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esta certificação é supervisionada e inspecionada pelos Fiscais Estaduais, que emitem a Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV, que irá subsidiar a emissão da Certificação Fitossanitária Internacional – CF, quando houver requisitos fitossanitários exigidos pelos países importadores, sendo emitida somente por Fiscais Federais Agropecuários. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos nossos principais parceiros comerciais. A partir de 2010 todo esse sistema passará a ser informatizado e incluirá os cerca de 20.000 engenheiros agrônomos habilitados para a emissão do CFO em todo o país.

A estruturação permanente de barreiras fitossanitárias nos pontos de ingresso de produtos vegetais é de fundamental importância para prevenção da entrada de pragas quarentenárias no país. A introdução de uma nova praga poderá acarretar perda de mercado, custos sociais e econômicos, além dos danos ambientais e à saúde humana pela necessidade de uso de agrotóxicos para combater o avanço da praga.





Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

Na área de vinhos e bebidas, durante o ano de 2009, houve o direcionamento das ações de inspeção em fiscalização com foco no processo produtivo, prioritariamente na prevenção e detecção de fraudes econômicas e não conformidades diversas, em colaboração com os órgãos de defesa do consumidor e de saúde.

Destaca-se a revisão da legislação e procedimentos administrativos, que permitiram maior eficiência e agilidade nas atividades relacionadas ao registro de produtos, amostragem, importação e exportação, assim como a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras frente ao mercado interno e externo.

As ações da Qualidade Vegetal do MAPA estão direcionadas para a finalização da regulamentação do Decreto nº 6.268, de 2007, cujo trabalho envolve diretamente cerca de 50 (cinquenta) Fiscais Federais Agropecuários de todo o Brasil, além de representantes de diversos segmentos produtivos (cadeias produtivas do café, açúcar, frutas, arroz, feijão, milho, soja, trigo, óleos vegetais), entidades credenciadas pelo MAPA, atacadistas e varejistas, cujo resultado tem por objetivo assegurar a qualidade e a segurança dos produtos vegetais oferecidos ao consumidor interno e externo, auxiliando ainda o País a conquistar e manter o espaço desses produtos nos mercados internacionais.

A quantidade de produtos fiscalizados no mercado interno em 2009 já supera os resultados de 2008, em função dos ajustes dos procedimentos de fiscalização, bem como de alguns padrões oficiais de classificação, que possibilitaram a ampliação do leque de produtos vegetais fiscalizados pelo MAPA. Isto significa que diversos produtos vegetais são fiscalizados num mesmo estabelecimento, aumentando a eficiência da ação do Ministério.

O índice de conformidade, que é o percentual de amostras de produtos vegetais coletadas em conformidade com a legislação, apresentou um ligeiro aumento em 2009. Este aumento representa o esforço do MAPA na atualização dos seus instrumentos normativos e da fiscalização e, principalmente, o esforço dos diversos setores produtivos em trabalharem dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério, com vistas à oferta de alimentos de melhor qualidade ao consumidor.

Insumos Agrícolas

Sob a denominação de insumos agrícolas estão incluídos os agrotóxicos, os corretivos e fertilizantes e as sementes e mudas, cuja produção é fiscalizada pela Secretaria de Defesa Agropecuária, destacando-se no ano de 2009 as seguintes ações.

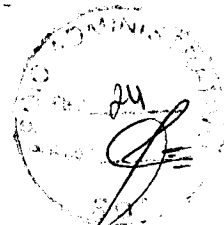
Ações com Repercussão na Oportunidade de Negócios

(1) Ampliação de Mercado:

- edição de norma de registro de agrotóxicos para flores e tratamento de sementes, atendendo requisitos fitossanitários para exportação;
- aprovação de nova fonte de potássio (fonolito), a partir de jazidas de rochas encontradas na região de Poços de Caldas/MG.

(2) Desburocratização:

- revisão das normas para registro de produtos formulados, gerando redução de custos do registro pela diminuição dos prazos de atendimento com o uso de sistema compartilhado;



- publicação da IN/MAPA nº 20/2009 que simplifica os procedimentos de renovação de registro de estabelecimentos produtores de fertilizantes, substituindo a exigência do envio de documentos ao MAPA por declaração da sua existência na empresa.

Ações com Repercussão na Competitividade

- Registro de 115 novas marcas comerciais de agrotóxicos em 2009 (45 genéricos), entre produtos formulados (uso agrícola) e produtos técnicos (uso industrial exclusivo). A expectativa é que a ampliação da oferta de marcas, principalmente genéricos, provoque redução de 30% no custo de produção decorrente da queda de preço desse insumo. Na cultura da soja, o uso exclusivo de agrotóxicos genéricos pode gerar uma economia de 600 milhões de dólares na próxima safra.
- Aprovação do primeiro fertilizante biológico para uso na cultura do milho, o que pode reduzir em até 20% a necessidade de nitrogênio.

Ações com Repercussão no Abastecimento

- A realização de 24 mil fiscalizações com apreensão de agrotóxicos contrabandeados, suspensão do comércio de 48 mil toneladas de sementes e aplicação de multas no valor de 10 milhões de reais, resultando, entre outros, na elevação da taxa de utilização de sementes certificadas (20% para soja e trigo, nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul), contribuindo para assegurar o aumento da produção futura.

Saúde Animal

As ações do Ministério da Agricultura na área da saúde animal têm por objetivo proteger a produção nacional e assegurar a manutenção e ampliação das exportações de animais vivos, carnes e outros produtos de origem animal.

A febre aftosa encontra-se oficialmente erradicada em dezesseis Unidades da Federação e em parte do território de dois estados brasileiros. A febre aftosa não é registrada no país desde abril de 2006, o que corresponde a quase quatro anos sem nenhum caso da doença no Território Nacional.

Os estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal são reconhecidos livres de febre aftosa com vacinação. Também são livres com vacinação a região centro-sul do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O Estado de Santa Catarina é livre de febre aftosa sem vacinação.

A área livre de febre aftosa no Brasil corresponde a 5 milhões de quilômetros quadrados com uma população bovina de aproximadamente 180 milhões de cabeças, e 25 milhões de suínos.

Na busca da meta de erradicar até 2010 a doença em todo o País e como resultado da evolução verificada nesse sentido, e com base nos indicadores dispostos na Portaria nº 50, de 19 de maio de 1997, critérios como a qualidade e a capacidade técnico-operacional dos serviços veterinários, a fundamentação legal, o sistema de atenção veterinária e vigilância, o cadastramento do setor pecuário, o nível de cobertura vacinal, a fiscalização do trânsito de animais e produtos, o nível de participação comunitária, entre outros aspectos, são avaliados rotineiramente pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária.



Estas avaliações permitiram a classificação dos estados em diferentes níveis de risco para a febre aftosa. Na área ainda não livre da doença, estados como Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do estado do Pará são classificados nacionalmente como de risco médio para febre aftosa, o que significa que estes estados reúnem as condições básicas para seguirem os passos seguintes visando o reconhecimento de zona livre de febre aftosa. Os estados do Amazonas, Amapá e Ceará ainda são classificados como de risco desconhecido e o estado de Roraima como de alto risco, necessitando de maior investimento na sanidade animal.

O Departamento de Saúde Animal vem trabalhando intensivamente em áreas consideradas de maior risco para a febre aftosa, como a região da calha do rio Amazonas, onde foram realizadas duas operações de vacinação oficial e o recadastramento das propriedades rurais. Essas operações, realizadas em 2008 e 2009, associadas à estruturação do serviço veterinário estadual, mediante liberação de recursos federais por convênio, viabilizará as condições necessárias para a obtenção da condição de zona livre de febre aftosa na região.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola foram adotados novos critérios que identificam os estados e regiões de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de Newcastle. De acordo com as auditorias conduzidas nessas Unidades da Federação, foi possível classificar, em 2009, seu serviço veterinário estadual para atuar no desenvolvimento do Programa Nacional de Sanidade Avícola em categorias de A a D, de acordo com critérios oficialmente estabelecidos.

Com relação Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica houve ampliação da zona livre da doença com a inclusão do Estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre de PSC passa a abrigar, em cerca de 50% do território nacional, 54% das propriedades com suínos, 81% do rebanho nacional, 87% das matrizes alojadas e 93% da indústria de suínos no Brasil.

Em 2009 o Brasil chegou ao número de 129 estabelecimentos livres de brucelose e tuberculose com boas expectativas de significativa ampliação desse quantitativo, em virtude do maior engajamento da indústria de lácteos ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose Tuberculose. Está em curso o projeto denominado Arroio do Meio, envolvendo 6 municípios do Rio Grande do Sul, cuja meta é certificar oficialmente livres de brucelose e tuberculose 2.723 estabelecimentos de criação, totalizando 34.407 animais, que servirá de modelo para aplicação em outras Unidades da Federação.

A encefalopatia espongiforme bovina - EEB, vulgarmente conhecida como “doença da vaca louca” continua sendo exótica para o Brasil. No ano de 2009 foi concluída a análise de risco da EEB no Brasil que será submetida à apreciação da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE - com vistas à reclassificação do país como de “risco negligenciável” para essa doença, possibilitando a abertura de mercados para alguns produtos de origem bovina.

Inspeção de Produtos de Origem Animal

Destaca-se no ano de 2009 a finalização da revisão do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto 30.691, de 1952. A adesão de estados e municípios ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, continua como prioridade, tendo sido padronizados os procedimentos para adesão ao Sistema em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

Cinco estados – Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso – e trinta e um municípios solicitaram adesão ao SISBI/POA, até a data. Todos os estados já



passaram por auditoria documental e operacional, que consiste na auditagem da estrutura gerencial dos serviços veterinários oficiais e dos estabelecimentos que pretendem aderir ao SISBI/POA. O município de Uberlândia já recebeu parecer favorável para adesão ao sistema

O Regime Especial de Fiscalização, aplicado em empresas que durante as inspeções e supervisões de rotina apresentaram não conformidades com referência ao atendimento dos padrões regulamentares ou quando os resultados das análises de produtos indicaram suspeita de fraude, continua a ser utilizado, e implica na suspensão imediata da comercialização dos produtos, até que a empresa adote medidas corretivas auditáveis para as não conformidades detectadas e os resultados de análises laboratoriais oficiais indicarem o atendimento aos padrões regulamentares. No ano de 2009 vinte e quatro estabelecimentos do setor de lácteos foram submetidos ao Regime Especial de Fiscalização.

Foi aprovado o Programa Complementar de Combate à Fraude em Carne de Aves, no qual está prevista a suspensão dos processos produtivos, com eventual cancelamento dos registros dos produtos, nas empresas fraudadoras. Desde a implantação do Programa e até o momento, vinte e sete estabelecimentos industriais da área avícola já foram submetidos ao Regime Especial de Fiscalização.

O Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite - CQuali-Leite, programa interinstitucional do qual participam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, além da divulgação das principais ações de monitoramento da qualidade do leite realizou em 2009 três reuniões com gestores estaduais das três instâncias envolvidas das quais resultou o Manual de Procedimentos do Cquali, em fase de aprovação.

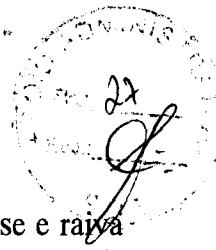
Em conjunto com a ANVISA, o Departamento de Defesa do Consumidor do MJ e o Ministério da Pesca estão sendo executadas ações de combate à fraude na comercialização de pescados congelados, incluindo toda a cadeia processadora e de comércio. Doze empresas da área foram submetidas ao Regime Especial de Fiscalização no ano de 2009. Houve correção das inconformidades encontradas, com cessação do regime especial nas indústrias.

Para assegurar a saúde animal, a saúde pública e garantir as exportações de carne bovina, foram realizadas vistorias nas linhas de produção de farinha de carne e de ossos em 08 estados que processam resíduos do abate de ruminantes, para verificar a adequação às normas vigentes que requerem o uso de esterilizadores de resíduos. Foram vistoriados 17 estabelecimentos, dos quais 3 foram interditados temporariamente pelo não cumprimento de normas vigentes. A ação da fiscalização nesta área é necessária para buscar equivalência com regras da Organização Mundial de Saúde Animal para a prevenção da encefalopatia espongiforme bovina.

Descentralização de análise de rotulagem para os estados e conclusão dos trabalhos de implantação de avaliação on-line de rótulos, estando hoje contemplada esta modalidade de avaliação para todas as áreas.

Insumos Pecuários

Ampliaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários - produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal. Além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a execução dos programas nacionais de



controle e erradicação de algumas doenças animais - febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Cabe destacar ainda o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina – BSE, além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Com o objetivo de melhor atender às demandas quanto à qualidade e inocuidade dos insumos pecuários e adequá-los aos constantes avanços tecnológicos, foram atualizadas diversas normas vigentes. Dentre as normas atualizadas destaca-se o decreto que estabelece a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização de alimentos para animais e as normas higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos para animais. Foram ainda aprovados: o regulamento que proíbe o uso da violeta genciana em alimentos para animais e o regulamento que define os critérios para produção, comercialização e uso de vacinas contra leishmaniose visceral canina, elaborado em conjunto com o Ministério da Saúde.

A segurança alimentar é atualmente uma das grandes preocupações mundiais, tendo em vista o grande número de substâncias potencialmente perigosas, que podem ser incluídas na cadeia alimentar humana. Em resposta a demanda crescente por alimentos seguros, tanto do mercado interno quanto do externo, tem sido introduzidos programas para controlar esses perigos e viabilizar a rastreabilidade dos produtos em todos os segmentos da cadeia alimentar, incluindo o uso racional e adequado de medicamentos veterinários e a inocuidade dos alimentos para animais, os quais constituem um elo importante da cadeia em questão, que não pode ser negligenciado em se tratando de segurança alimentar.

Controle de Resíduos e Contaminantes

No exercício de 2009 a Secretaria de Defesa Agropecuária manteve as ações para ampliar as garantias quanto a inocuidade dos alimentos frente aos resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes em produtos de origem animal e de agrotóxicos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Houve expansão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC/Animal para os estabelecimentos SIFs abastecedores do mercado interno, ampliando a segurança dos produtos comercializados no país

Ressaltam-se os trabalhos realizados no exercício de 2009 no que tange a consolidação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes da área vegetal. A ampliação do programa consiste na inclusão de mais 15 produtos que fazem parte da dieta do consumidor brasileiro, assim como da pauta do agronegócio internacional. Fazem parte desta ampliação, entre outros, o melão, morango, uva, abacaxi, banana, limão, manga, tomate, alface e batata.

Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados - OGM

As ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na área de organismos geneticamente modificados (OGM) visam, por meio de sua Secretaria de Defesa Agropecuária, assegurar o cumprimento da legislação de biossegurança (Lei nº 11.105/05) no campo da agricultura e pecuária, observado o parecer da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e as deliberações do Conselho Nacional de Biossegurança. Essa atuação tem auxiliado na elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório e na tecnologia.

No exercício de 2009 ampliaram-se as ações de fiscalização do cumprimento das medidas de biossegurança preconizadas pela CTNBio para as diferentes atividades de pesquisa com novos OGM e iniciou-se a fiscalização das regras de coexistência entre o milho geneticamente modificado e o milho convencional, visando garantir o direito de escolha dos produtores de milho entre um e outro sistema de produção. Para isso novos procedimentos de fiscalização foram estabelecidos e novos investimentos em infra-estrutura foram priorizados.

Em 2009, o MAPA também recebeu uma missão de auditores da Direção Geral de Saúde e dos Consumidores da Comissão Europeia que avaliou os controles realizados pelo MAPA e pela iniciativa privada na área de OGM e emitiu relatório favorável, ressaltando que existe um aparato regulatório claro e um sistema de controle eficiente tanto em nível privado como estatal. Esse resultado confirma a adequação das medidas adotadas pela Ministério da Agricultura para implementação da legislação nacional de biossegurança de OGM.

Na esfera internacional o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi designado por Decreto Presidencial como a Autoridade Nacional competente para a implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção de Diversidade Biológica na área de agricultura e pecuária e deu início ao processo de regulamentação para efetiva implementação daquele tratado. Com isso, o MAPA busca cumprir na sua área de atuação com os compromissos internacionais firmados na esfera da movimentação transfronteiriça de OGM.

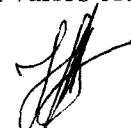
Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiaagro

A vigilância agropecuária internacional atualizou e promoveu a modernização dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de animais vivos, de produtos de origem animal e vegetal e de insumos agropecuários, com a atualização do Manual de Procedimentos Operacionais do Vigiaagro. Em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e demais órgãos intervenientes, foram amplamente discutidas as medidas de simplificação dos procedimentos e garantia da segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários.

Foram realizadas gestões junto a Receita Federal do Brasil com vistas a utilização de sistema informatizado (SISCARGA) para o controle e gerenciamento de risco fitossanitário associado às importações que contenham embalagem e suporte de madeira. Em relação ao trânsito internacional de passageiros, foram fortalecidas as ações integradas com os demais órgãos intervenientes, resultando em aumento significativo de apreensões de produtos de ingresso proibido.

Comércio Internacional

Em razão da liderança alcançada nas exportações de carnes, os serviços federais de saúde animal e de inspeção sanitária de produtos de origem animal foram bastante demandados. Esta demanda se traduziu em aumento no número de estabelecimentos de abate e de processamento de carnes que solicitaram habilitação para exportação e no elevado número de missões estrangeiras que visitaram o país em 2008 e 2009 para auditar os mencionados serviços. Nesse ano, foram recebidas missões dos Estados Unidos, União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Venezuela, Chile, Rússia, Ucrânia e Cuba entre outros, para diferentes produtos exportados pelo Brasil. Ressalta-se a avaliação positiva da União Europeia, em missão para avaliação dos controles relativos à carne bovina, o bom andamento das missões realizadas pelos EUA para carne de aves e carne bovina industrializada, a habilitação de estabelecimentos em vários estados





pela Rússia, Venezuela, Ucrânia e Cuba para exportação de carne bovina, carne suína e carne de aves e habilitação de estabelecimentos para exportação de carne bovina ao Chile.

Houve abertura das exportações de carne suína e bovina para a República Popular da China, além da consolidação da abertura das exportações de carne de aves para aquele mercado. As exportações de mel para União Européia foram retomadas, após avaliação do nosso programa de controle de resíduos e contaminantes nesse produto. Concluíram-se favoravelmente as negociações para o início da exportação de carne bovina para a Indonésia, bem como ampliaram-se os quantitativos desse produto exportados para a Ucrânia e Venezuela. As exportações de carne de aves para a Coreia do Sul sofreram um significativo aumento no período e as exportações de carne bovina para a União Européia aumentaram 156% em valor no terceiro trimestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008.

Programa Defesa Agropecuária: Mais Ciência, Mais Tecnologia.

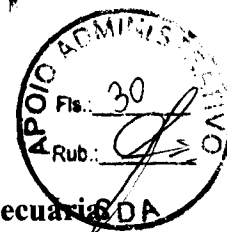
Um esforço importante da defesa agropecuária está relacionado à geração de tecnologia e novas metodologias de controle sanitário e fitossanitário e de verificação de conformidades em insumos agropecuários e na certificação zoofitossanitária. Para tal fim a defesa agropecuária elaborou um conjunto de demandas para os diversos centros de tecnologia do país para facilitar a integração entre a demanda e oferta de tecnologia em áreas estratégicas para o país.

Neste sentido foi lançado no ano de 2008 o Programa Defesa Agropecuária: Mais Ciência, Mais Tecnologia, uma parceria da Secretaria de Defesa Agropecuária com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. O programa de pesquisa e desenvolvimento tem como objetivo aprimorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários. Durante três anos, serão transferidos cerca de R\$ 110 milhões para o CNPq, para o apoio a 376 projetos que proporcionarão maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil. A parceria visa incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agronegócio, assim como aproximar as universidades e institutos de pesquisa dos reais desafios para o crescimento sustentável da agricultura e da pecuária brasileiras

Apoio Laboratorial

Um dos aspectos mais importantes da defesa agropecuária brasileira é a manutenção de um adequado sistema oficial de apoio laboratorial. Com recursos humanos infraestrutura, equipamentos, metodologias e gestão condizente, o Brasil mantém um serviço laboratorial moderno, garantindo o atendimento à demanda interna e o cumprimento de acordos internacionais.

O sistema de laboratórios de apoio às ações da defesa agropecuária, incluindo os laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura e a rede credenciada pública e privada, oferece suporte às ações de saúde animal, de sanidade vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários e dos alimentos que chegam à mesa de milhões de consumidores no Brasil e em mais de 160 países, o que lhes confere importância estratégica. Este sistema conta com equipes especializadas, capacitadas constantemente em laboratórios de referência internacional. Equipamentos de última geração estão disponíveis, o que confere à rede uma importância estratégica.



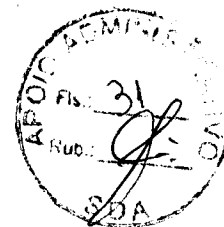
2.3 Programas e Ações sob Responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária

2.3.1 Relação de programas e suas principais ações

Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tabela 2 – Informações Gerais sobre o Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoosanitários dos mercados internos e externos
Objetivos Específicos	Garantir a Segurança alimentar
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Inácio Afonso Kroetz
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">- Área declarada livre de febre aftosa com vacinação (km²); Fórmula de cálculo: área do territórios nacional declarada livre de febre aftosa com vacinação, pela OIE.- Área declarada livre de febre aftosa sem vacinação (km²) Fórmula de cálculo: área do territórios nacional declarada livre de febre aftosa sem vacinação, pela OIE.- Incidência da praga “Cydia Pomonella” Fórmula de Cálculo: número de municípios do território nacional com ocorrência da praga de produção de maçãs- Incidência da Praga “Mosca da Carambola” Fórmula de Cálculo; Número de Municípios do território nacional com ocorrência da praga “Mosca da Carambola”- Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina Fórmula de Cálculo: número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina- Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica Fórmula de Cálculo: número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país- Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca Fórmula de Cálculo: Número de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país.- Número de Ocorrências de Raiva Bovina Fórmula de Cálculo: número total de casos confirmados de Raiva em rebanhos do país- Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola Fórmula de Cálculo: número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA, por estados- Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades- Taxa de Incidência da Doença “Cancro Cítrico” Fórmula de Cálculo: (Número de Plantas erradicadas com a doença, em relação ao número de plantas inspecionadas)*100
Público-Alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária



Ações do Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tabela 3 – Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlado a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos nos território
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Laucir Rodrigues Gonçalves
Unidades Executoras	Órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e demais entidades envolvidas na defesa fitossanitária (execução descentralizada).

Objetivos

Preservar em níveis adequados as condições fitossanitárias das culturas nacionais de interesse econômico visando impedir a introdução e proliferação de agentes patogênicos em áreas livres de pragas já estabelecidas ou para outras regiões do território brasileiro e em outros países.

Contexto

O PI VIGIFITO posiciona-se como uma ação multidisciplinar, já que interage harmonicamente com vários outros PIs do DSV como por exemplo na vigilância fitossanitária das atividades do ERRADMOSCA e PCEVEGETAL. A complexidade e abrangência do PI indicam a importância do VIGIFITO e suas Atividades de Certificação, inspeção e vigilância fitossanitárias (na origem, no trânsito interestadual e no apoio ao trânsito internacional) e as demais (ARP, Quarentena Vegetal, Cooperação Internacional e Nacional e Capacitação de Recursos Humanos).

Inspeção Fitossanitária no trânsito interestadual (fases de comercialização interna e pré-exportação)

Parte das ações do PI VIGIFITO tem atuação indireta do MAPA sendo executada em parceria com os órgãos estaduais de defesa vegetal. A descentralização opera-se via convênios, por delegação de competência, apoiando na construção e reformas de barreiras fitossanitárias. O aumento a cada ano das exigências para formalização de convênios e diminuição de recursos para tal fim dificulta o aprimoramento e a realização das ações. Existem órgãos estaduais relativamente bem estruturados com recursos humanos capacitados nos diversos segmentos de defesa e vigilância fitossanitária bem como bases físicas, veículos e equipamentos. Cabe ao MAPA a Supervisão, a Fiscalização e a Auditoria da atuação desses órgãos.



Inspeção em "Packing-Houses" (casas embaladoras)

É um segmento desenvolvido diretamente pelas SFA, ou eventualmente por técnicos do DSV, muito importante na fase pré-exportação, inclusive com tratamentos pós-colheita ou quarentenários, exigidos pelos países importadores.

No ano de 2009 essa atividade possibilitou a exportação de:

Tabela 4 – Volume de Exportação

Destino	Volume exportado (kg)
Manga	
EUA	23.598.162
Japão	405.755
Chile	166.179
Mamão	
EUA	3.261.927
Citrus	
EUA	17.571.657

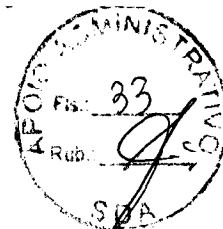
Arp - Análise de Riscos de Pragas

As atividades de Análise de Riscos de Pragas são desenvolvidas no âmbito do DSV pela Divisão de Análise de Riscos de Pragas – DARP, da CGPP, que tem como objetivos estratégicos identificar e indicar os riscos fitossanitários associados à importação de produtos vegetais e seus subprodutos, bem como propor medidas mitigadoras deste risco. As ações da DARP subsidiam as ações de quarentena vegetal, negociações internacionais, negociações de acordos bilaterais, padronizações internacionais no âmbito dos organismos multilaterais como Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais - CIPV e MERCOSUL. Estas ações estão alinhadas aos princípios da CIPV, destacadamente às Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias - NIMF.

Impactos na sociedade e nos mercados: As ações da DARP impactam a sociedade na medida em que subsidia e acelera o acesso de produtos agrícolas nacionais a novos mercados, por meio de elaboração de informações estruturadas para eliminação de barreiras fitossanitárias ao comércio destes produtos. Neste sentido atua em duas vertentes, sendo uma por meio da estruturação de informação sobre o status fitossanitários dos cultivos no Brasil para abertura de novos mercados, e outra por meio do estabelecimento de requisitos fitossanitários adequados para evitar a introdução de novas pragas que podem impactar o agronegócio brasileiro, seja pela dificuldade de acesso a novos mercados, ou mesmo pela perda de mercados já consolidados. Sendo o saldo positivo da balança comercial brasileira fortemente dependente do setor agropecuário, a manutenção do atual status fitossanitário dos cultivos é importante na medida em que mantém grande quantidade de postos de trabalho e confere crescimento econômico ao País.

Mecanismos e ferramentas: Elaboração de normas e normas e regulamentos para importação de produtos vegetais, Direcionamento de ações de fiscalização nos estados da federação, credenciamento de centros colaboradores, reuniões técnicas, capacitações e treinamentos, avaliação de processos e de produtos, monitoramento, supervisões e auditorias.

Metas físicas: ARP elaboradas, normas e pareceres técnicos elaborados, legislações publicadas, auditorias realizadas, reuniões técnicas realizadas, participações em eventos científicos realizadas, Produtos Vegetais de Importação Autorizada - PVIA cadastrados,



demandas de Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - ONPF de outros países analisadas.

Atividades desenvolvidas em 2009

- a) publicação de 22 Instruções Normativas com requisitos fitossanitários para importação de produtos vegetais.

Tabela 5 – Instruções Normativas Publicadas

IN	Descrição
IN 68/2009	Adota os Requisitos Fitosanitários para <i>Avena sativa</i> (aveia) segundo o País de Destino e Origem, do MERCOSUL.
IN 74/2009	Adota os Requisitos Fitosanitários para <i>Allium cepa</i> (cebola) segundo o País de Destino e Origem, do MERCOSUL.
IN 73/2009	Adota os Requisitos Fitosanitários para <i>Allium sativum</i> (alho) segundo o País de Destino e Origem, do MERCOSUL.
IN 69/2009	Adota os Requisitos Fitosanitários para <i>Hordeum vulgare</i> (cevada) segundo o País de Destino e Origem, do MERCOSUL.
IN 70/2009	Adota os Requisitos Fitosanitários para <i>Vaccinium</i> spp. (mirtilo) segundo o País de Destino e Origem, do MERCOSUL.
IN 71/2009	Adota os Requisitos Fitosanitários para <i>Lotus</i> spp. (lotus) segundo o País de Destino e Origem, do MERCOSUL.
IN 72/2009	Adota os Requisitos Fitosanitários para <i>Lolium</i> spp. (azevém) segundo o País de Destino e Origem, do MERCOSUL.
IN 41/2009	Aprovar os requisitos fitossanitários para a importação de sementes secas e sementes pré-germinadas de dendê (<i>Elaeis guineensis</i>) (Categoria 4, Classe 3) produzidas no Equador.
IN 39/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de grãos de trigo (<i>Triticum aestivum</i>) (Categoria 3, Classe 9) produzidos na Rússia.
IN 30/2009	Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de mudas in vitro de mirtilo (<i>Vaccinium corymbosum</i>) (Categoria 4, Classe 1) produzidas nos Estados Unidos da América - EUA.
IN 29/2009	Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de folhas e hastes de murta (<i>Myrtus communis</i> Mill.) e folhas, novas e ainda fechadas, de tamareira (<i>Phoenix dactylifera</i>) (Categoria 3, classe 5) produzidas em Israel e destinadas às celebrações religiosas judaicas no Brasil.
IN 27/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4, Classe 3) de estilosantes (<i>Stylosanthes guyanensis</i>) produzidas na Tailândia.
IN 26/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de sementes secas e sementes pré-germinadas (Categoria 4, classe 3) das espécies de dendê <i>Elaeis guineensis</i> e <i>Elaeis oleifera</i> e do dendê híbrido interespecífico Coari (<i>Elaeis guineensis</i> x <i>Elaeis oleifera</i>) produzidas na Colômbia.
IN 20/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de raiz de mandioca (<i>Manihot esculenta</i>) (Categoria 3, Classe 4), produzida na Bolívia.
IN 19/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para importação de mudas (Categoria 4, Classe 1) de Pinus (<i>Pinus taeda</i>), produzidas na Argentina.

34

IN 18/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de mogno africano (<i>Khaya senegalensis</i>) produzidas em Honduras.
IN 11/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação grãos de rosa mosqueta (<i>Rosa aff rubiginosa</i>) produzidos na Argentina.
IN 10/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para importação de sementes (Categoria 4, Classe 3) de <i>Swinglea glutinosa</i> (swinglea), produzidas na Colômbia.
IN 9/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de embriões somáticos e plântulas in vitro de pinus (<i>Pinus taeda</i>) (Categoria 4, Classe 1), produzidos no Canadá.
IN 8/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de castanhas de caju in natura (<i>Anacardium occidentale</i>) (Categoria 3, Classe 10) produzidas em Guiné-Bissau.
IN 7/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para importação de sementes de algodão (<i>Gossypium hirsutum</i>) (Categoria 4, Classe 3), produzidas na Costa Rica.
IN 5/2009	Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de grãos de mamona (<i>Ricinus communis</i>) (Categoria 3, Classe 9) produzidos na Argentina.

b) elaboração de 11 minutas de Instrução Normativa com requisitos fitossanitários para importação de produtos vegetais, que se encontram em processo de negociação com as ONPFs dos países exportadores.

c) Recebeu e formalizou 70 novos processos de ARP;

d) Foram emitidos 402 memorandos, 206 pareceres técnicos, 43 notas técnicas e 8 informações técnicas.

e) Encaminhamento de 27 relatórios enviados a países estrangeiros contendo informações sobre espécies vegetais brasileiras para subsidiar a realização de Análise de Risco de Pragas e conseqüente abertura de mercados internacionais, conforme discriminado abaixo.

Tabela 6 – Análise de Risco

	Produto	País
Citros	fruto	Japão
		África do Sul
		Irã
		EUA
		Austrália
Algodão	fibra	Índia
Café	grão	Peru
		Equador
		Venezuela
Braquiaria	semente	Paraguai
Caju		Bolívia
Estilosantes	semente	Paraguai
Eucalipto	semente	Uruguai
Lírio	flor	Bolívia
Maçã	fruto	Taiwan
		Índia



		Indonésia
		Filipinas
		Angola
Mamão	fruto	Chile
		Japão
		Peru
		África do Sul
Manga	fruto	Indonésia
		África do Sul
Melão	fruto	Indonésia
		Índia

f) Participação em Reuniões do COSAVE, MERCOSUL e da CIPF, discutindo: propostas de novas NIMFs, de melhorias nas NIMFs já existentes, assuntos relacionados à questões fitossanitárias da região do COSAVE e harmonização de requisitos fitossanitários no MERCOSUL

g) Treinamento de técnicos da Divisão para execução de análise de Risco de Pragas, realizado nos Estados Unidos.

h) Aprovação e publicação do Edital 32/2009, em parceria com CNPq e financiado por recursos do CT-Agro, voltado para o levantamento, em nível mundial, de informações estratégicas sobre pragas associadas a diversas espécies vegetais, de forma a subsidiar a Divisão de Análise de Risco de Pragas no processo de elaboração de requisitos fitossanitários para importação de produtos vegetais, suas partes e subprodutos.

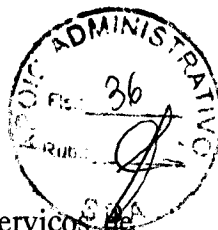
Quarentena Vegetal

As atividades relacionadas à prevenção e ao monitoramento da entrada e disseminação de pragas no País adquiriram grande importância estratégica, principalmente após a entrada em vigor do acordo de medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS) elaborado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse acordo estabeleceu as bases para o livre comércio e para a eliminação das barreiras tarifárias. Assim, argumentos fitossanitários ganham importância nas negociações comerciais, a quarentena e a ARP se tornam imprescindíveis, não só para proteger nossos cultivos de pragas quarentenárias impactantes, como também representam instrumento importante nos processos de acesso e manutenção de mercados para nossos produtos agrícolas e questionamento de barreiras veladas a estes.

Pode-se ressaltar a importância de um programa de quarentena vegetal quando se considera os relatos de introdução de pragas quarentenárias que resultaram em grandes prejuízos para a agricultura brasileira. Nesse contexto, podem-se listar várias pragas introduzidas que causam prejuízos para a agricultura brasileira e que representam barreira fitossanitária para nossas exportações: *Ceratitis capitata*, *Bactrocera carambolae*, *Anthonomus grandis*, *Mycosphaerella fijiensis* e a *Phakopsora pachyrhizi* - Ferrugem da Soja que na safra de 2003/2004 causou um prejuízo de cerca de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para a lavoura de soja.

As atividades de quarentena vegetal abrangem:

- atualização das listas de pragas regulamentadas, dentro dos preceitos da legislação brasileira e das normas internacionais dos organismos dos quais o Brasil é signatário;



- subsídio e acompanhamento das ações de quarentena vegetal junto aos serviços de defesa agropecuária e os pontos de ingresso nos estados;
- gestão estratégica das informações sobre o status fitossanitário do Brasil e demais países;
- credenciamento e auditoria das estações quarentenárias, bem como, viabilizar o aumento do número de estações credenciadas pelo MAPA para atender a atual demanda de material a ser quarentenado.
- disponibilização dos requisitos fitossanitários exigidos para o Brasil para as exportações de vegetais e suas partes detalhadas por produto, praga e país de origem.
- disponibilização dos requisitos fitossanitários exigidos pelo Brasil para as importações de vegetais e suas partes detalhadas por produto, praga e país de destino.
- elaboração e distribuição de cartazes, *folders*, CDs, manuais e informativos sobre pragas quarentenárias;
- elaboração e revisão de normas relativas à quarentena vegetal;
- representação do País nos fóruns internacionais que tratam de quarentena vegetal;
- capacitação de recursos humanos na área de quarentena vegetal.

Atividades realizadas em 2009:

Auditoria de Estações Quarentenárias

Justificativa: Fazer levantamento da situação das Estações Quarentenárias Brasileiras visando melhoria de procedimentos e necessidade de revisão da norma de credenciamento com objetivo de aumentar a segurança fitossanitária na importação de material de pesquisa ou com fins de credenciamento.

Data da elaboração: 12/02/2009

Objetivo: Vistoria das instalações do Centro de Pesquisa da Du Pont-Pionner para fins de credenciamento de Estação quarentenária, Coxilha/RS.

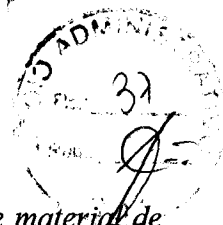
Data da elaboração: 09/02/2009

Objetivo: Vistoria das instalações do Centro de Pesquisa da DuPont-Pionner para fins de credenciamento de Estação quarentenária, em Planaltina/DF.

Data da elaboração: 20/08/2009

Objetivo: Vistoria das instalações da Estação quarentenária do IAC para verificação de procedimentos com ênfase em material *in vitro*.

Avaliação de Requerimentos de Importação de Material de Pesquisa.



Justificativa: a Instrução Normativa 01 de 1998, que regulamenta a importação de material de pesquisa determina que para a importação de material com capacidade de multiplicação ou reprodução organismos para controle biológico e outros fins e solo devem ter requerimento de importação aprovado pelo DSV.

Data da elaboração: Atividade contínua

Objetivo: avaliar com fins de homologação pelo Sr Diretor de Sanidade Vegetal os requerimentos de importação de material de destinados a pesquisa científica. No ano de 2009 foram homologados 435 processos, sendo 338 com recomendação para quarentena.

Elaboração e/ou Atualização de Legislação Relacionada à Quarentena Vegetal

Justificativa: Manter completo e atualizado o conjunto de normas necessárias para a execução das atividades de quarentena vegetal no Brasil.

Tabela 7 – Portaria Publicada

Tipo	Número	Data Assinatura	Data Publicação	Ementa
Portaria	300	09/02/2009	12/08/2009	Homologa o credenciamento das Estações Quarentenárias da Empresa Pioneer HiBred international.

Avaliação e Acompanhamento das Ações de Quarentena dos SEDESA e Pontos de Ingresso/Egresso do País.

Justificativa: Devido ao potencial de danos que a introdução de novas doenças pode ocasionar no país, medidas quarentenárias são adotadas e devem estar sendo constantemente monitoradas, e se necessário reformuladas, visando a formar uma barreira capaz de permitir o comércio internacional de produtos reduzindo o risco de introdução de pragas ausentes que possam provocar prejuízos à agricultura.

As atividades de quarentena não devem determinar apenas o que inspecionar, mas como inspecionar. A base para esta atividade é a informação gerada durante os processos de análise de risco de pragas, ONPF, instituições de pesquisa, universidades, publicações científicas, setor produtivo. Também é fonte geradora de informação para o direcionamento das atividades de quarentena as interceptações de pragas nas partidas importadas e exportadas.

Data da elaboração: Atividade contínua

Essas atividades estão sendo realizadas principalmente com elaboração de pareceres, informações e notas técnicas orientando a ação dos fiscais nos estados. Também, utilizamos a Internet e o telefone para auxiliar na solução de problemas.

Participação em Reuniões e Visitas Técnicas

Data da elaboração: 25/03/2009

Objetivo: Visita técnica às instalações do MAPA que deverão ser destinadas ao funcionamento de laboratório para identificação, de pragas quarentenárias em judiaí.

Data da elaboração: 17 a 23/05/2009



Objetivo: Participação na reunião dos Grupos "Ad Hoc" do COSAVE, em assuntos de Quarentena e Reexportação de sementes, Buenos Aires, Argentina.

Data da elaboração: 03 a 09/05/2009

Objetivo: Participação na reunião do Grupo Técnico Permanente em Quarentena Vegetal do MERCOSUL realizada em Assunção, Paraguai.

Data da elaboração: 06 a 05/06/2009

Objetivo: Participação na reunião do Plano de Contingência para a monília do cacau.

Data da elaboração: 08 a 11/07/2009

Objetivo: Participação na reunião bilateral Brasil e Chile para discutir temas da área de Sanidade vegetal.

Data da elaboração: 04/06/2008

Objetivo: Participação na reunião do Departamento de Sanidade Vegetal e a empresa Monsanto sobre credenciamento de Estação Quarentenária.

Data da elaboração: 21 a 27/06/2009

Objetivo: Participação na II reunião do Grupo "Ad Hoc" Vigilância-COSAVE., em Porto Alegre/RS.

Data da elaboração: 08 a 14/11/2009

Objetivo: Participação na VIII Reunião do Grupo "Ad Hoc" para Assuntos de Quarentena do COSAVE., em Montevideu, Uruguai.

Representação do País nos Fóruns Nacionais e Internacionais sobre Quarentena Vegetal

Data da elaboração: 03 a 07/08/2009

Objetivo: Participação da XLII Congresso Brasileiro de Fitopatologia, no Rio de Janeiro.

Relacionamento e Cooperação Internacional

Na área internacional, o Departamento, como ONPF do Brasil, participa diretamente de fóruns e eventos diversos, no seio do MERCOSUL, COSAVE, FAO, CODEX ALIMENTARIUS, CIPV, principalmente na elaboração, revisão, revogação, harmonização de legislação e normas diversas e acompanhamento de missões técnicas internacionais, bi e multilaterais.

Relacionamento e Cooperação Doméstica

Internamente o DSV e as Superintendências Federais de Agricultura interagem diretamente com a sociedade organizada, estatal e privada, e diversas formas de organização de produtores, em fóruns, debatendo sobre normas relativas à defesa sanitária vegetal, lançando de campanhas diversas, inclusive educativas, elaborando de planos internos e programação físico-orçamentária, formalizando e supervisionando os convênios celebrados, e demais atividades que envolvam parcerias estratégicas e operacionais.

Capacitação De Recursos Humanos Institucionais



Este segmento busca aprimorar o capital humano do MAPA no sentido de que possam desenvolver-se e melhor se qualificar para executar suas competências ou supervisionar/monitorar as atribuições de parceiros. São treinamentos os mais diversos nos quais o próprio MAPA fornece os docentes ou contrata serviços de terceiros para essas tarefas.

Tabela 8 - Metas e resultados da ação no exercício - PI VIGIFITO

META	PREVISÃO	DESCENTRALIZADOS /CORRIGIDO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO %
Financeira Custeio	R\$ 6.254.000,00	R\$ 3.630.605,31	R\$ 3.626.361,49	99,88
Financeira Investimento	R\$ 8.200.000,00	R\$ 4.928.687,10	R\$ 4.928.127,10	99,99
Física	1.500.000	596.621	601.837	100,87

OBS: Ainda há deficiência de preenchimento do SIPLAN por alguns Estados, o que traduz em um resultado obtido inferior a realidade.

Atividades desenvolvidas pelo DSV no âmbito do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul-COSAVE

- Coordenação de posições dos países membros nos assuntos tratados no âmbito da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV/FAO).
- Coordenação de todas as atividades relacionadas com as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária (ONPF).
- Aumento do número de reuniões regionais e internacionais efetivamente realizadas com participação de delegados dos países membros do COSAVE.
- Geração de documentos de comentário e posição regional, logrados através de consenso regional que servem de base no processo de discussão e geração de Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias, que por sua vez são indicativas no Acordo de Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AAMSF/OMC).
- Desenvolvimento de standards regionais de medidas fitossanitárias e bases de dados como contribuição para a harmonização dos assuntos fitossanitários que afetam o intercâmbio comercial de artigos regulamentados na região.
- Geração de documentos de avaliação e manejo dos riscos regionais, para pragas que constituem as principais limitantes comerciais de alguns dos principais produtos de exportação da região, e que foram utilizados para negociações bilaterais e multilaterais.
- Participação nas reuniões do Conselho Agropecuário do Sul (CAS).
- Maciça participação do COSAVE no âmbito internacional, não somente em reuniões organizadas pela Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV), mas também através de participação direta como Organização Regional de Proteção Fitossanitária em reuniões estratégicas e de negociação da região.
- Análise conjunta, em todas as instâncias possíveis e pelos países membros do COSAVE, dos rascunhos de Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias (NIMFs).



- Envio de posições regionais sobre as normas em consulta pública para aprovação na Comissão Interina de Medidas Fitossanitárias (CMF) e na Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF).
- Apoio constante aos delegados no Comitê de Normas (CN) da CMF.
- Proposição de delegados regionais qualificados nos Grupos de Trabalho e Painéis Técnicos da CMF e acompanhamento das suas atividades.
- Com custos para o COSAVE, envio de delegados regionais para reuniões de importância estratégica para o COSAVE na CIPV.
- Incremento de ações de contato com o MERCOSUL e os delegados regionais ao Acordo de Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AAMSF/OMC).
- Atuação conjunta e coordenada entre as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária (ONPFs) nas reuniões da CMF.
- Incremento acelerado do papel do COSAVE junto a outras Organizações Regionais de Proteção Fitossanitária (ORPFs).
- Incorporação permanente de novos inspetores credenciados no Registro de Inspectores Autorizados para assinar Certificados Fitossanitários da região do COSAVE.

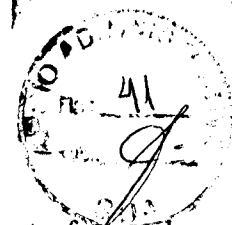
Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola

Tabela 9 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da " <i>Bactrocera Carambolae</i> " e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de fogo da praga. Revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Unidades Executoras	Este programa está sob coordenação da CGPP/DSV Conforme estabelecido no DECRETO 2226 /97 Sendo as ações realizadas pelos Serviços de Sanidade Agropecuária (execução direta) com apoio das Agências de Defesa Agropecuária Estaduais

A *Bactrocera carambolae* é uma praga de grande importância econômica para países produtores e exportadores de frutas. Seu potencial de danos diretos (ataque aos frutos) e indiretos (restrições quarentenárias dos países que não têm a praga quanto aos produtos hospedeiros daqueles que a têm) é muito grande. São estimadas perdas de cerca de US\$ 100 milhões anuais caso a praga se estenda para todo o país.

Para USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos cada dólar investido na erradicação da praga geraria benefícios marginais entre 65 a 88 dólares, dependendo



do cenário estimado. Esse fato reforça o conceito de que a melhor e mais barata forma de controle e a prevenção.

Nesse sentido, o MAPA vem realizando grandes esforços para sua contenção na fronteira com a Guiana Francesa e apoiando efetivamente a sua erradicação do continente americano em que são envolvidos os quatro países da América atingidos por ela, tais como: Suriname, Guiana, França (Guiana Francesa) e Brasil. Exemplo de sua importância para o país é a edição do Decreto nº 2.226/97.

O Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola – PNEMC tem como objetivo principal a manutenção das 26 unidades da federação como livre e a erradicação da praga do Estado do Amapá o que resultará no Brasil livre da mosca da carambola

O Brasil está dividido em áreas de alto risco, médio e baixo risco de dispersão da praga: Em todo o país estão localizadas aproximadamente 3.500 armadilhas para detecção da praga caso ela ocorra. Estas informações de não detecção da praga tem papel importante nas negociações internacionais realizadas pelo MAPA para abertura do mercado de frutas brasileiro.

Ações realizadas pelo PNEMC: i

A) Fortalecimento do monitoramento no estado do Pará (alto risco) São 600 armadilhas instaladas na região considerada de alto risco ou seja baixo Rio Amazonas até Juriti que esta na fronteira com Parintins no Amazonas, também são realizadas ações de prevenção e controle na região de Monte Dourado – Almeirim – Pará.

B) Monitoramento no Estado de Roraima. Amazonas, Acre, Rondônia, Maranhão, Tocantins (alto risco)

C) Demais estados do norte e Centro Oeste (médio risco).

D) Principais pontos de entrada e saída do país, como portos, aeroportos e postos de fronteira do Brasil. (baixo risco)

E) Estado do Amapá onde a praga está controla desde 1996:

e1): Monitoramento quinzenal dos seus dezesseis municípios

e2) Planos de erradicação, contenção, emergenciais e ações de monitoramento no estado do Amapá

e3) Plano de Contenção da Mosca da Carambola na Região do Oiapoque e Carnot: são monitorados 148 armadilhas e realizada ações de controle,

e4) Planos Emergenciais que ações de combate em locais onde se detecte focos da praga

e5.) Plano de Pós Erradicação do Vale do Jarí:

O Vale do Jarí é uma região compreendida pelos municípios de Laranjal do Jarí (LJ) no Amapá e pelo distrito de Monte Dourado (MD), Almeirim-Pará, separados pelo rio Jarí, de aproximadamente 200m de largura Essa área se apresenta contígua com as mesmas características de clima, vegetação.

No período de 14/02/07 a 31/03/08 foi implantado o Plano Emergencial do Vale do Jarí que contemplou as ações de monitoramento da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*), visando verificar a flutuação populacional nas áreas de foco e delimitar a área de ocorrência bem como as medidas de combate para erradicação da praga na região.



A primeira detecção da praga no Vale do Jarí ocorreu no município de **Laranjal do Jarí** com a captura de um exemplar da mosca da carambola em armadilha instalada numa caramboleira próxima a uma oficina de lavagem e manutenção dos ônibus procedentes de Macapá. Um segundo foco foi detectado em frente a um alojamento de motoristas destes ônibus. O que indica que frutos contaminados podem ter sido trazidos por pessoas das outras áreas com a presença da praga no estado do Amapá. As ações de controle foram iniciadas de forma incipiente tornando-se efetiva somente em dezembro de 2006.

A primeira detecção da *B. carambolae* no distrito de Monte Dourado ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2007 com a captura de três espécimes machos. A partir do dia 14/02/2007, equipes da SFA/PA, ADEPARÁ e SFA/AP se deslocaram para Monte Dourado e Laranjal do Jarí com o objetivo de implementar as ações do plano de contingência. Ou seja, em 48 horas foram adotadas as medidas de emergência para erradicação dos focos detectados em Laranjal do Jarí e da extensão destes em Monte Dourado. Anexo 01.

Tendo em vista os baixos índices de captura em Monte Dourado, até 12/03/2007 considerou-se as ocorrências detectadas como uma extensão do foco de Laranjal do Jarí, tendo em vista a pequena distância que separa os dois municípios na altura dos locais de coleta.

Somente a partir de 13/03/2007, com a expansão da área monitorada, foi declarado um foco em Monte Dourado com a captura de 70 machos em armadilha Jackson e 2 fêmeas em armadilha McPhail, instaladas na área do Planalto e as 311 coletas efetuadas na comunidade do Braço entre os dias 15 e 22/03/07.

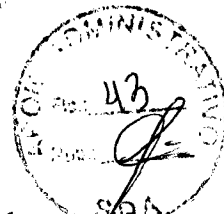
As ações estão sendo realizadas pela SFA/AP, SFA/PA, ADEPARA, Prefeitura de Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Prefeitura de Almerim considerando-se que a área de foco deve ser tratada como um todo para o sucesso do trabalho já que a erradicação de uma área depende do trabalho bem feito na outra, respeitada a divisão geopolítica dos estados e municípios. Desta forma, em Monte Dourado e Laranjal do Jarí estão sendo adotadas medidas enérgicas de controle como pulverizações, coleta de frutos e a técnica de aniquilamento de machos, erradicação de caramboleiras e educação sanitária sem as quais os focos não poderão ser erradicados.

Com a necessidade de realizar prospecção em área de maior abrangência houve uma expansão gradual das áreas trabalhadas tanto no município de Laranjal do Jarí como no Distrito de Monte Dourado. Desde o início da delimitação, em fevereiro de 2007 até a presente data, foram prospectadas 29 áreas em Monte Dourado 16 regiões em Laranjal do Jarí. Os quadros 1 e 2 mostram as áreas monitoradas e prospectadas.

Após a aplicação contínua das medidas fitossanitárias em Monte Dourado, a última captura de adulto em armadilhas foi em 08 de junho de 2007 e de larva em frutos em 20 de julho de 2007. Em Laranjal do Jarí a última captura em frutos foi em 13 de agosto de 2007 e não houve captura de larvas até a presente data. Portanto, os resultados de monitoramento demonstram ausência da praga por um período superior a cinco ciclos.

Como o tempo decorrido desde a última detecção excedeu três ciclos de vida da espécie de acordo com a norma internacional NIMF 26, a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária Brasileira declarou o foco de Monte Dourado e Laranjal do Jarí erradicado em 29/02/08 junto ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul. A partir desse momento iniciou-se a implantação do Plano Operacional/Pós Erradicação do vale do Jarí que contempla as medidas e ações voltadas para a vigilância intensiva e manutenção do status da erradicação da mosca da carambola em Laranjal do Jarí- AP e Monte Dourado-PA.

No dia 24 de novembro de 2009 foi capturado um espécime macho na rota de monitoramento de Águas Lindas, num hospedeiro- jambeiro, sem frutos, plantado junto a uma pocilga. No mesmo dia foram implementadas as medidas do Plano Emergencial de Erradicação,



ou seja, aumento de densidade de armadilhas em torno do foco, leituras diárias durante 15 dias nas rotas de Monte Dourado, Bitubinha e Águas Lindas, pulverizações semanais de isca tóxica e lançamento de blocos a cada 20 dias. São 463 armadilhas Jackson 180 McPhail monitoradas semanalmente, sendo que

Até a presente data (18.02.10) perfazem 86 dias e nenhum espécime mais foi capturado o que vem indicando que a forma de ocorrência é um “evento simples” As ações intensivas de monitoramento e controle continuaram sendo realizadas no Vale do Jari visando apoiar a conclusão do tipo de ocorrência.

Após análise dos dados de monitoramento do período de 24 de novembro de 2009 até 11 de fevereiro 2010 sem que **nenhum outro espécime fosse detectado na região concluiu-se** que a praga detectada deverá ser considerada transitória, conforme a NIMF 04 da FAO/ONU.

As ações previstas *Protocolo sobre medidas emergenciais implementadas quando da detecção de um espécime* - continuarão sendo realizadas. Esta detecção demonstrou que as ações de emergência foram implementadas em 24 horas indicando que a equipe de Monte Dourado e Laranjal do Jari esta capacitada para realizar ações de emergências nos critérios estabelecidos no Plano de Contingência do Vale do Jari,

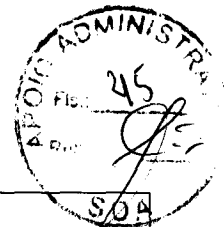
O Plano de Pós Erradicação do Vale do Jari tem uma equipe técnica composta de 02 Engenheiros Agrônomos da ADEPARA, 01 Técnico Agrícola da SFA-AP, 02 auxiliares de campo, sendo que para que as ações de controle fossem realizadas a ADEPARA contratou emergencialmente mais quatro auxiliares de campo.

Tabela 10 - Áreas monitoradas no Vale do Jari e status da praga até 18 de fevereiro/2010

Localidade	Área (ha)	Armad. Jackson	Armad. McPhail	Status da Praga em 18/02/2010
Laranjal do Jari – Área urbana	168	90	51	920 dias sem
Laranjal do Jari- Zona rural- Vicinais	26 km	19	3	
Vitória do Jari (AP)		8	0	
Rio Jari (AP)	Ao longo dos rios	10	1	Livre
Região do Rio Jari Padaria, Arapiranga, Santo Antonio da Cachoeira, Morro do Bodes e Balneário do Fonseca	xxxx	7	02	Livre
BR 156 (AP)	A cada 5km	15	4	
Margem direita do Rio Amazonas entre Rio Cajari e o Rio Jari		6	0	Livre
Rio Cajari		10	2	Livre
Rio Muriacá		4	0	Livre
Vila de Monte Dourado	182,82	59	34	988 dias sem detecção



Munguba	72,4	17	3	Livre
Bitubinha/est. Acesso	14	17	5	1081
Braço	36,43	14	14	986
Planalto	29,6	12	12	1003
Estrada Nova	33,5	6	2	Livre
Pimental	5,77 ha	3	0	Livre
Bandeira Estrada	58,72	6	3	944 sem detecção
Vila de Bandeira	4	4	4	997
Repartimento	3,76	4	0	Livre
Vila Nova	1	1	0	Livre
São Miguel	21,94	19	14	1004 dias sem detecção
Tinglingue	4,02 ha	1	0	Livre
Vila dos Gatos	4,19	2	2	Livre
Rio Paru	Ao longo do rio	9	0	Livre
Buritizal		2	0	Livre
Almeirim - Vila	177,27	15	5	Livre
São Militão-Água Branca	0,87	4	4	Livre
Bananal	0,50	2	0	Livre
Recreio	5,23 ha	2	0	Livre
Ramal Serra Grande	2 ha	2	0	Livre
Nova Vida		5	0	Livre
Estrada Via Aeroporto	A cada 5km	6		992 dias sem detecção
BR Almeirim MTD	A cada 5km	22	0	Livre v
Estrada parte de baixo	A cada 5km	9	1	986 dias sem detecção



Estrada MTD a São Miguel	A cada 5km	6	0	
Estrada Munguba a MTD	A cada 5km	5	0	
Águas Lindas	25,29	30	12	86 dias sem detecção
Pedral	2,12 ha	2	0	
Vila Bananal	NC	2	0	
Estrada Nova até ramal de Serra grande comunidade de Recreio	22 km	2	0	
Aterro Sanitário	XXX	1	1	
Ramal da Esperança		2		
Total		463	179	

e.2.6) Plano de erradicação do Sul do Amapá: Consiste em ações de monitoramento e controle das seguintes áreas: -Santana (10 áreas) , Ilha de Santana, Fazendinha, Macapá Sul e Norte,-Mazagão,-Ferreira Gomes.-Porto Grande e Matapi, - Itaúbal e Pacui e Pedra Branca do Amapari

Tecnicamente considera-se foco a detecção de um espécime de *Bactrocera carambolae* na área monitorada, índice que resulta na implementação imediata de um plano emergencial, em tempo máximo de 48 horas. Dado o intenso tráfego de barcos do porto de Santana para o baixo e médio Amazonas e Belém, e os vôos diários que deixam Macapá rumo ao sul do país, a presença da praga nesta região representa um grande risco constante de estabelecimento em outras regiões do Brasil.

A detecção do foco em Monte Dourado, estado do Pará em fevereiro de 2007 e a erradicado em março de 2008, é um caso típico do que pode acontecer em outras áreas do país portanto a melhor ação e prevenir reduzindo a Mosca da Carambola até erradicação em 2011 do sul do Estado do Amapá. O Quadro 01 indica a estratégia utilizada no Plano onde foram calculadas áreas totais e áreas reduzidas (retirando nascentes, áreas de construção, áreas onde não existem hospedeiros e etc). As equipes foram divididas em um líder de equipe e três a quatro auxiliares por área visando a pulverização, coleta de frutos em toda área reduzida semanalmente. São 2292 armadilhas instaladas na área trabalhada monitoradas quizenalmente.

Para esta ação foi realizada um pregão eletrônico para contratação de uma firma que presta serviços de apoio às ações de combate à Superintendência Federal de Agricultura do Amapá. Essas ações de combate realizadas semanalmente são o fator primordial para o sucesso do Plano no Sul do Amapá

As ações de combate em toda área foi concluída no mês de novembro de 2009 quando tivemos lideres de campo e veículos suficientes para que cada área pudesse realizar ações de pulverização semanal, ações de controle e monitoramento.

A partir da contratação de auxiliares de campo para apoiar as ações e aquisição de veículos para que cada área pudesse trabalhar independentemente foi traçado um plano de ação conforme o protocolo internacional e normas internacionais de medidas fitossanitárias

resultando na redução da densidade da praga desde do início da implementação do Plano até o momento de 50%.indicando comprovando que as ações realizadas reduzem efetivamente a população da praga na região. Os demais auxiliares de campo estão prestando serviços nos demais municípios inseridos no Plano do Sul do Amapá, e nos Planos de Pós Erradicação do Vale do Jari e Contenção do Oiapoque, Laranjal do Jari

Tabela 11 - Área trabalhada na região do Plano de Erradicação do Sul do Amapá Fazendinha, Macapá Sul e Norte no Ilha de Santana, Santana Norte e Sul.

1	Área 01 - Sul	381,52	152,60	31	15	SFA-AP	3
2	Área 02 - Sul	345,52	138,20	28	14	DIAGRO	3
3	Área 03 - Sul	262,30	94,42	19	9	DIAGRO	4
4	Área 04 - Sul	308,27	120,22	24	12	DIAGRO	3
5	Área 05 - Sul	486,54	145,96	29	15	DIAGRO	3
6	Área 06 - Sul	498,24	150,37	30	15	SFA-AP	3
7	Área 07 - Sul	808,56	161,71	32	16	DIAGRO	3
08	Área 01 - Norte	506,24	151,87	30	15	SFA-AP	3
09	Área 02 - Norte	369,39	110,81	22	11	SFA-APs	4
10	Área 03 Norte /Curiaú	346,68	346,68	68	35	SFA -AP	3
11	Área 04 - Norte	761,60	304,64	61	30	DIAGRO	3
12	Área 05 - Norte	1151,09	376,30	75	38	SFA-AP	3
13	Área 06 - Norte					SFA-AP	3
14	Fazendinha	548,65	219,46	44	22	SFA-AP	3
15	Santana 01	1100,00	234,30	47	23	SFA-AP	3
16	Santana 02	197,84	98,92	20	10	SFA-APs	3
17	Santana 03	270,44	135,22	27	14	SFA-APs	3
18	Santana 04	231,30	115,74	23	12	SFA-APs	3
19	Santana 05	255,00	102,00	20	10	SFA-APs	3
20	Santana 06 - Ilha	329,90	65,98	13	7	SFA-APs	1
	TOTAL	9.793,76	3.246,40	649	325	20	60

F) Ações de Educação Sanitária: por meio de um Nucleo composto por técnicos da Superintendência Federal de Agricultura do Amapá, Pará e da Agencia Estadual de Defesa Agropecuária do Pará. A meta para 2010 é instituir um núcleo de educação sanitária nos estados de Amazonas, Maranhão, Roraima onde também serão discutidos e finalizados os Planos de Contingências de cada unidade federativa.

De 2007 a 2009 foram capacitados 437 multiplicadores e sensibilizados 4.417 e em 2009 foi produzido pelo MAPA material educativo para a realização dessas ações no valor de R\$ 120.000,00. Ações de educação sanitária estão sendo realizada em Santana, Macapá e demais localidades que fazem parte do plano visando elucidar a população e principalmente as crianças do problema da dispersão da praga, mostrando que as ações de combate são realizadas com

[Assinatura]



produtos orgânicos e conclamando a população a cumprir as portarias SDA 121/97, Portarias SFA-AP que proíbem o transporte e comercialização de frutos hospedeiros da praga para locais sem a presença da mesma

Em dezembro de 2009 com o objetivo de sensibilizar a população em geral do Vale do Jari para os prejuízos que a Mosca da Carambola causará na economia de nossa fruticultura, caso a detecção de um foco da praga no estado do Pará e nos demais estados brasileiros foram realizadas ações de educação sanitária em dezembro de 2009 onde foram capacitados mais 24 multiplicadores e, 484 alunos foram sensibilizados e seis novas escolas foram inseridas no Programa

Algumas ações realizadas pelo Nucleo no Vale do Jari.

- ✓ Reuniao com os multiplicadores para estabelecer as estratégias de ação para as ações educativas no ano de 2010;
- ✓ Apresentação os trabalhos desenvolvidos pelo Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola através de materiais educativos e informativos;
- ✓ Realizar trabalhos lúdicos junto a crianças do ensino fundamental e ou médio das escolas municipais do vale do Jari;
- ✓ Apresentação de Teatro de Fantoches para crianças de ensino infantil como recurso Informativo sobre a mosca da carambola e os frutos hospedeiros que não podem ser transportados de uma área contaminada para uma indene;
- ✓ Distribuição cartilhas da mosca da carambola, como recurso informativo para a criança do ensino fundamental.
- ✓ Reunião de planejamento com a Fundação Orsa e multiplicadores para a implantação de um Programa de APROVEITAMENTO DE FRUTOS HOSPEDEIROS na alimentação das comunidades locais.

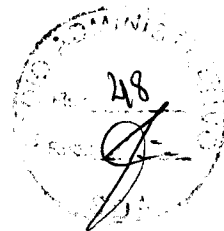
Recursos Orçamentários Utilizados:

Do montante de R\$ 3. 100.000,00 previsto na LOA/2009, cerca de R\$ 1.600.000,00 foram aprovados para Custeio e R\$ 1.400.000,00 para Investimento sendo contingenciados R\$ 32.844,16 e R\$ 112.074,90 respectivamente.

Foram empenhados em Custeio R\$ 1.567.683,64 com 99,91% de execução e em Investimento R\$ 1.287.325,00 resultando em 100% de execução do credito. Os recursos solicitados para 2010 foram de R\$ 7.100.000,00 para que se possa realizar ações de prevenção, controle, erradicação, no entanto foram aprovados somente R\$ 3.100.000,00 , não será suficiente para realizar as ações do Programa em 2010..

Tabela 12 - Metas e resultados da ação no exercicio

META	PREVISÃO	DESCENTRALIZADOS	EXECUÇÃO Empenhado	EXECUÇÃO %
Financeira Custeio	R\$ 1.600.000,00	R\$1.567.155,64	R\$ 1.567.683,64	99,91
Financeira Investimento	R\$ 1.400.000.00	R\$ 1.287.325.00	R\$ 1.287923,00	100
Física	ha	293.000.00		100



Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Tabela 13 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores, plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiros fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal
Coordenador Nacional da Ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Unidades Executoras	Órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e demais entidades envolvidas na defesa fitossanitária (execução descentralizada) e técnicos das Superintendências Federais de Agricultura por meio dos Serviços de Sanidade Agropecuária (execução direta)

Em relação à Ação **Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais** o Programa engloba as atividades de:

- Prevenção e Controle da Vespa da Madeira e da Broca da Teca, duas importantes pragas florestais.
- Manutenção e caracterização das Áreas Livres e Sistemas de Manejo de Risco da mosca sul-americana das cucurbitáceas, com o objetivo de atendimento às exigências fitossanitárias de países importadores (EUA, Uruguai, Argentina), ao mesmo tempo em que permite a preservação da sanidade desse segmento da horticultura nacional.
- Prevenção da ferrugem asiática da soja, por meio de apoio a diversos órgãos que constituem uma rede de especialistas na praga (Consórcio Antiferrugem), permitindo a divulgação das estratégias de controle, introdução de novas tecnologias, de cultivares mais produtivas e técnicas mais eficientes de manejo na cultura. A ação possibilita a elevação da produtividade da cultura ao passo que combate aquela que é hoje a principal preocupação fitossanitária dos sojicultores no mundo.

- Em relação à sanidade na cultura canavieira destacamos a realização de levantamentos de detecção da broca-gigante e do bicudo da cana-de-açúcar, a vigilância da ferrugem alaranjada, além das atividades de educação fitossanitária com o setor sucroalcooleiro.
- Na cacaucultura, as atividades realizadas em 2009 visaram à prevenção de pragas quarentenárias ausentes, com destaque para a monilíase do cacauero. Levantamentos fitossanitários foram realizados na fronteira com o Peru e a Colômbia, áreas de ocorrência da praga. Importante destacar o controle realizado no trânsito internacional de sementes de plantas hospedeiras, o monitoramento nas florestas e áreas comerciais no Brasil e as ações de educação fitossanitária junto às populações da Amazônia.
- A sanidade da cafeicultura nacional é garantida por meio de inspeções em viveiro de mudas para controle do nematóide do cafeeiro e com o sistema de avisos fitossanitários implantado no Estado de Minas Gerais.
- Na fruticultura, diversas atividades visam garantir a sanidade da produção nacional, bem como abrir e manter mercados internacionais para a exportação de frutas brasileiras. São destaques:
 - ✓ Apoio ao Programa de Erradicação da Mosca da Carambola, executado no Amapá (destaque para a erradicação dos focos em Almeirim, PA);
 - ✓ A Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico, principalmente nos Estados de São Paulo e Minas Gerais;
 - ✓ O Programa de Erradicação da Lagarta das Maças, nas cidades de Caxias do Sul, Vacaria e Lages;
 - ✓ A erradicação do greening (atualmente a principal praga dos citros no mundo) em São Paulo, Paraná e Minas Gerais;
 - ✓ O Sistema de Manejo de Risco da pinta-preta dos citros, permitindo a exportação de frutas frescas ao mercado europeu;
 - ✓ O Programa de Exportação de Manga, com controle da mosca-das-frutas;
 - ✓ O Programa de Exportação de Mamão, com controle das viroses do mamoeiro e monitoramento da mosca-das-frutas;
 - ✓ A erradicação do cancro da videira;
 - ✓ A manutenção de Áreas Livres da sigatoka negra, permitindo as exportações de banana e o comércio interno;
 - ✓ A manutenção de Sistemas de Manejo de Risco da sigatoka negra, viabilizando o comércio em Unidades da Federação com ocorrência da praga.

Na cultura da **banana** as atividades visam à manutenção do comércio de frutos com a manutenção de áreas livres da praga e aplicação do Sistema de Manejo de Risco da Sigatoka negra, à erradicação de focos do Moko da Bananeira (*Ralstonia solanacearum*) e ao controle da traça da bananeira (*Opogona sacchari*).

A bananicultura brasileira apresenta características peculiares que a diferenciam do que ocorre na maioria das regiões produtoras do mundo, tanto no que diz respeito à diversidade climática em que é explorada, quanto em relação ao uso de cultivares, à forma de comercialização e às exigências do mercado consumidor. De modo geral, os cultivos seguem os

padrões tradicionais, com baixos índices de capitalização e tecnologia. Cultivos tecnicamente orientados são encontrados em São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais; neles observa-se a utilização de tecnologias importadas e adaptadas de outros países.

A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, é a doença mais importante da bananeira e dos plátanos na maioria das regiões produtoras de banana do mundo. Foi identificada no Brasil em fevereiro de 1998 nos municípios de Tabatinga e Benjamim Constant, no Estado do Amazonas. Em todas as regiões do mundo onde ocorre, a Sigatoka Negra constitui-se no principal fator de queda na produtividade dos bananais e dos plátanos, com redução de até 100% na produção, a partir do primeiro ciclo de cultivo. Atualmente a Sigatoka Negra é considerada Praga Quarentenária Presente no Brasil.

O Brasil possui, atualmente, mais de 1 milhão de hectares plantados com **frutas cítricas** e tem sido, desde a década de 80, o maior produtor mundial do setor. A maior parte da produção brasileira de laranjas destina-se à indústria de suco. Esta produção está basicamente concentrada no estado de São Paulo que, sozinho, é responsável por 70% da produção nacional de laranjas e 98% da produção de suco. O sistema agroindustrial da laranja no Brasil atende a aproximadamente 50% da demanda e a 75% das transações internacionais, segundo informações da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos – ABECitrus. O setor emprega diretamente cerca de 400 mil pessoas e é atividade econômica essencial de 322 municípios paulistas e 11 mineiros. A cada introdução de uma nova praga na cultura citrícola, os custos de produção se elevam e ameaçam a manutenção da atividade.

A **Mosca Negra dos Citros** (*Aleurocanthus woglumi*) teve sua primeira ocorrência relatada no Brasil no ano de 2001, no estado do Pará. Atualmente tem sua ocorrência comprovada também nos seguintes Estados: Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, São Paulo e Tocantins. Segundo relatos científicos, a praga ataca mais de 300 espécies de plantas, tendo como hospedeiros principais: citros, caju e abacate. Contudo, em elevada densidade populacional, os adultos podem se dispersar para outras plantas hospedeiras. Entre estas, encontram-se culturas de grande importância econômica como manga, uva, café, goiaba, banana, mamão e diversas ornamentais. A praga ameaça ainda a produção e comercialização de mudas das espécies hospedeiras, principalmente as cítricas, após a detecção da mesma na região onde estas atividades se concentram.

O **Huanglongbing – HLB** (ex-Greening) é uma doença causada pela bactéria *Candidatus Liberibacter* spp., que habita o floema das plantas hospedeiras. Atualmente, o HLB é considerado a praga de maior importância econômica da cultura dos cítricos em todo o mundo, por ser uma das mais severas e destrutivas para a cultura, sendo responsável pelo declínio e morte da planta. Plantas novas, quando contaminadas não chegam sequer a produzir. Não existe, hoje, variedade comercial de copa ou de porta-enxerto de citros imune à praga. De acordo com a legislação fitossanitária brasileira vigente, *Candidatus Liberibacter* spp. é considerada Praga Quarentenária Presente. A primeira detecção da praga no Brasil se deu em 2004, no Estado de São Paulo. Em 2005 teve sua ocorrência confirmada também em Minas Gerais e, logo após, no Estado do Paraná em 2007. Antes da detecção do greening no país, eram conhecidas duas variantes da bactéria causadora da enfermidade: *Candidatus Liberibacter africanus*, associado à forma africana da doença e *Candidatus Liberibacter asiaticus* associada à forma asiática. Uma terceira forma foi descoberta nos pomares paulistas, sendo denominada *Candidatus Liberibacter americanus*, até o momento presente somente no Brasil.

A **Pinta Preta dos Citros** ou Mancha Negra dos Citros é causada pelo fungo *Guignardia citricarpa*, que afeta todas as variedades de laranjas doces, limões verdadeiros, tangerinas e híbridos. A doença foi constatada pela primeira vez em pomares comerciais brasileiros em 1980, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, ocorre ainda nos seguintes





Estados: Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. O Sistema de Manejo de Risco para a praga, foi estabelecido com o objetivo de manter o comércio e a exportação de frutas cítricas frescas, principalmente para o mercado europeu.

O **Cancro Cítrico** tem como agente etiológico, a bactéria *Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*, que ataca todas as variedades e espécies de citros, constituindo-se numa das mais graves doenças da citricultura brasileira. A praga foi introduzida no Brasil em 1957, no Estado de São Paulo. Atualmente, a praga está presente nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo. Não existem medidas de controle capazes de eliminar completamente a praga. As plantas quando comprovadamente infectadas devem ser eliminadas, assim como as plantas do entorno, na estratégia de erradicação da praga.

Prevenção e controle do Cancro da Videira

A região do Submédio do Vale do São Francisco é o maior pólo exportador de frutas do Brasil. A cultura de **uva de mesa** é um dos principais elementos da economia dos municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. A região responde por aproximadamente 95% do total de exportações brasileiras da fruta e consolidou a uva como a fruta de maior receita na pauta de exportações da categoria. No entanto, desde 1998 observa-se na região de Petrolina e Juazeiro, o Cancro da Videira, causado pela bactéria *Xanthomonas campestris* pv. *viticola*, que chegou a representar perdas de até 100% de pomares, em variedades consideradas suscetíveis. Atualmente a praga se encontra presente nos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. Medidas de prevenção, controle e erradicação do cancro da videira visam preservar a exportação de uvas para o mercado internacional, além de manter a sanidade de outras regiões produtoras do país. A Instrução Normativa 09/2006 dispõe sobre as medidas de prevenção, controle e erradicação da praga, além de definir as cultivares e seus respectivos graus de suscetibilidade à doença e adotar as exigências fitossanitárias para a produção de mudas de videira. Material propagativo e mudas são os meios mais eficientes de disseminação da doença, principalmente a longas distâncias, o que demanda rigorosa inspeção fitossanitária.

O **Programa de Exportação de Mamão** para os EUA possibilita a exportação de mamão do Brasil com o nível apropriado de proteção fitossanitária com relação à mosca-das-frutas. Para isso devem ser adotados um conjunto de medidas de manejo de campo e nas casas de embalagem. Um Plano de Trabalho descreve as atividades a serem desenvolvidas por meio de acordo de cooperação entre o DSV, o APHIS (EUA) e a BRAPEX (Associação Brasileira dos Exportadores de Papaya). Ao DSV coube a responsabilidade de supervisionar o desenvolvimento geral e dirigir o programa (incluindo a verificação das áreas reconhecidas pelo APHIS como aptas a exportar) e as ações de sanidade ao nível de campo (controle das viroses e supervisão do monitoramento de mosca-das-frutas) e das casas de embalagem (Certificação Fitossanitária).

No **Programa de Exportação de Manga** foi desenvolvido o PROJETO ZONA TAMPÃO (para frutas não exportadas do Vale do São Francisco) com o objetivo de monitoramento da população de moscas-das-frutas (*Ceratitis capitata*) em área tampão de 5.740 ha de pomares de pequenos produtores de frutas não destinadas à exportação no Vale do São Francisco (VSF) realizado por meio de prestação de serviços da Biofábrica Moscamed do Brasil. O projeto visa empreender ações que levem à redução dos níveis populacionais da praga no VSF que constituem o maior obstáculo para a produção, processamento e comércio de frutas. Os pequenos fruticultores que não fazem parte do programa de exportação de manga não adotam as medidas fitossanitárias por serem estas antieconômicas. Tal fato contrapõe aos produtores e exportadores de manga que realizam o monitoramento e controle de moscas-das-frutas como um

dos requisitos de um sistema de medidas acordado com o APHIS para a exportação aos Estados Unidos. Como solução o MAPA contratou a Biofábrica Moscamed para a execução das ações de monitoramento e controle das moscas-das-frutas.

As exportações de **hortaliças** brasileiras para o NAFTA (EUA, México e Canadá) e União Européia são fortemente prejudicadas pela aplicação de regulamentos sanitários. Após a autorização da importação, as frutas e hortaliças ficam ainda sujeitas às inspeções rigorosas tanto no País exportador quanto nos Portos de entrada dos importadores. O setor de frutas e hortaliças nos EUA é um dos mais protegidos contra importações. No pré-embarque, entre outros itens, as hortaliças admissíveis nos EUA, com necessidade de licença de importação do USDA, com permissão somente aos importadores americanos, são: alho, aspargo, gengibre, melão, morango, agrião e inhame. Os regulamentos fitossanitários são rígidos também no Japão, para todos os produtos vegetais, principalmente para tomate, batata, melão e melancia.

Exportação de cucurbitáceas

A praga *Anastrepha grandis* (**mosca sul-americana das cucurbitáceas**) ataca frutos de várias espécies de cucurbitáceas e é considerada uma praga quarentenária por países como Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Essa praga tem como hospedeiros: abóbora, pepino, melão e melancia, entre outros. Devido ao fato de *A. grandis* causar grandes danos às lavouras atacadas, os países importadores impõem restrições fitossanitárias à importação de frutos frescos de cucurbitáceas do Brasil. Como meio de viabilizar as exportações de cucurbitáceas, foram criadas Áreas Livres da Praga (ALP) nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará e Sistemas de Mitigação de Risco (SMR) em Minas Gerais, São Paulo e Goiás, com base nas Normas Internacionais de Medidas Fitosanitárias (NIMF) números 04 e 26 (ALP) e 14 (SMR), respectivamente.

Palma-forrageira

A principal alternativa para alimentar o rebanho no período da seca no nordeste, a cultura possui cerca de 500 mil hectares plantados e vem sofrendo sérias perdas por conta da Cochonilha-do-carmim (*Dactylopius opuntiae*). Apesar das ações de controle oficial, principalmente na vigilância do trânsito interestadual de mudas de palma, em 2008 a praga foi detectada no Estado do Piauí e continua avançando nos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Soja

Atenção voltada para medidas de prevenção e controle da ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*), com a coordenação do Consórcio Anti-ferrugem, grupo de especialistas que avalia as melhores estratégias de controle da praga. Em 2008 consolidou-se o calendário de plantio, estabelecendo um período de entressafra sem a cultura no campo, com o objetivo de reduzir o inóculo da praga.

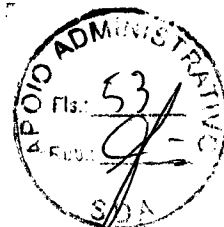
Algodão

As ações se concentram no controle do Bicudo-do-algodeiro (*Anthonomus grandis*), principal problema fitossanitário para a cultura. Destaque para o Programa Nacional de Controle do Bicudo, instituído em 2008.

Cana-de-açúcar

A área ocupada atualmente com essa cultura é de aproximadamente 7 milhões de hectares. Desse total, 84,9% (5,952 milhões de hectares) estão na região Centro-Sul e os 15,1% (1,057 milhões de hectares) restantes, na região Norte/Nordeste.





O trânsito de material de propagação entre os estados tem sido discutido para definir normas de prevenção e controle da dispersão de doenças, pragas, nematóides, que têm sido monitorados nas áreas de produção.

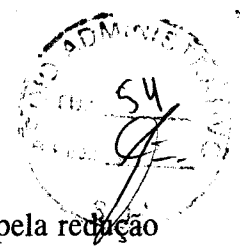
O MAPA realiza levantamentos da situação das pragas de maior importância econômica para a cultura.

Na **cacaucultura** a prioridade de 2009 foi a prevenção à introdução da monilíase do cacaueteiro, praga quarentenária ausente para o Brasil, ocorrendo no Peru, Colômbia e Venezuela, na fronteira com o Brasil. A monilíase é uma doença basicamente de frutos, afetando diretamente a produção, chegando a causar perdas de até 90%. Seus danos são normalmente difíceis de serem avaliados pelas dificuldades em distingui-la da vassoura-de-bruxa, em locais onde as duas doenças ocorrem ao mesmo tempo, até que seja observada a esporulação do fungo na superfície do fruto.

No **café** as atividades tem como objetivo preservar a sanidade da cafeicultura nacional, por meio de inspeções em viveiros produtores de mudas, realização de levantamentos fitossanitários, supervisão dos trabalhos de órgãos estaduais de defesa sanitária vegetal e aquisição de sistema de avisos fitossanitários da cafeicultura em Minas Gerais. O DSV direciona recursos para manutenção e ampliação do sistema de avisos fitossanitários da cafeicultura do Estado de Minas Gerais, que consiste em estações meteorológicas automatizadas que geram boletins de avisos fitossanitários a partir da coleta, registro de dados climáticos e associação com dados fenológicos da cultura do café, os quais auxiliam a tomada de decisão dos agentes envolvidos em todas as etapas de produção.

As informações geradas nas estações de avisos fitossanitários administradas pelo MAPA/Fundação PROCAFÉ contribuem para a caracterização do efeito integrado de fatores bióticos e abióticos no desempenho final da lavoura do café. Com isto, contribuem para a implementação de práticas de manejo integrado que reduzem custos de produção e danos ao meio ambiente. Dentre os impactos observados e/ou esperados com a utilização destas informações, podem ser citados:

- Atualização mensal e acumulativa das informações relacionadas ao efeito das condições climáticas no desenvolvimento da lavoura cafeeira e incidência de pragas e doenças, para a região de abrangência das estações de avisos fitossanitários.
- Avaliação e acompanhamento da infestação de pragas e doenças do café ao longo do ano, permitindo alertar para a época adequada e eficácia de métodos e técnicas de controle fitossanitário.
- Acompanhamento do balanço hídrico para a planta, e alerta dos seus efeitos nas produções pendentes e futuras.
- Estímulo para adoção ao manejo integrado para o controle de pragas e doenças.
- Contribuição para a formação de uma consciência fitossanitária entre os produtores.
- Redução de custos de controle a partir de um menor uso de defensivos.
- Redução do desequilíbrio biológico e proteção do meio ambiente (solo, ar e água).
- Utilização de produtos com menor potencial residual.



- Aumento da produtividade e competitividade do setor cafeeiro, pela redução das perdas devido ao ataque de pragas e doenças e pela melhoria da qualidade final do produto colhido.

Prevenção e controle da Vespa da Madeira

As exportações de produtos florestais vem aumentando a cada ano. Os produtos florestais colocam-se em terceiro lugar na pauta das exportações, tanto no valor exportado quanto no valor do superávit na balança comercial do agronegócio, sendo superado apenas pelos complexos soja e carnes. Dentre as várias espécies florestais responsáveis pela produção do setor, encontram-se as espécies do gênero *Pinus*, destinadas principalmente à produção de madeira serrada, celulose e papel, painéis e compensados, MDF e OSB.

Após um período bastante longo livre de pragas, os plantios de *Pinus* spp do país passaram a ter sua produtividade ameaçada pela introdução, em 1998, da praga denominada Vespa da Madeira (*Sirex noctilio*). No entanto, em 1999 foi instituído o Fundo Nacional de Controle à Vespa da Madeira – FUNCEMA, que apóia ações de prevenção e controle da praga, sendo possível conviver com a mesma sem que se comprometa os plantios da cultura no país.

Análise e aprovação de propostas de cursos de Certificação Fitossanitária (CFO/CFOC)

A legislação sobre defesa sanitária vegetal, em particular a Instrução Normativa 55/2007, dispõe que o Certificado Fitossanitário de Origem/CFO e o Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado/CFOC são os documentos emitidos na origem para atestar a condição fitossanitária da partida de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal. De acordo com o mesmo documento, o CFO/CFOC fundamentará a emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais/PTV, nos seguintes casos:

- Para o trânsito de partida de plantas ou partes de vegetais com potencial de veicular praga não quarentenária regulamentada, quando destinadas à propagação ou multiplicação;
- Quando se tratar de produto com potencial de veicular Praga Quarentenária A2 e houver exigência para o trânsito;
- Para comprovar a origem de Área Livre de Praga - ALP, Local Livre de Praga - LLP, Sistema de Mitigação de Riscos de Praga - SMRP ou Área de Baixa Prevalência de Praga - ABPP, devidamente reconhecidas pelo MAPA;
- Para atender exigências específicas de certificação fitossanitária de origem de interesse interno ou da Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país importador.

A legislação define que o CFO/CFOC será emitido e assinado por um Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, em suas respectivas áreas de competência profissional, após aprovação em curso para habilitação, específico, organizado pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - OEDSV e aprovado pelo DSV/SDA/MAPA. De acordo com a Portaria 45, de 22 de março de 2007, que aprova o regimento interno da Secretaria de Defesa Agropecuária/SDA, a competência para a análise e aprovação das propostas dos referidos cursos é da Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas (DPCP/CGPP/DSV), conforme dispõe o Artigo 73, item IV.

Resultados

A **Mosca Negra dos Citros**, teve novas ocorrências nos Estados de RR e PB durante o ano 2009, apesar do controle do trânsito interestadual de material hospedeiro. A IN

23/2008 estabelece a certificação na origem para plantas e material de propagação das espécies hospedeiras, desde que o local de produção tenha sido inspecionado nos últimos seis meses e que a partida tenha sido inspecionada, estando livre da praga. O Manual Técnico foi revisto e encaminhado a todos os Estados, com objetivo de promover orientações aos SEDESAs e OEDSVs para a execução dos levantamentos de detecção e delimitação e fornecer informações sobre as estratégias de controle da Mosca Negra dos Citros a serem adotadas na UF.

Representantes dos principais Estados produtores de citros, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e do Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS participaram de Seminário sobre o **Huanglongbing (ex-Greening)** organizado pelo DSV em Brasília no dia 3 de dezembro com o objetivo de sugerir alterações na IN 53/2008, principalmente no tocante às indenizações aos produtores pela eliminação de plantas sintomáticas. As disposições da IN 53/2008 deram mais dinâmica ao processo de erradicação da doença, mas causaram polêmica ao determinar a eliminação de um grande número de plantas dos pomares infectados. Antes disso, no mês de novembro, o DSV enviou representante à uma reunião em Corrientes, Argentina, para desenvolvimento de um plano de emergência para a praga na América do Sul.

As ações de erradicação e a execução de levantamentos fitossanitários do **Cancro Cítrico** estão sendo realizadas pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal e as Superintendências Federais de Agricultura (SFA) na coordenação, supervisão, fiscalização e auditorias destas ações. Executam ação, prioritariamente, os órgãos oficiais de defesa agropecuária, Secretarias de Agricultura ou entidades especificamente estruturadas para esse fim, a exemplo das Agências de Defesa Agropecuária dos Estados. Instituições privadas, a exemplo de associações de produtores de citros, cooperativas de produção e FUNDECITRUS, também participam das atividades de execução da ação na conscientização fitossanitária e inspeção de plantas. Por solicitação de representantes dos Estados onde a praga é endêmica e não é mais possível a sua erradicação, foi organizado um Seminário em Brasília, visando a alteração na legislação brasileira de modo a acolher o Sistema de Manejo de Risco para a praga, já aprovado pelos demais países do MERCOSUL. Em decorrência do Seminário, realizado em 1 e 2 de dezembro, a legislação está sendo revista.

Cancro da videira - No ano de 2009, por determinação do DSV, propriedades nos Estados de São Paulo e Paraná estiveram sob constante monitoramento por parte dos órgãos de defesa agropecuária, devido à ocorrência de focos da praga. Nas propriedades que tiveram a ocorrência confirmada e que foram objeto de ações de erradicação, permanece a vigilância. A normativa específica da praga, Instrução Normativa nº 09, de 20 de abril de 2006, está em revisão, pois se observou a necessidade de se adotar exigências fitossanitárias relativas à *Xanthomonas campestris* pv *viticola* para plantas fornecedoras de material de propagação de videira (Plantas Básicas, Plantas Matrizes, Borbulheiras, Jardins Clonais, entre outras), que não são contemplados na norma vigente.

Pragas da bananeira

- 1) Auditoria em Sistema de Mitigação de Risco para Sigatoka Negra no Estado de São Paulo – Regiões de Fernandópolis e Jales. 27 à 30/04/2009.
- 2) Auditoria para reconhecimento de Área Livre de Sigatoka Negra no Estado do Mato Grosso do Sul. 05 a 08/10/2009.

Publicação da Instrução Normativa Nº 17, de 27 de maio de 2009 estabelecendo normas para reconhecimento de Áreas Livres do Moko-da-bananeira (*Ralstonia solanacearum* raça 2) e as normas referentes às Medidas Integradas em um Enfoque de Sistemas para o Manejo de Risco da praga..



Publicação da Instrução Normativa Nº 1, de 20 de janeiro de 2009, reconhecendo o Distrito Federal como ALP sigatoka negra.

Publicação da Instrução Normativa Nº 28, de 27 de julho de 2009 com os critérios para credenciamento de casas de embalagem e demais procedimentos, com objetivo de prevenir ocorrências fitossanitárias relativas à praga *Opogona sacchari* em partidas de banana destinadas à exportação.

Erradicação da Lagarta das Maças (*Cydia pomonella*)

Contrato com a Biofábrica Moscamed Brasil, firmado em outubro de 2009, permitiu a continuidade do programa de erradicação da *Cydia pomonella* nas cidades de Caxias do Sul, Vacaria e Lages. O monitoramento da praga nos 33.000 hectares de pomares comerciais é de responsabilidade do produtor, sob fiscalização do órgão estadual de defesa sanitária agropecuária. Durante o ano, mais uma vez não houve detecção da praga em pomares comerciais. O programa monitora 1.800 armadilhas em Lages, 1.200 em Vacaria, 100 em Bom Jesus e 2.000 em Caxias do Sul. Caxias do Sul segue sem apresentar capturas da praga. O mesmo resultado que foi observado em Bom Jesus no passado e que permitiu declarar foco erradicado. Vacaria e Lages apresentaram resultados esperados de queda nas capturas, uma vez que a remoção de plantas hospedeiras em ambas as cidades foi praticamente concluída. A realização de uma boa distribuição das armadilhas é fundamental para observar os locais de presença da *Cydia* visando dar subsídios ao controle por meio da remoção de plantas hospedeiras.

Mosca sul-americana das cucurbitáceas – Iniciados os contatos da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia para o monitoramento da praga na Região de Ribeira do Amparo, sob supervisão do SEDESA/DT-BA.

Nos Estados de RN, CE, GO, SP e MG, as Superintendências do MAPA atuaram de maneira integrada com os órgãos de defesa agropecuária, supervisionando os trabalhos de levantamentos de pragas em campo e os trabalhos de manutenção das Áreas Livres e sob Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis*.

Auditoria para reconhecimento de Sistema de Mitigação de Risco para *Anastrepha grandis* em Goianésia-GO. 18 à 20/03/2009.

Auditoria para reconhecimento de Sistema de Mitigação de Risco para *Anastrepha grandis* em São Miguel do Araguaia-GO. 01 à 03/12/2009.

Auditoria no Sistema de Mitigação de Risco – SMR – para *Anastrepha grandis* no Estado de São Paulo. Inclusão do município de Rinópolis – SP no SMR. 22 à 27/06/2009.

Em relação à **palma forrageira**, estudos recentes identificaram variedades resistentes à cochonilha-do-carmim. O material está sendo multiplicado nas estações de pesquisa dos órgãos estaduais envolvidos na área afetada pela praga com distribuição aos agricultores. Foram identificadas nove espécies de inimigos naturais da cochonilha no Brasil. Etapa posterior desta linha de pesquisa determinará se os mesmos têm potencial de controle, finalizando com a produção massal e liberações controladas.

A Auditoria no Sistema de Avisos Fitossanitários da **cafeicultura** no Estado de Minas Gerais, realizada de 01 a 03/09/2009, não detectou nenhuma não-conformidade nas estações já instaladas em Varginha, Boa Esperança e Carma de Minas. Outras duas estações foram adquiridas para Araxá e Patos de Minas, mas dependem de remanejamento de veículo da





capital para a UTRA-Varginha, para realização dos trabalhos de instalação e acompanhamento. O veículo foi adquirido no final de 2009.

Para a cultura da **soja**, como resultado das ações do Consórcio Anti-ferrugem, foram implantadas Unidades de Alerta em diversas unidades da federação, objetivando a detecção precoce da ferrugem, o que tem possibilitado a aplicação de defensivos no momento correto, evitando o uso desnecessário desses produtos. A ação do MAPA é de coordenação do grupo, composto por especialistas das diversas instituições de pesquisa, extensão e defesa agropecuária. Na safra 2008/2009 o Sistema de Alerta implantado pelo Consórcio identificou 2884 focos da praga, distribuídos conforme a Tabela 1. A implantação do calendário de plantio, prevista em Instrução Normativa do MAPA, é atribuição do Estado, também sob coordenação do DSV.

Tabela 14 - Ocorrência da ferrugem asiática da soja no Brasil, durante a safra 2008/2009

Estado	Comunidade	Plantio em risco	Focos	Ferrugem em risco	Outros focos	Total	Total
GO	245	5	1	-	1	1	253
MT	128	4	-	-	1	5	138
PR	1.568	2	10	1	1	-	1582
MS	227	1	-	-	-	5	233
MG	28	-	-	-	-	4	32
RO	9	-	-	-	-	-	9
MA	5	-	-	-	-	2	7
RS	235	3	2	-	3	3	246
BA	270	1	3	-	-	3	277
SP	15	-	-	-	-	-	15
SC	83	-	1	-	-	2	86
PI	2	-	-	-	-	-	2
TO	3	-	-	-	-	1	4
Brasil	2818	16	17	1	6	26	2.884

As ações e estratégias desenvolvidas em 2009 para conter a introdução e o estabelecimento da monilíase do **cacaueiro** se concentraram no monitoramento da praga nas fronteiras do Brasil com os países vizinhos. Para tanto priorizamos os recursos para a realização das prospecções nas regiões consideradas de alto risco de introdução da praga.

Atividades desenvolvidas em 2009:

- Treinamento dos técnicos das Agências de Defesa Agropecuária de Rondônia – IDARON e do Acre – IDAF e EMATER, CEPLAC e EMBRAPA que atuam na fiscalização, assistência técnica e pesquisa quanto ao reconhecimento da Monilíase no campo.
- Prospecção dos municípios de Rondônia: Porto Velho, Guajará_Mirim; Nova Marmoré; e distrito de Nova Califórnia e Extrema.
- Finalização do Plano de Contingência para a Monilíase do cacaueiro.



- Levantamento de detecção da monilíase do cacauzeiro e curso para extensionistas sobre monilíase do cacauzeiro nos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, AM.

Do montante de R\$ 11.555.000,00 previsto na LOA/2009, foram contingenciados R\$ 828.290,48 e descentralizados R\$ 10.726.709,52. Foram empenhados R\$ 10.688.987,76, correspondendo a 99,65% do crédito liberado. Os recursos restantes envolvem convênios já oficializados e que estão na dependência dos repasses do financeiro.

Tabela 15 - Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	DESCENTRALIZADOS	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO %
Financeira	R\$ 12.100.000,00	R\$ 9.616.565,34	R\$ 9.593.079,86	99,76
Física	3.500.000 ha	28.100.735	29.023.243	829,24

Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

Tabela 16 – Ação 2139 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Munir as barreiras volantes e fixas com as condições mínimas de fiscalização para o fiel cumprimento das legislações sanitárias
Descrição	Coordenação das atividades de fiscalização do trânsito interestadual, auditorias técnicas das atividades preconizadas em cada programa e realizadas pelos serviços veterinários estaduais, acompanhamento de missões técnicas nacionais e internacionais, reuniões técnicas com estados, avaliação e acompanhamento de convênios com estados e outros países, elaboração de relatórios técnicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral de Combate a Doenças
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades Executoras	SFAs e órgãos executores estaduais

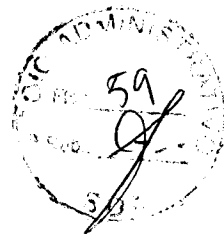
Todo o trânsito de animais, exceto cães e gatos, devem estar munidos da respectiva Guia de Trânsito animal – GTA, uma vez atendida as exigências sanitárias estabelecidas entre as diversas áreas livres de enfermidades existentes no território nacional.

Os postos de fiscalização móveis e fixos têm como função precípua assegurar o fiel cumprimento das legislações de trânsito inerente aos Programas Oficiais, mitigando o risco de disseminação das enfermidades.

Tabela 17 - Metas e resultados da ação no exercício

Produto/Unidade de medida		Partidas inspecionadas		
Meta Física x Execução				
Previstas			Realizadas (executadas)	
Física	Financeira – LOA+ créditos (R\$)	Financeira após Contingenciamento (R\$)	Física	Financeira (R\$)
3.456.502	2.000.000,00	44.268,15	4.606.794	44.248,33

Fonte: SIAFI; SIPLAN



Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Tabela 18 - Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	
Finalidade	Manter a condição sanitária da zona livre de febre aftosa e erradicar a doença das regiões Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional a todos os mercados.
Descrição	Elaboração de normas sanitárias e manuais técnicos, coordenação das atividades de vacinação, atendimento à notificação de suspeitas e monitoramentos soroepidemiológicos nas Unidades Federativas, colheita e análise de informações epidemiológicas, auditorias técnicas das atividades preconizadas pelo PNEFA e realizadas pelos serviços veterinários estaduais, acompanhamento de missões técnicas nacionais e internacionais, proposição e realização de estudos epidemiológicos, reuniões técnicas com estados, avaliação e acompanhamento de convênios com estados e outros países, elaboração de relatórios técnicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral de Combate a Doenças
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades Executoras	SFAs e órgãos executores estaduais

Informações gerais sobre a ação

As zonas livres de febre aftosa reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, envolvendo 4.938.458 Km² (58%) do território nacional, foram mantidas durante 2009. Desta área, 95.346 Km² correspondem ao estado de Santa Catarina, reconhecido internacionalmente como zona livre de febre aftosa sem vacinação, e o restante são áreas reconhecidas internacionalmente como livres com vacinação nos estados do Acre, Amazonas (municípios de Boca do Acre e Guajará), Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, região centro-sul do Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal. Nos estados de Rondônia, Tocantins e Bahia são mantidas zonas tampão e, no Mato Grosso do Sul, mantém-se uma Zona de Alta Vigilância (ZAV).

Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Paraíba, Piauí e Ceará avançaram com sua classificação, passando de risco desconhecido para febre aftosa a risco médio e se igualaram à condição sanitária dos estados do Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e nordeste do Pará. Nessa região, ocorreram melhorias nas estruturas dos Serviços Veterinários Estaduais (SVE), atividades de vigilância, cadastros, vacinação, capacitação de pessoal, mas necessitam de incrementos que possibilitem sua evolução para zona livre. Em março de 2010 os sete estados da região Nordeste serão novamente avaliados e trabalhados dentro do projeto de ampliação da área livre de febre aftosa.

Na região Norte, o Pará manteve sua área I como zona livre, a área II classificada pelo MAPA como médio risco e a área III como alto risco, esta última idêntica ao estado de Roraima. O Amapá e 98% da superfície do Amazonas continuaram classificados com risco desconhecido. Está sendo priorizado o cadastramento, a vacinação e estruturação dos SVEs nestes estados.

O DSA realizou auditorias do PNEFA nos SVEs de 14 (catorze) estados, na zona livre e no Nordeste, as quais apontaram avanços em alguns deles, mas também deficiências, inclusive na zona livre, que precisarão ser corrigidas para maior segurança sanitária.

Como parte das ações para expansão da zona livre de febre aftosa, o MAPA, juntamente com o serviço veterinário estadual do Amazonas, repetiu durante os meses de fevereiro e março de 2009 a operação de vacinação oficial dos rebanhos bovino e bubalino, ampliando a operação para 12 municípios da calha do Rio Amazonas. O serviço oficial vacinou 505.139 bovinos e bubalinos e cadastrou e georreferenciou 8.511 propriedades da região.

O mesmo tipo de operação foi realizado no estado do Amapá, durante os meses de novembro e dezembro. O fechamento parcial da operação já totalizou a vacinação de 265.000 bovinos e bubalinos e o cadastramento com georreferenciamento de 2.300 propriedades rurais.

O PNEFA realizou estudos para monitoramento da atividade viral, com inspeções de propriedades e colheita de amostras de soro sanguíneo na região de fronteira internacional, incluindo os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no estado de Santa Catarina e também no Amazonas e Amapá.

Como apoio à Bolívia, o MAPA doou 1,3 milhão de doses de vacinas contra febre aftosa àquele país e outras 700.000 doses estão asseguradas para o próximo ano, completando-se o total da doação acordado nos entendimentos bilaterais.

Houve modificação no calendário de vacinação contra a febre aftosa com a mudança de estratégia nos estados de São Paulo, Paraná, Tocantins e Rondônia, que passaram a vacinar animais adultos apenas uma vez ao ano e Rio Grande do Sul, que mudou as etapas de janeiro e junho para maio e novembro.

Teve início o "Estudo a campo para detecção de anticorpos contra proteínas não capsidais (PNC) do vírus da febre aftosa em bovinos vacinados", conduzido nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Minas Gerais. O projeto terá duração de 2 (dois) anos e tem a participação do MAPA, PANAFTOSA, SVEs desses estados e do SINDAN. O objetivo do estudo é diagnosticar a situação sobre o nível de indução de reatividade contra PNC das vacinas utilizadas no país nos testes sorológicos utilizados atualmente.

Dentro do Termo de Cooperação Técnica do MAPA com a OPAS/PANAFTOSA, foi realizado um exercício de emergência sanitária para febre aftosa, no município de Cáceres-MT, capacitando-se 215 (duzentos e quinze) pessoas de 13 (treze) estados e da Bolívia e foram publicados e distribuídos aos Serviços Veterinários Oficiais manuais e kits de emergências.

Tabela 19 - Metas e resultados da ação no exercício

Produto/Unidade de medida		Área livre/Km²		
Meta Física x Execução				
Previstas			Realizadas (executadas)	
Física	Financeira – LOA+créd.extraordinário (R\$)	Financeira após contingenciamento (R\$)	Física	Financeira (R\$)
4.938.458,000	53.163.255,00	43.476.871,16	4.938.458,000	43.248.412,92

Fonte: SIAFI; SIPLAN

ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA (FOCEM 1)

Na execução do Projeto "MERCOSUL Livre de Febre aftosa" - PAMA/FOCEM foram construídos três postos de fiscalização na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, doados



equipamentos e veículos para os estados de Mato Grosso e Rondônia e iniciada a construção de 4 currais comunitários para vacinação de animais na fronteira entre Rondônia e Bolívia.

Tabela 20 - Metas e resultados da ação no exercício

Produto/Unidade de medida		Área livre/Km²		
Meta Física x Execução				
Previstas			Realizadas (executadas)	
Física	Financeira – LOA+créd.extraordinário (R\$)	Financeira após contingenciamento (R\$)	Física	Financeira (R\$)
4.938.458,000	1.464.435,00	1.463.837,92	4.938.458,000	1.463.837,92

Fonte: SIAFI; SIPLAN

Tabela 21 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Suportar financeiramente a execução de todos os demais programas sanitários oficiais em atenção as cadeias produtivas existentes
Descrição	Elaboração de normas sanitárias e manuais técnicos, coordenação das atividades de vacinação, atendimento à notificação de suspeitas e monitoramentos soroepidemiológicos nas Unidades Federativas, colheita e análise de informações epidemiológicas, auditorias técnicas das atividades preconizadas em cada programa e realizadas pelos serviços veterinários estaduais, acompanhamento de missões técnicas nacionais e internacionais, proposição e realização de estudos epidemiológicos, reuniões técnicas com estados, avaliação e acompanhamento de convênios com estados e outros países, elaboração de relatórios técnicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral de Combate a Doenças
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades Executoras	SFAs e órgãos executores estaduais

Esta ação suporta todos os programas sanitários oficiais de caráter nacional, exceto o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, a saber:

- Programa Nacional de Sanidade Avícola;
- Programa Nacional de Sanidade Suídea;
- Programa Nacional de sanidade dos Animais Aquáticos;
- Programa Nacional de sanidade dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas;
- Programa Nacional de controle da Raiva dos Herbívoros e das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis;
- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal

Esta ação permite garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários





específicos a cada enfermidade citada e recomendados pelos organismos internacionais. Foram estabelecidas diretrizes zoosanitárias para o País, com a criação de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas livres no País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoosanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.

Tabela 22 – Metas e resultados da ação no exercício

Produto/Unidade de medida		Propriedade atendida		
Meta Física x Execução				
Previstas			Realizadas (executadas)	
Física	Financeira – LOA+ cred.extraordinário (R\$)	Financeira após Contingenciamento (R\$)	Física	Financeira (R\$)
647.818	* 70.654.000,00	41.136.171,91	883.608	41.101.604,40

Fonte: SIAFI; SIPLAN

Obs.: *Incluem R\$ 40 Milhões de Emenda Parlamentar

Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tabela 23 - Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas de vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos agrícolas. Certificar a qualidade e a fitossanidade dos produtos agrícolas nacionais na exportação
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades Executoras	Serviços/Seções de Gestão do Vigiagro nas Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação e as 110 unidades de Vigilância Agropecuária Internacional localizadas em Aeroportos, Portos, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais



Tabela 24 – Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos e insumos

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos pecuários. Certificar a qualidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais na exportação
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades Executoras	Serviços/Seções de Gestão do Vigiagro nas Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação e as 110 unidades de Vigilância Agropecuária Internacional localizadas em Aeroportos, Portos, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais

Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados, sendo que a superação verificada se deu em razão do incremento do comércio internacional de produtos e insumos agropecuários.

Em relação aos recursos financeiros, no primeiro trimestre, a liberação foi efetuada normalmente, sendo liberado um duodécimo dos recursos a cada mês. Entretanto, no mês de abril, os recursos foram contingenciados, o que comprometeu atividades como reuniões técnicas, capacitações, campanhas educativas, aquisição de materiais de fiscalização (embalagens, fitas, lacres, EPI, etc.) e outras, que podem vir a comprometer o bom desempenho do MAPA na vigilância agropecuária internacional.

Em relação à execução física considera-se bom o resultado alcançado, as ações FISCANIMAL e FISCPLANTA apresentaram números elevados em termos percentuais na execução física.

Em relação à execução financeira, a mesma poderia ser melhorada, caso os recursos para investimentos fossem disponibilizados a partir do início do exercício; adicionalmente, as deficiências administrativas das Superintendências, comprometem a execução orçamentária.

A demanda e a importância das atividades de fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários tem apresentado incremento significativo, requerendo maior esforço para correção da **deficiência da infra-estrutura** das Unidades do Vigiagro, necessárias ao exercício das ações fiscais.

Outro fator que tem comprometido a eficiência e a eficácia das ações da vigilância agropecuária internacional é a **deficiência de pessoal**, visto que o número de Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Nível Médio e Administrativos é insuficiente para a execução das ações de competência do MAPA. Salienta-se que a sobrecarga de trabalho a que estão expostos os servidores lotados no Sistema Vigiagro, ocasiona comprometimento da qualidade do trabalho executado, estresse, apatia e desmotivação.

Em relação a tecnologia, destacamos que a **inexistência de um sistema informatizado** prejudica a gestão e o controle das ações da vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento das informações relativas ao trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Salienta-se que está sendo desenvolvido o



SIGVIG – Sistema de Informações Gerenciais do Vigiagro, que permitirá maior agilidade nos processos de fiscalização.

Atualização e melhoria dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de produtos e insumos agropecuários, com a revisão do Manual de Procedimentos Operacionais do Vigiagro:

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 39, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente à Composição do Comitê Gestor e do Subcomitê do Vigiagro.
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 24, de 16.06.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente aos Procedimentos no Siscomex.
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 37, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente à Carimbos Oficiais.
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 21, de 02.06.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente à Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos.
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 21, de 02.06.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente ao trânsito internacional de animais domésticos.
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 36, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente ao Termo de Ocorrência.
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 36, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente ao Trânsito Aduaneiro de Mercadorias.
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 36, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiagro referente ao Troféu de Caça e Taxidermia Trânsito Aduaneiro de Mercadorias.

Em parceria com a Infraero, foram intensificadas as ações de informação aos passageiros em trânsito internacional, sobre os riscos associados aos produtos de origem animal e vegetal em bagagens. Nos aeroportos internacionais estão sendo vinculadas mensagens de interesse da vigilância agropecuária Internacional.

Apresentação de medidas voltadas para a simplificação dos procedimentos e garantias de segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários, junto a Câmara de Comércio Exterior.

Institucionalização das Supervisões do Vigiagro, com a publicação da Portaria MAPA nº 193/09.

Implementação do Projeto de Pesquisa SDA/CNPq para avaliação do risco no ingresso de produtos de origem animal em bagagens provenientes do exterior.

Implementação do Projeto SDA/CNPq para capacitação em Identificação de Madeira e Pragas Quarentenárias Florestais.

Apresentação do projeto de Decreto que institui o Passaporte para trânsito internacional de cães e gatos.

Tabela 25 – Metas e resultados da ação FISCANIMAL

META	PREVISÃO	LIMITE	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO %
Financeira	4.000.000,00	2.505.688,95	2.258.018,58	90,25
Física	200.000	-	310.619	155,31

Tabela 26 – Metas e resultados da ação FISCPLANTA

META	PREVISÃO	LIMITE	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO %
Financeira	3.127.745,00	2.855.148,42	2.476.735,26	87,02
Física	700.000	-	1.064.193	152,03

O desempenho operacional da atividade de vigilância agropecuária internacional é avaliado por meio do quantitativo de fiscalizações realizadas no controle do trânsito internacional de mercadorias, embalagens de madeira, bagagens de passageiros e encomendas postais.

De acordo com a Instrução Normativa MAPA nº 36/2006, que aprovou o Manual de Procedimentos Operacionais do Vigiagro, a definição de partida inspecionada (fiscalização realizada) nas importações e exportações, é apurado (fórmula de cálculo) a partir da somatória dos seguintes termos emitidos: Termos de Fiscalização; Requerimentos de Fiscalização de Embalagem de Madeira despachados; Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros; Termos de Retenção de Mercadoria/Produto; e Termos de Fiscalização de Bagagem/Encomenda.

Os dados são computados pelas Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, consolidados pelo Chefe de Gestão do Vigiagro nos estados (coordenadores estaduais dos PIs) e lançados mensalmente no SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.

O resultado do indicador no exercício foi:

FISCANIMAL: 310.619 fiscalizações realizadas, alcançando 155,31% do previsto;

FISCPLANTA: 1.064.193 fiscalizações realizadas, alcançando 152,03% do previsto.

Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados, sendo que a superação verificada se deu em razão do incremento do comércio internacional de produtos e insumos agropecuários.

Em relação aos recursos financeiros, no primeiro trimestre, a liberação foi efetuada normalmente, sendo liberados um duodécimo dos recursos a cada mês. Entretanto, no mês de abril, os recursos foram contingenciados, o que comprometeu atividades como reuniões técnicas, capacitações, campanhas educativas, aquisição de materiais de fiscalização (embalagens, fitas, lacres, EPI, etc.) e outras, que podem vir a comprometer o bom desempenho do MAPA na vigilância agropecuária internacional.

Em relação à execução física considera-se bom o resultado alcançado, as ações FISCANIMAL e FISCPLANTA apresentaram números elevados em termos percentuais na execução física.

Em relação à execução financeira, a mesma poderia ser melhorada, caso os recursos para investimentos fossem disponibilizados a partir do início do exercício;





adicionalmente, as deficiências administrativas das Superintendências, comprometem a execução orçamentária.

A demanda e a importância das atividades de fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários tem apresentado incremento significativo, requerendo maior esforço para correção da **deficiência da infra-estrutura** das Unidades do Vigiaagro, necessárias ao exercício das ações fiscais.

Outro fator que tem comprometido a eficiência e a eficácia das ações da vigilância agropecuária internacional é a **deficiência de pessoal**, visto que o número de Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Nível Médio e Administrativos é insuficiente para a execução das ações de competência do MAPA. Salienta-se que a sobrecarga de trabalho a que estão expostos os servidores lotados no Sistema Vigiaagro, ocasiona comprometimento da qualidade do trabalho executado, estresse, apatia e desmotivação.

Em relação a tecnologia, destacamos que a **inexistência de um sistema informatizado** prejudica a gestão e o controle das ações da vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento das informações relativas ao trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Salienta-se que está sendo desenvolvido o SIGVIG – Sistema de Informações Gerenciais do Vigiaagro, que permitirá maior agilidade nos processos de fiscalização.

Atualização e melhoria dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de produtos e insumos agropecuários, com a revisão do Manual de Procedimentos Operacionais do Vigiaagro:

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 39, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente à Composição do Comitê Gestor e do Subcomitê do Vigiaagro.

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 24, de 16.06.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente aos Procedimentos no Siscomex.

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 37, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente à Carimbos Oficiais.

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 21, de 02.06.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente à Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos.

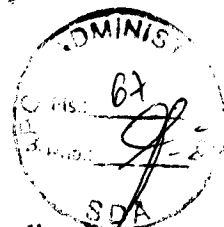
- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 21, de 02.06.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente ao trânsito internacional de animais domésticos.

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 36, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente ao Termo de Ocorrência.

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 36, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente ao Trânsito Aduaneiro de Mercadorias.

- Publicação da Instrução Normativa Ministerial nº 36, de 29.09.09, que atualiza a Seção do Manual do Vigiaagro referente ao Troféu de Caça e Taxidermia Trânsito Aduaneiro de Mercadorias.

Em parceria com a Infraero, foram intensificadas as ações de informação aos passageiros em trânsito internacional, sobre os riscos associados aos produtos de origem animal e vegetal em bagagens. Nos aeroportos internacionais estão sendo vinculadas mensagens de interesse da vigilância agropecuária Internacional.



Apresentação de medidas voltadas para a simplificação dos procedimentos e garantias de segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários, junto a Câmara de Comércio Exterior.

Institucionalização das Supervisões do Vigiaagro, com a publicação da Portaria MAPA nº 193/09.

Implementação do Projeto de Pesquisa SDA/CNPq para avaliação do risco no ingresso de produtos de origem animal em bagagens provenientes do exterior.

Implementação do Projeto SDA/CNPq para capacitação em Identificação de Madeira e Pragas Quarentenárias Florestais.

Apresentação do projeto de Decreto que institui o Passaporte para trânsito internacional de cães e gatos.

Ação 8654 – Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

Tabela 27 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover atuação contínua junto aos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade, no sentido de se obter comportamento adequado, quanto às normas e procedimentos referentes à saúde animal, à sanidade vegetal e à segurança e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários
Descrição	Execução de atividades educativo-sanitárias em defesa agropecuária, em comunidades ou regiões; capacitação dos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade (associações, sindicatos, professores, consumidores e outros) em temas relacionados à defesa agropecuária; e capacitação dos profissionais dos serviços oficiais em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Atuação eventual junto à instituições governamentais e não-governamentais e outras entidades, quando se identificar que as mesmas são importantes para o cumprimento da finalidade desta ação
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Bicalho Schlottfeldt
Unidades Executoras	SFA'S

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 28 - Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União, manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de



	informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Apoio Operacional – CAO/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Jonas Bandeira da Rocha
Unidades Executoras	SDA

14/09/2010



Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tabela 29 – Informações Gerais sobre o Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos agropecuários
Objetivos Específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Gerente do Programa	Maria Angélica Ribeiro de Oliveira
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Inácio Afonso Kroetz
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Fiscalização Realizada
Público-Alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Ações do Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal

Tabela 30 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de doadores de material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Coordenador Nacional da Ação	Beronete Barros de Freitas Araújo.
Unidades Executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação e as unidades responsáveis pelas decisões estratégicas



Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

Tabela 31 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade, mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos Fiscais Federais Agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Coordenador Nacional da Ação	Fernanda Marcussi Tucci
Unidades Executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação e as unidades responsáveis pelas decisões estratégicas

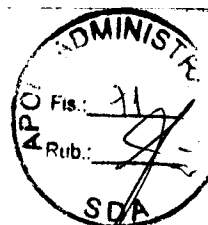
Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Tabela 32 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Coordenador Nacional da Ação	Marcos Vinicius de Santana Leandro Junior
Unidades Executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação e as unidades responsáveis pelas decisões estratégicas

Em relação à execução física, quando observa a meta prevista, considera-se bom o resultado percentual alcançado pelas ações, entretanto, quando se avalia os últimos 3 anos é possível verificar que em números brutos o número de fiscalizações se manteve estável ou com uma pequena variação, seja pelas dificuldades inerentes a um país continental como o nosso, ou pela escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos;

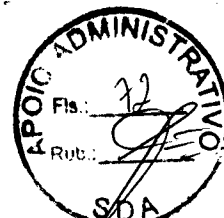
De janeiro a março, as fiscalizações se mantinham em ritmo lento, mas a partir de abril as fiscalizações retornaram ao ritmo considerado satisfatório, com uma pequena queda nos meses de junho e julho, sendo que daquela época até dezembro as fiscalizações se mantiveram



em um ritmo bom, em algumas unidades, no intuito do cumprimento das metas, focaram as fiscalizações para estabelecimentos comerciais localizados nas zonas metropolitanas, por haver menos gastos com diárias e redução do uso de combustível e passagens, além de ser possível aumentar o número de visitas, devido ao fato de se percorrer menores distâncias podendo ser possível maior número de visitas com um menor custo.

É preciso ressaltar que para o cumprimento das suas funções institucionais existem outras atividades inerentes ao contexto da fiscalização que demandam recursos humanos e financeiros tais como: registro e renovação de estabelecimentos, registro de produto, emissão de certificados de venda livre e de conformidade, análises e pareceres de 1ª e 2ª instância de atos decorrentes da fiscalização, emissão de licença de importação, acompanhamento de destruição de produto irregular, investigação de violações, reunião para preparação em fóruns nacionais e internacionais e etc. Como ações relevantes durante o exercício de 2009 pode-se destacar:

- Na área de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET), foram licenciados mais de 90 produtos, outros 35 tiveram sua licença renovada, mais de 270 licenças foram canceladas, 1.472 ofícios foram expedidos, um total de 4.943 processos tramitados, além disso, podemos citar algumas dezenas de outras atividades como deferimentos e indeferimentos pedido de registro e alteração de estabelecimento, emissões de autorização de importação e exportação, de emissão de certificados de venda livre.
- Na área de Alimentos para Animais (FISCINAN), as ações de fiscalização da produção e comércio dos produtos foram intensificadas, tendo como consequência o cancelamento de registro de diversos estabelecimentos e produtos e a emissão de mais de aproximadamente 1.500 autos de infração, superior ao ano anterior. Em função do julgamento dos processos de fiscalização com base na nova legislação, houve um aumento considerável na arrecadação de multas quando comparado com o ano anterior;
- Na área de Material Genético Animal (FISCGENE) foi firmada parceria entre o MAPA e o Colégio Brasileiro de Reprodução Animal – CBRA, além disso, 658 reprodutores inscritos. Para o ano de 2010 existe a previsão de Revisão da Lei nº 6.446, de 05 de outubro de 1977; Revisão da Instrução Normativa nº 56, de 04 de dezembro 2007; Elaboração, em conjunto com o Departamento de Saúde Animal, de Regulamento Sanitário para Produção e Comercialização de Sêmen Caprino e Ovino; Implantação das Auditorias em Estabelecimentos Industriais de Embriões; Implantação de Análise de Fiscalização de Sêmen Animal no Laboratório Nacional Agropecuário em Minas Gerais; Implementação do Sistema de Informação; Capacitação Técnica em Processo Administrativo e Automação do Processo de Registro dos Estabelecimentos da Inscrição dos Reprodutores, e da Estatística da Produção de Material Genético Animal;
- Publicação da Instrução Normativa nº 15, de 26 de maio 2009, que Regulamenta o Registro dos Estabelecimentos e dos Produtos Destinados à Alimentação Animal, publicação da Instrução Normativa nº 22, de 02 de junho de 2009, que Regulamenta a Embalagem, Rotulagem e Propaganda dos Produtos Destinados à Alimentação Animal e publicação da Instrução Normativa nº 30, de 05 de agosto 2009, que Estabelece Critérios e Procedimentos para o Registro de Produtos, para Rotulagem e Propaganda e para Isenção da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Destinados à Alimentação de Animais de Companhia;

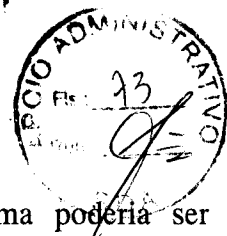


- Continuidade das auditorias em estabelecimentos para verificação do atendimento da Instrução Normativa nº 04, de 23 de fevereiro de 2007, e das Boas Práticas de Fabricação, que tem como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio. Cabe destacar o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar;
- Publicação da Instrução Normativa nº 26, de 9 de julho de 2009, a qual Atualiza o Regulamento Técnico para a Fabricação, o Controle de Qualidade, a Comercialização e o Emprego de Produtos Antimicrobianos de uso Veterinário, contendo como avanço a necessidade de comprovação dos períodos de retirada, e em especial quanto ao aspecto de resistência aos antimicrobianos de uso veterinário;
- Finalização da Consulta Pública do Sistema de Farmacovigilância Veterinária, cujo objetivo é permitir aos usuários e compradores de produtos de uso veterinários e produtos destinados à alimentação animal comunicar ao MAPA os eventos adversos à saúde dos animais e dos aplicadores, para que se processem as investigações de causalidades dos mesmos, como parte de uma vigilância ativa sobre a qualidade dos produtos de uso veterinário, dos aditivos anticoccidianos e dos aditivos zootécnicos melhoradores de desempenho utilizados no Brasil. Finalização, também, do texto para Consulta Pública do Regulamento que Disciplina as Alterações de Registro de Produtos de Uso Veterinário, o que fornecerá um guia para as empresas fabricantes de produtos de uso veterinário realizarem alterações na formulação de produtos registrados no MAPA e finalização do texto para Consulta Pública do Regulamento que Estabelece as Normas de Segurança Biológica para Manipulação do Vírus da Febre Aftosa, atualizando a norma e levando ainda mais segurança ao País no que concerne a manipulação deste vírus; e
- Publicação da Instrução Normativa nº 06, de 23 de março de 2009, que Aprova o Regulamento para Registro e Fiscalização de Centro de Coleta e Processamento de Sêmen Equídeo e publicação da Portaria SDA nº 109, de 25 de maio de 2009, que Atualiza o Manual de Procedimentos para Exame Andrológico e Avaliação de Sêmen Animal.

Tabela 33 - Execução Física:

Meta	Previsão (LOA + Créditos)	Previsão Corrigida	Executado	Executado/ Previsão	Executado/ Previsão Corrigida
• FISPROVET	3.636	3.691	3.999	109,98%	108,34%
• FISCINAN	3.636	4.786	4.952	136,19%	103,47%
• FISCGENE	1.818	1.008	920	50,61%	91,27%
Total:	9.090	9.485	9.871	108,59%	104,07%

Fonte: SIPLAN em 22/01/10.



Em relação à execução financeira, acreditamos que a mesma poderia ser melhorada, caso os recursos para investimentos fossem executados até o final do exercício, mas o déficit de pessoal e a legislação que normatiza os procedimentos de compras de bens e serviços permanecem sendo responsáveis pelos atrasos na materialização do orçamento em bens e serviços disponibilizados às atividades-fins da instituição.

De um modo geral, considera-se como bom o resultado alcançado, caso seja avaliado apenas a execução do gasto com custeio em relação à dotação liberada, o percentual de execução subiria para no 85,95% FISPROVET, 96,11% no FISCINAN e 92,23% no FISCGENE (Fonte: SIAFI em 31/12/09).

Tabela 34 - Execução Financeira:

Meta	Previsão (LOA + Créditos)	Previsão Corrigida	Executado	Executado/ Previsão	Executado/ Previsão Corrigida
• FISPROVET	R\$ 1.412.872,00	R\$ 1.283.995,12	R\$ 1.004.307,25	71,08%	78,22%
• FISCINAN	R\$ 1.412.872,00	R\$ 1.314.232,25	R\$ 1.026.058,54	72,62%	78,07%
• FISCGENE	R\$ 750.190,00	R\$ 653.064,26	R\$ 479.101,24	63,86%	73,36%
Total:	R\$ 3.575.934,00	R\$ 3.251.291,63	R\$ 2.509.467,03	70,18%	77,18%

Fonte: SIAFI em 31/12/09.

Ressaltamos que a Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários são relevantes no contexto da segurança alimentar, pois a mesma deve-se basear em uma abordagem integral, ou seja, do início da cadeia, portanto, o papel da fiscalização de insumos pecuários é decisivo na garantia da segurança dos produtos de origem animal ofertados à população.

A qualidade dos insumos pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores, pois a diminuição do número de fiscalizações compromete a segurança dos insumos pecuários, além disso, a imagem da instituição encarregada de fiscalizar fica desgastada e, conseqüentemente, do Governo Federal.

Espera-se que os dados e informações reunidos neste relatório anual de gestão permitam compreender que o movimento de encerramento de um exercício e abertura de um novo exercício fiscal traz em si a esperança de que os problemas de um ano serão superados no decorrer do ano seguinte.

O DFIP vem continuamente desenvolvendo esforços no sentido de avançar na qualidade de seu trabalho, com transparência em suas ações e modernização de seus processos para o melhor atendimento às demandas, tanto governamentais quanto da sociedade em geral.

Expressando a confiança na aprovação do mérito das atividades ora descritas, reafirmamos nosso compromisso com a aplicação correta e eficaz dos recursos orçamentários que venham a traduzir verdadeiramente os reais anseios da sociedade.



Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Tabela 35 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) registro de produtos; 3) fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIP/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC/DFIA/SDA
Unidades Executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas UFs – SEFAG/SFA

As metas estabelecidas para da atividade de Fiscalização de Fertilizantes e afins para o ano de 2009 foram: a realização de 12.000 fiscalizações; a retirada de amostras: do equivalente a 3% do fertilizante mineral consumido; de 5% da produção de corretivos agrícolas; 100% do inoculante importado e 20% da produção nacional de inoculantes, considerados os quantitativos do ano anterior.

As metas acima descritas foram definidas visando conferir à fiscalização do poder público em 2009 uma abrangência suficiente para garantir a preservação da qualidade dos insumos agrícolas ofertados ao produtor rural brasileiro.

Os resultados da ação de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes devem ser avaliados quanto ao desempenho da execução em relação ao que foi programado (executado/programado) e quanto ao reflexo da fiscalização na qualidade dos insumos agrícolas.

Nas tabelas a seguir apresentam-se metas da LOA previstas para 2009 e os resultados alcançados:

Tabela 36 – Execução física e financeira

META	Programado	Executado	Desempenho (%)
Financeira (R\$)			
Inicial - LOA	3.350.000,00	2.718.086,00	81,14
Corrigida	3.139.308,26		
Física (fiscalização realizada nº)			
Inicial - LOA	12.000	10.412	86,77
Corrigida	12.795		

Fonte: SIPLAN, posição de 12/02/2010

O número de fiscalizações realizadas em 2009 foi de 10.389, representando 86,58% da meta prevista na Lei Orçamentária Anual, sendo 9,4% inferior ao resultado do exercício anterior. A intensidade da fiscalização ocorreu de forma diferente do planejado em alguns estados, pela implementação de uma operação especial de fiscalização, que priorizou ações continuadas em estabelecimentos que apresentavam baixo índice de conformidade e, por isso, o número de fiscalizações decresceu em relação ao ano de 2008.

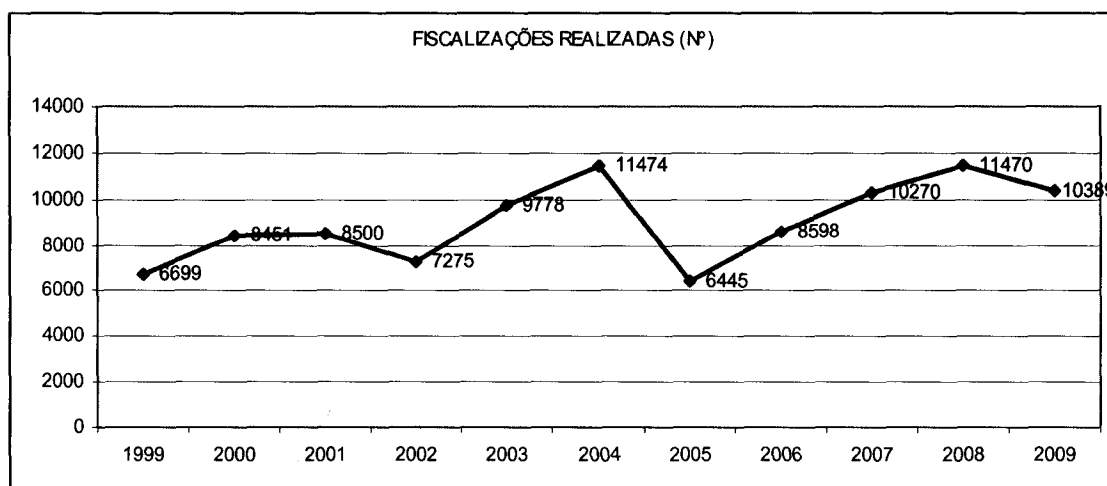


Gráfico 1 – Evolução da Fiscalização

No exercício de 2009, os recursos orçamentários foram disponibilizados para fiscalização desde o mês de janeiro, sendo que não ocorreu contingenciamento. O fluxo adequado e constante de recursos orçamentário/financeiro, a exemplo do ano anterior, propiciou a execução das ações de fiscalização ao longo de todo o ano. Portanto, a disponibilidade de recursos oportuna e na quantidade adequada, sempre é fundamental para o bom desempenho da ação.

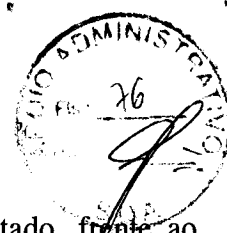
Os gastos com diárias foram da ordem de R\$ 1.133.832,0 (hum milhão, cento e trinta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais - fonte: SIOR 2009) e com passagens e pedágios foram gastos R\$ 302.088,44 (trezentos e dois mil, oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Como as indústrias de insumos, geralmente, se localizam em municípios que não possuem unidades do MAPA, se faz necessário o deslocamento dos Fiscais para execução da fiscalização, envolvendo recursos para pagamento de diárias, passagens ou gastos com combustível e manutenção de veículos quando o deslocamento se dá com carro oficial.

Os recursos orçamentários de capital – R\$ 697.858,55 - foram usados para aparelhamento dos Serviços de Fiscalização Agropecuária – SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura - SFA, tendo sido empregados na aquisição de veículos, de móveis e utensílios e de equipamentos de informática (impressoras e computadores portáteis).

As autuações lavradas pela fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes geraram arrecadação de multa aos cofres públicos em 2009 no valor de R\$ 3.471.787,75 (três milhões, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos) – fonte: Sistema Integrado de Controle da Arrecadação SICAR. Essa arrecadação fornece o suporte financeiro para a execução da ação, por meio da fonte 150.

Quanto aos fatores limitantes para o desenvolvimento da ação, destacamos o quantitativo de Fiscais Federais Agropecuários dedicados a fiscalização de fertilizantes,





corretivos e inoculantes. O número de Fiscais dedicados à ação ainda é limitado, frente ao universo existente a fiscalizar e tem diminuído nos últimos anos devido a aposentadorias e remoções para outras atividades. Contamos com aproximadamente 120 Fiscais Federais Agropecuários envolvidos com a fiscalização desses insumos, sendo que boa parte destes servidores se dedicam também às outras ações (fiscalização de sementes e mudas, agrotóxicos, aviação agrícola, bebidas), não tendo, portanto dedicação exclusiva à ação. Os setores de produção e comércio de fertilizante, corretivo e inoculante, no Brasil, possui aproximadamente 1.000 indústrias e mais de 5.000 estabelecimentos que se dedicam à importação e/ou comércio. Dessa forma, para alcançarmos melhores resultados, se faz necessário o aumento do quantitativo de Fiscais envolvidos na ação de fiscalização, seja por contratação por meio da realização de concurso público, seja pela redistribuição da força de trabalho existente no MAPA.

Outra limitação é a falta de sistema informatizado para apoio das ações de fiscalização. A Coordenação Nacional demandou em 2004 ao setor de tecnologia da informação do MAPA a produção de um sistema de gerenciamento da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes. Já existe projeto, documento de visão e levantamento de requisitos do sistema, porém o trabalho de desenvolvimento ainda não concluído. Consideramos que os resultados da ação poderiam ser bem melhores se o sistema de informação já estivesse em funcionamento.

Demais Resultados Alcançados:

Tabela 37 – Resultados Alcançados

Ações	2.3.1.1 Unidade	Total executado
Fiscalização em estabelecimentos	2.3.1.2 Nº	3.331
Fiscalização em produtos	Nº	7.058
Amostras coletadas	Nº	6.995
Fertilizante mineral sólido amostrado	Ton	711.150
Corretivo amostrado	Ton	705.530
Inoculantes	1000 doses	17.542
Auto de Infração emitido	Nº	1.580

Tabela 38 - Legislação Produzida

Tipo ¹	Número	Situação atual	Última Tramitação	Descrição
Instrução Normativa	25	Publicada em caráter definitivo	28/07/2009	Atualiza a IN nº 23/2005, que aprova as normas sobre as especificações e as garantias dos fertilizantes orgânicos simples, mistos, compostos, organominerais e biofertilizantes destinados à agricultura.
Instrução Normativa	20	Publicada em caráter definitivo	03/06/2009	Altera a IN MAPA nº 10/2004, estabelecendo novos procedimentos para a renovação de registro de estabelecimentos.
Portaria 325	-	Elaborada – foi submetida à consulta pública	17/09/2009	Submete à consulta pública pelo prazo de sessenta dias, a contar da data da publicação desta portaria, o projeto de instrução normativa e seus anexos, que estabelece as normas sobre

				especificações e garantias dos inoculantes destinados à agricultura, as relações dos microrganismos recomendados e autorizados para produção de inoculantes no Brasil e os requisitos mínimos e protocolos oficiais para avaliação da viabilidade e eficiência agrônômica de cepas, produtos e tecnologias.
Norma Interna	-	Revisada – foi encaminhada aos FFAs que atuam nas SFAs	-	Manual de Serviço da Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Taxas de Conformidade de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

A maior presença da fiscalização com execução sistemática das inspeções nos equipamentos e instalações possibilitou melhorias na qualidade dos corretivos e dos inoculantes. Conforme mostrado na figura abaixo, houve expressivo aumento na taxa de conformidade dos inoculantes e pequena diminuição no caso dos corretivos.

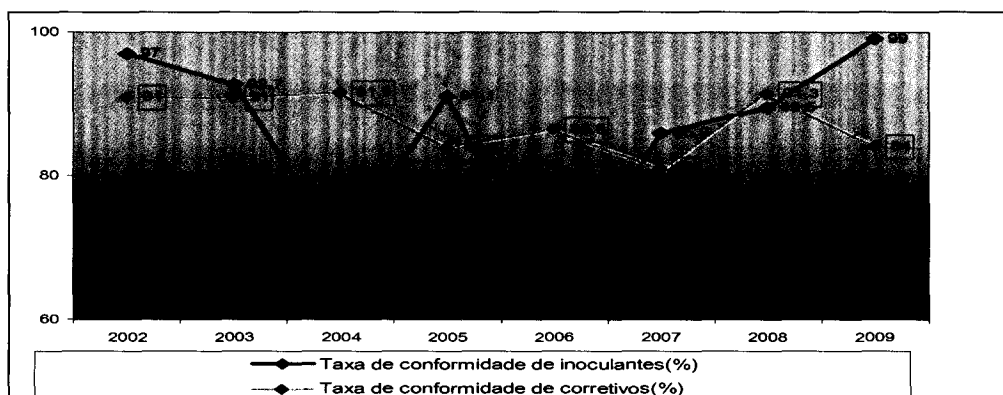


Gráfico 2 – Taxa de Conformidade de Inoculantes e Corretivos

Quanto aos fertilizantes minerais, ocorreu redução na taxa de conformidade de 86% verificada em 2008 para 83% em 2009, mesmo com fiscalização mais intensiva.

Gráfico 3 – Taxa de conformidade de fertilizantes minerais



A taxa de conformidade é calculada com base nos resultados de análise das amostras coletadas pela fiscalização do MAPA. Quando os dados de conformidade são separados por tipos de fertilizantes minerais, verifica-se que os fertilizantes minerais mistos (84% de conformidade) apresentaram resultados superiores aos dos fertilizantes minerais simples (83%) e dos fertilizantes minerais complexos 80%.

Há que destacar que esses resultados fogem a normalidade, pois os fertilizantes minerais simples e complexos apresentam histórico de maior conformidade devido aos processos produtivos dos mesmos, porém, no caso dos minerais simples, ocorreu inconformidade na granulometria em um grande lote de produto, mas que afetou de maneira significativa o resultado geral de conformidade deste tipo de fertilizante.

Convém notar que a empresa fabricante deste produto, ao ser informado pela fiscalização da inconformidade, interrompeu a comercializar do produto e iniciou o seu reprocessando o mesmo, com o objetivo de adequá-lo aos padrões técnicos exigidos por lei e pelo mercado.

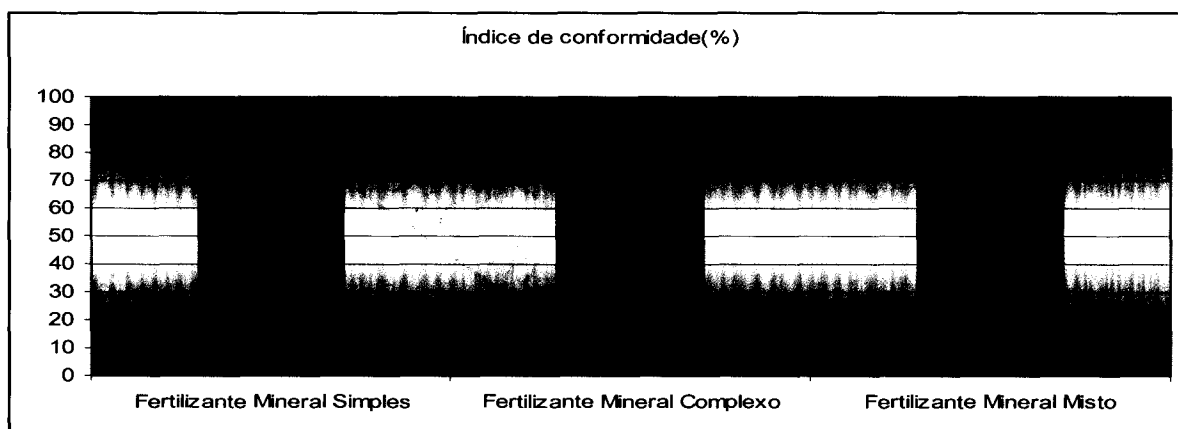


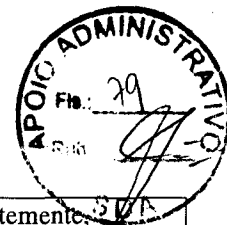
Gráfico 4 – Índice de Conformidade

Ressalta-se ainda que a partir de agosto de 2009 foi deflagrada uma operação especial de fiscalização nas Unidades da Federação RS, PR, SP, MG, ES, BA e PE, por conta de mudança na sistemática de fiscalização com a decisão de permanecer mais tempo nas empresas produtoras de fertilizantes minerais mistos que apresentaram até então, menor índice de conformidade dos produtos. Isso pode ter sido a causa de uma melhoria do índice de conformidade destes produtos.

Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas

Tabela 39 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade e a qualidade das sementes e das mudas produzidas, comercializadas e utilizadas em todo território nacional. A disponibilidade de material de reprodução idôneo tem como consequência o aumento da produção e da produtividade, o incremento da taxa de utilização de sementes de cultivares melhoradas e a melhoria da qualidade dos produtos, contribuindo para o ganho de competitividade no mercado internacional e, conseqüentemente,



	competitividade no mercado internacional e, conseqüentemente, aumentando as exportações de produtos agrícolas.
Descrição	A atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, de estabelecimentos produtores, beneficiadores, reembaladores, armazenadores e comerciais de sementes e mudas; 2) Credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, de entidades de certificação de sementes e de mudas, laboratórios de análise de sementes e de mudas, certificador de produção própria, responsáveis técnicos e amostradores; 3) Inscrição de cultivares no Registro Nacional de Cultivares - RNC; 4) Fiscalização sobre a produção, a comercialização, a utilização, a importação e a exportação desses insumos agrícolas; 5) Certificação de sementes sob as regras da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE; 6) elaboração e revisão de normas técnicas relativas à produção, à comercialização e à utilização de sementes e mudas; 7) coordenação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA
Coordenador Nacional da Ação	José Neumar Francelino – Coordenador de Sementes e Mudanças – CSM/DFIA/SDA
Unidades Executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas UF's – SEFAG/DT/SFA.

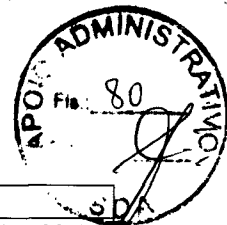
A coordenação da atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças estabeleceu, inicialmente, como metas para 2009 realizar 15.860 fiscalizações (LOA 2009) em função da previsão orçamentária inicial de R\$ 6.850.000,00 (seis milhões oitocentos e cinquenta mil reais). Posteriormente, em face de demandas decorrentes da prática de pirataria na produção e comercialização de sementes, as metas foram revistas aumentadas para 17.001 fiscalizações.

As metas foram definidas visando conferir à fiscalização realizada pelo do poder público em 2009 uma abrangência suficiente para garantir a preservação da identidade e da qualidade das sementes e das mudas ofertadas ao produtor rural brasileiro. Soma-se aos esforços de fiscalização, o registro de cultivares, a certificação sob as regras da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, a realização de eventos para atualização e treinamento de Fiscais Federais Agropecuários para a harmonização de procedimentos, as reuniões técnicas para estudo e elaboração de normas complementares e os manuais de procedimentos.

Os resultados da fiscalização de sementes e mudas são avaliados quanto ao desempenho, ou seja, em relação execução compara ao que foi programado e quanto ao reflexo da fiscalização na qualidade dos insumos agrícolas, bem como em relação ao incremento na taxa de utilização pelos agricultores.

Tabela 40 – Orçamento do Exercício de 2009

Fonte		Previsto na LOA (R\$)	Liberado (R\$)	Contingenciado (R\$)
100	Custeio	258.529,47	-	258.529,47



	Investimento	-	-	-
	Total	258.529,47	-	258.529,47
150	Custeio	-	5.435.587,53	-
	Investimento	-	1.155.883,00	-
	Total	6.850.000,00	6.591.470,53	-
Total Geral		6.850.000,00	6.591.470,53	258.529,47

Fonte: SIPLAN, posição de 18/01/2010.

Tabela 41 - Recursos Descentralizados do FI-FISCALSEM 1 no Exercício de 2009

ÓRGÃO	VALOR (R\$)
130005- CGEF – Coordenação Geral de Execução Financeira	1.202.710,00
130007- SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	209.456,00
130014- SFA/DF – Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal	28.921,00
130018- SFA/TO – Superintendência Federal de Agricultura em Tocantins	49.812,00
130021- SFA/PI – Superintendência Federal de Agricultura no Piauí	133.090,00
130022- SFA/CE – Superintendência Federal de Agricultura no Ceará	225.603,00
130023- SFA/RN – Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte	35.919,00
130024- SFA/PB – Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba	196.018,00
130025- SFA/PE – Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco	84.289,00
130027- SFA/AL – Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas	31.893,00
130028- SFA/SE – Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe	79.161,00
130029- SFA/BA – Superintendência Federal de Agricultura na Bahia	202.235,00
130056- SFA/MG – Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais	774.260,00
130060- SFA/ES – Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo	104.785,00
130062- SFA/MS – Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul	359.905,00
130063- SFA/RJ – Superintendência Federal de Agricultura no Rio de Janeiro	76.306,00
130067- SFA/SP – Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo	365.109,00
130069- SFA/MA – Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão	109.671,00
130070- SFA/PR – Superintendência Federal de Agricultura no Paraná	739.786,00
130072- SFA/SC – Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina	147.571,00
130074- SFA/RS – Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul	232.767,00
130077- SFA/MT – Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso	281.386,00
130080- SFA/GO – Superintendência Federal de Agricultura em Goiás	272.047,00
130083- SFA/RO – Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia	43.405,00
130088- SFA/AC – Superintendência Federal de Agricultura no Acre	55.664,00
130090- SFA/AM – Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas	154.962,00
130093- SFA/RR – Superintendência Federal de Agricultura em Roraima	45.833,00
130094- SFA/PA – Superintendência Federal de Agricultura no Pará	186.181,00
130100- SFA/AP – Superintendência Federal de Agricultura no Amapá	44.546,00
Total da Descentralização	6.473.291,00

Fonte: Sistema de Acompanhamento Financeiro / Orçamento 31/12/2009

Tabela 42 - Execução Orçamentária do PI-FISCALSEM 1 no Exercício de 2009

Unidades	Dotação Recebida (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Aplicado C/B
CGEF (1)	1.202.710	1.040,554	954.331	91
SEDE (SDA)	209.456	209.456	207.863	99
Acre	55.664	55.401	53.325	96
Amazonas	154.962	136.454	101.737	74
Amapá	44.546	41.916	40.403	96

Alagoas	31.893	31.893	21.585	67
Bahia	202.235	202.235	200.421	99
Ceará	225.603	225.603	214.640	95
Distrito Federal	28.921	28.921	247.03	85
Espírito Santo	104.785	104.785	65.680	62
Pará	186.181	186.181	167.982	90
Paraíba	196.018	196.018	192.893	98
Piauí	133.090	133.001	128.304	96
Pernambuco	84.289	84.289	79.774	94
Paraná	739.786	739.153	563.072	76
Maranhão	109.671	109.671	106.807	97
Mato Grosso	281.386	281.386	238.037	84
Mato Grosso do Sul	359.905	359.105	315.997	87
Minas Gerais	774.260	774.260	720.375	93
Goiás	272.047	272.047	225.447	82
Rondônia	45.405	43.274	30.466	70
Roraima	45.833	44.833	44.833	100
Rio Grande do Norte	35.919	35.919	35.919	100
Rio Grande do Sul	232.767	232.767	205.115	88
Rio de Janeiro	76.306	76.306	74.642	97
São Paulo	365.109	365.109	252.388	69
Santa Catarina	147.571	147.534	138.437	93
Sergipe	79.161	79.161	49.524	62
Tocantins	49.812	49.812	47.848	96
Totais	6.473.291	6.287.046	5.502.548	87

FONTE: Sistema de Acompanhamento Financeiro / Orçamentário, posição de 31/12/2009

(¹) - CGEF – Coordenação Geral de Execução Financeira/SPOA

A descentralização dos recursos para a Coordenação Geral de Execução Financeira – CGEF/SPOA, no valor de R\$ 1.202.710,00 (Um milhão duzentos e dois mil setecentos e dez reais), teve como objetivo apoiar a realização dos seguintes eventos:

- a) XXVIII Ciclo de Reuniões da Comissão de Sementes e Mudas – CSM do Estado do Paraná e custeio de viagens para integrantes da Comissão participar de outras reuniões técnicas;
- b) II Reunião Anual de Fiscalização de Insumos Agrícolas – II RAIA – DFIA/SDA;
- c) Edição de normas e padrões no Diário Oficial da União; e
- d) custeio de despesas com de pessoal de apoio terceirizados e estagiários.





Tabela 43 – Execução no Exercício de 2009

Meta			
	Previsão Inicial	Execução	Desempenho (%)
Financeira	6.850.000,00	5.674.528,00	82,84
Física	15.860	21.095	133,01

Fonte : SIPLAN

O número de fiscalizações em 2009 de 21.095 representando 133,01% da meta teve como fundamento a realização de fiscalização para apuração de denúncias de ocorrência da prática da pirataria na produção e comercialização de sementes.

Ação 2009 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Tabela 44 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade e a qualidade dos agrotóxicos e afins produzidos, comercializados e utilizados em todo no nacional.
Descrição	Fiscalização das empresas produtoras, importadoras, manipuladoras, formuladoras e exportadoras de agrotóxicos e afins; Fiscalização dos agrotóxicos e afins na importação, exportação e produção; fiscalização das empresas credenciadas para realização de tratamento fitossanitário com fins quarentenários na importação e exportação de produtos vegetais e partes de vegetais e embalagens de madeira; fiscalização de instituições credenciadas para realização de pesquisa com agrotóxicos. Registro de Agrotóxicos e Credenciamento de Empresas de pesquisa e experimentação com agrotóxicos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIA
Coordenador Nacional da Ação	Coordenador Geral da CGAA
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura nas Unidades da Federação

A Ação de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins estipulou como meta para 2009 a execução de 800 (oitocentas) fiscalizações. Como resultado da avaliação dessa proposta pelos Serviços de Fiscalização Agropecuária a meta foi corrigida para 1.066 (hum mil e sessenta e seis).

Ao apurar os resultados dos esforços de fiscalização constatou-se que foram executadas 1.135 (hum mil trezentos e trinta e cinco) fiscalizações, valor que excedeu as duas previsões anteriores.

A execução física superior em 41% à metas programada se deve a contabilização de acompanhamentos de Tratamento Quarentenário realizados por empresas credenciadas. Foram contabilizados 290 eventos realizados junto a empresas credenciadas para prestação desse serviço, valor que equivale a cerca de 36% da meta programada. É uma atividade relevante, no



entanto, correlacionada à defesa vegetal e a certificação para atendimento a exigências internacionais.

Em relação aos recursos do orçamento aprovado de R\$ 2.000.000,00 foram executados R\$ 1.408.362,13. Parte do valor não executado equivale a recursos de investimento que ficaram retidos por dificuldades inerentes as exigências para aquisição, a exemplo dos processos de licitação.

As despesas com diárias e passagens foram utilizadas para realização de fiscalizações e de atividades inerentes a coordenação a exemplo dos compromissos atendimento a empresas, a interlocução institucional com entidades dos diferentes agentes do segmento de agrotóxicos e afins em âmbito nacional e internacional.

Os recursos para investimento foram utilizados, para compra de equipamentos permanentes como veículos e material de informática assim como equipamentos para auxílio às atividades de fiscalização como kits para coleta de amostras e equipamento de proteção individual.

Houve recolhimento de multas através das ações fiscais realizadas somando mais de R\$ 200.000,00 (SICAR). Estes recursos devem ser solicitados no ano de 2010 para fomentar diretamente as atividades de fiscalização aparelhando ainda mais a atividade principalmente no que tange a custeio das atividades.

Os valores de diárias foram reajustados pelo Governo Federal em meados do ano de 2009, revertendo em impacto significativo para a execução financeira das atividades da coordenação. Houve necessidade de reprogramação de atividades uma vez que os Planos Operativos foram consolidados com os valores de referência levantados ao final do ano de 2008.

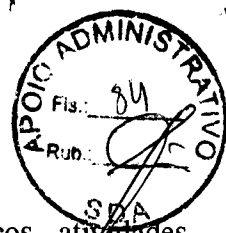
Os recursos materiais consumidos no exercício, como materiais de expediente, tanto da sede e das Superintendências Federais de Agricultura foram programados e atendidos conforme o Plano Operativo Anual de 2009.

Os elementos de despesa relativos as questões de investimento, foram suficientes durante o ano de 2009, remontando um total de R\$ 400.000,00. Estes valores, apesar de superiores a média anual para esta rubrica, foram necessários para ajustes na estrutura física das Superintendências. Estima-se que o material permanente não deva ser objeto de reposição nos próximos anos, devendo ser destinados apenas recursos para manutenção desses equipamentos e compras emergências que se fizerem necessárias. A estimativa é de programação de dotação proporcional a do ano de 2009 para investimento em 4 anos.

Ressalta-se na área de Recursos Humanos a pronunciada carência de Fiscais Federais Agropecuários especialmente nos estados em que a ação é mais intensa, como São Paulo e Rio de Janeiro. Na sede, em Brasília, considerando a concentração das atividades de avaliação e registro é mais sentida.

Para amenizar as carências assinaladas a previsão é de que seria necessário aporte de pelo menos mais cinco FFAs para a Superintendência de São Paulo e dois para a Superintendência do Rio de Janeiro. A demanda de FFAs das demais Superintendências foi suprida com movimentação de recursos humanos no MAPA, em relação ao observado nos anos anteriores. Continua a carência de pessoal de apoio administrativo.

Foram realizados treinamentos de fiscais para harmonização de procedimentos de fiscalização inclusive na questão da relatoria de processos administrativos de apuração de infração.



No âmbito da fiscalização do uso e do comércio de agrotóxicos, atividades legalmente atribuídas as Unidades da Federação, a CGAA vem desenvolvendo ações de harmonização de procedimentos com a promoção de eventos com a participação com os executores.

No ano de 2009 foram realizados os encontros regionais e o seminário nacional de agrotóxicos. Entre os resultados contabiliza-se execução, em âmbito nacional, de mais de 60.000 ações fiscais relativas ao comércio e uso de agrotóxicos. Os Estados que mais se destacaram foram Pernambuco na Região Nordeste, Mato Grosso na Região Centro Oeste, Minas Gerais na Região Sudeste e Paraná na Região Sul.

A implementação do Manual de Fiscalização de Agrotóxicos como instrumento de harmonização de procedimentos de fiscalização na importação, exportação produção de agrotóxicos e afins, deve ter prosseguimento com o treinamento para a sua adequada aplicação. Este modelo deverá servir de base para um manual nacional da fiscalização de agrotóxicos em todos os níveis, sejam de Estado ou município, resguardas suas legislações e peculiaridades regionais.

Outra área que mereceu atenção especial no ano de 2009 foi a de informática, tanto em trabalho de aperfeiçoamento de sistemas como de e bases de dados. O Sistema Agrofit foi melhorado em modelos evolutivos para receber as informações de produção, importação e comercialização de agrotóxicos no Brasil de modo eletrônico. Estas informações, de natureza confidencial, servirão par a formação dos Planos Operativos e construção de cenários par a melhoria da fiscalização de agrotóxicos em todos os níveis. Além disso, estão sendo desenvolvidos no MAPA, modelos padronizados para registro de estabelecimentos produtores de agrotóxicos que serão disponibilizados aos Estados de forma a agilizar e uniformizar estes cadastros e registros.

Os recursos descentralizados para os SEFAGs/UFs observaram o programado de acordo com a meta física estabelecida no Plano Operativo de 2009. O acompanhamento da fiscalização foi exercido de diversas maneiras. O SIPLAN, os relatórios mensais de atividades, a realização de três reuniões de balanço nacional, constituem exemplos. Além disso houve o monitoramento da execução pelos Estaduais, dados consolidados formulários eletrônicos durante o Seminário Nacional sobre Agrotóxicos quando houve consolidação do perfil da fiscalização de agrotóxicos em âmbito nacional.

Em 2007, o processo de registro de agrotóxicos e afins foi analisado para uma reorganização das tarefas administrativas e técnicas envolvendo os três órgãos que participam da avaliação: Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente. Nesse esforço concentrado, a Casa Civil da Presidência da República comandou uma Força Tarefa para redução dos passivos de processos aguardando análise e finalização nos diferentes órgãos de registro. O desempenho da Coordenação-Geral de Agrotóxicos foi considerado o melhor entre os órgãos de registro considerando a força de trabalho disponível e o volume de informações e atividades envolvidas. De 2007 a 2009 foram executadas diversas ações no sentido de estabilizar o funcionamento da sistemática de registro nos órgãos de governo e para isso, re-estudou-se a dinâmica da legislação e forma de avaliação dos processos e ainda a informatização de boa parte do sistema de registro.

O número de registros para pesquisa e experimentação, previsto no art. 25 do Decreto 4.074/02 aumentou exponencialmente considerando as atividades da força tarefa e a instalação do Sistema Integrado de RET – SISRET, inicialmente desenvolvido para o IBAMA e estendido para os demais órgãos, automatizando o procedimento deste tipo de registro reduzindo o prazo de concessão destes documentos de 18 meses para aproximadamente 35 dias, em média, conforme gráfico a seguir que apresenta os resultados de RET a partir de 2000 (ano de início da

implementação deste modelo de certificado) até 2009 (décimo ano de funcionamento desta atividade). É clara a distinção de dois patamares de resultados, com uma mudança significativa a partir de 2006 (ano 7), quando o número anual de RETs passa a ser sempre superior a 800 certificados emitidos.

Evolução de Registro Especial Temporário (RET) no Período de 2000 a 2009

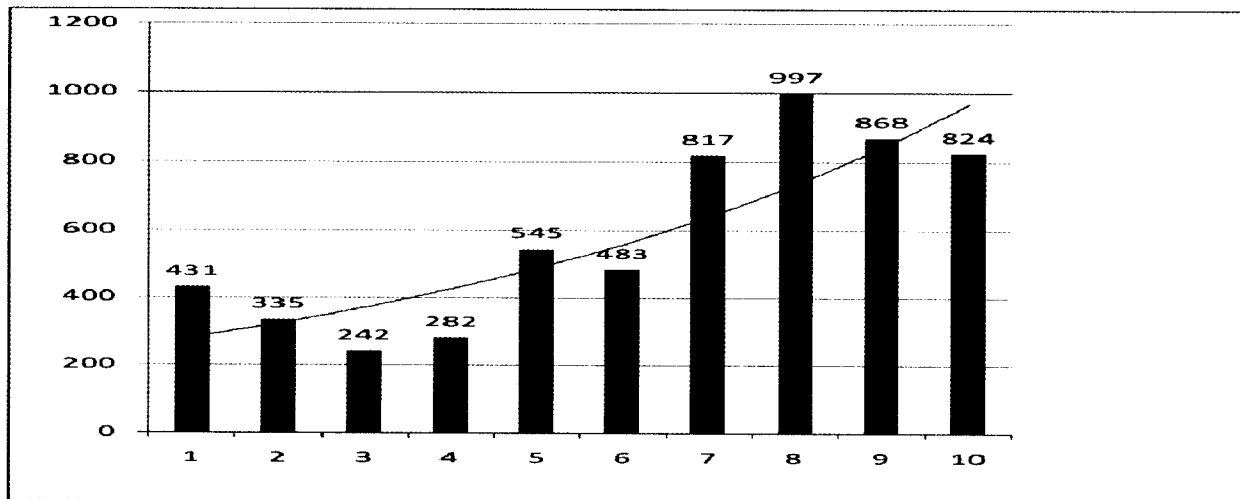


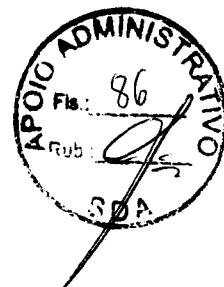
Gráfico 6 – Evolução de Registro Especial Temporário

Em 2009, de um total de 1131 pleitos de RET, 58% foram requeridos e analisados pelo SISRET, representando uma otimização de recursos humanos e tempo de análise. Aqueles RETs destinados a pesquisa de produtos agrotóxicos biológicos e de vários produtos (chamado “RET de tabela”) ainda foram protocolados em papel, procedimento que deve ser encerrado em 2010, passando a ser também por via eletrônica.

A totalidade dos pleitos requeridos via papel foi aprovada, devido à possibilidade de correções posteriores no processo, via exigência ao requerente. Na via eletrônica SISRET, o ônus da não apresentação correta dos dados no requerimento é exclusivo do registrante, uma vez que não é permitida a alteração dos dados pelo regulador ou pelo requerente, após envio ao regulador. Desta forma não cabe notificação de exigência para correção dos dados, não havendo possibilidade de geração do certificado com dados incorretos, sendo desta forma o processo indeferido. Ressalte-se que este tipo de processo não possui mais um passivo de processos para análise o que foi solucionado com o pleito eletrônico, com reflexo nos resultados de 2008.

Tabela 45 - Registro Especial Temporário (RET) no Exercício de 2009

	2008		2009		Total	
No. de Pleitos	713	418	1131			
Aprovados	603	221	824	90%	100%	92%
Conc. MAPA*	670	221	891	100%	100%	100%
Indeferido	67	0	67	10%	0	8



Registro de Produtos Técnicos e Formulados no MAPA

A partir dos esforços concentrados para a área de registro sob coordenação da Casa Civil em 2007, houve uma mudança de patamar também no número de agrotóxicos registrados, com aumento significativo da média de novos certificados de registros emitidos. O ano de 2007 foi finalizado com 200 registros emitidos entre produtos técnicos e produtos formulados com destaque para o aumento expressivo dos produtos registrados por equivalência, os popularmente chamados “genéricos” de agrotóxicos.

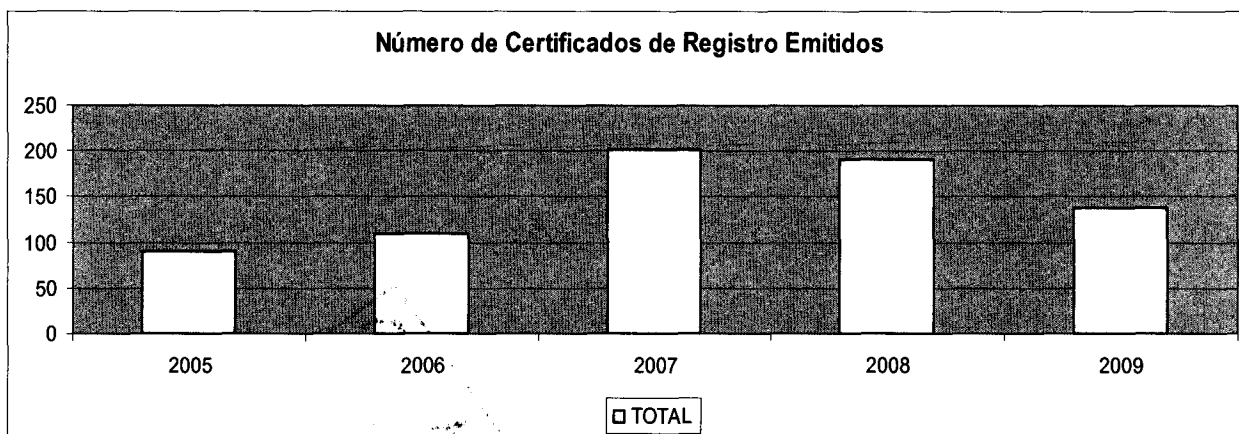


Gráfico 7 – Número de Certificados de Registro Emitidos

Este número fica ainda mais relevante em 2009 quando se verifica o incremento significativo do número de produtos formulados a base de produtos técnicos equivalentes que sobressaem entre os produtos registrados, refletindo o atendimento da CGAA às demandas do setor produtivo agrícola para oferta de insumos agrícolas de baixo custo ao agricultor brasileiro.

Tabela 46 - Registro de Produtos Técnicos Equivalentes no Período de 2005 a 2009 - Avaliação Conjunta (*)

	2005	2006	2007	2008	2009
	2	14	36	42	22
	0	4	9	9	2
	0	0	0	0	1
	0	1	1	3	1
	2	19	46	54	26

(*) Refere-se ao esforço interministerial, IBAMA/ANVISA/MAPA

Conforme harmonização dos três órgãos responsáveis pela avaliação de agrotóxicos para fins de registro, sob coordenação da Casa Civil, é prioritária a análise do produto formulado a base de produto técnico equivalente, tão logo este seja aprovado. Desta

forma, apresenta-se a seguir a evolução do registro destes produtos destinados ao uso agrícola, os quais têm a denominação popular de “defensivo genérico”.

Percebe-se uma evolução favorável de registro destes produtos, cujo impacto esperado é a maior oferta de insumos cuja origem diversificada (formulados por diferentes fornecedores) e com menor custo de registro possibilitariam a redução do custo de produção agrícola devido ao favorecimento de concorrência na sua oferta.

Evolução do Registro de Produtos Técnicos Equivalentes, Período de 2005 a 2009

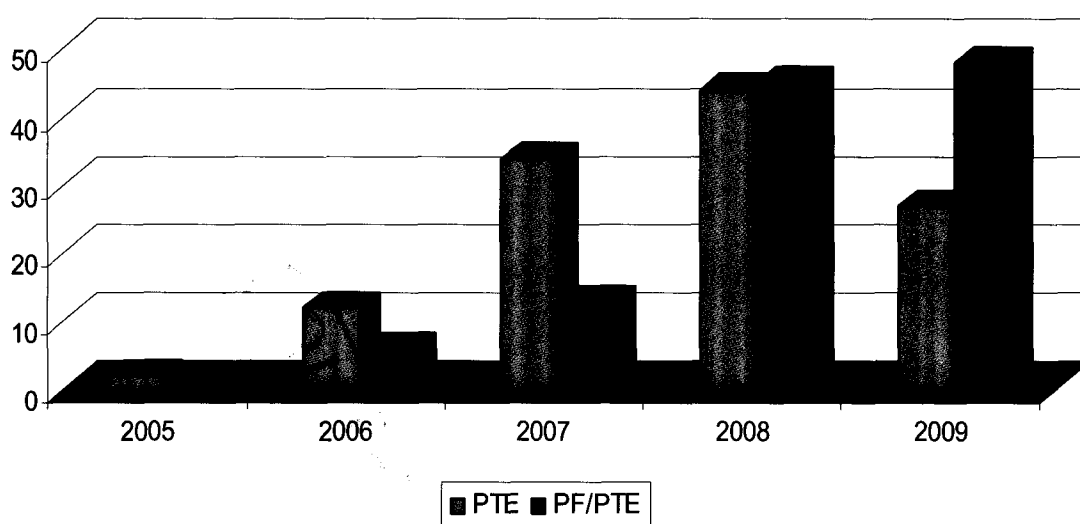
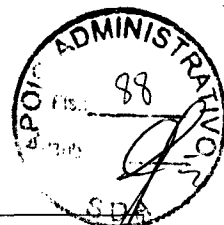


Gráfico 8 – Evolução do Registro de Produtos Técnicos Equivalente

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tabela 47 – Informações Gerais sobre o Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Maçao Tadano
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<p>Índice de conformidade de produtos de Origem Animal e Vegetal Formula de Calculo: $ICP = 0,6 \times ICA + 0,4 \times ICA$, onde: ICP – Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal ICA – Índice de conformidade de produtos de origem animal. $ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA – Numero de relatórios de auditoria conformes; NT – número total de relatórios de auditoria; AC – Número de amostra de produtos em conformidade; NA – Número total de amostras analisadas.</p> <p>ICV – Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICV = (0,5(EI/ER) + (0,5(AC/NA)))$, onde: EI – Número de estabelecimentos inspecionados; ER – Número total de estabelecimentos registrados;</p>



	<p>AC – Número de amostra de produtos em conformidade; NA – Número total de amostras analisadas. Obs.: o valor do ICP varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a quantidade da produção animal e vegetal fiscalizada.</p> <p>Índice de Qualificação de Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários Fórmula de Cálculo: $Niq = (Toi) \times 0,45 + (Tci) \times 0,25 + (Tog) \times 0,20 + (Tcg) \times 0,10$, Sendo: Niq – número de qualificação; Toi – taxa de ensaios em laboratórios oficiais acreditados conforme a ISSO 17.025; Tci – taxa de ensaios laboratórios credenciados acreditados conforme a ISO17. 025; Tog – taxa de ensaios em laboratórios oficiais acreditados conforme a ISSO GUIA 43; Tcg – taxa de ensaios em laboratórios credenciados acreditados conforme a ISSO GUIA 43. A taxa de ensaios em laboratórios é dada pela relação entre o número de ensaios acrescidos pela ABNT sobre o total de laboratórios agropecuários, credenciados ou oficiais, conforme a natureza.</p> <p>Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) Formula de calculo: somatório dos estabelecimentos um sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC implantado no ano.</p> <p>Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário Fórmula de Cálculo: somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário, no ano.</p>
Público-Alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.



Ações do Programa 0356 – Segurança e Qualidade dos Alimentos e Bebidas

Ação 2132 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

Tabela 48 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos da área animal.
Descrição	Recepção de amostras, realização de testes, descarte de material, emissão de laudo, manutenção dos equipamentos e veículos, contratação de serviços de segurança, capacitação de pessoal, credenciamento de laboratórios privados para apoio, monitoramento e auditoria nos credenciados, recebimento dos laudos emitidos e publicação de normas
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade das lavouras, dos produtos e dos insumos da área vegetal
Coordenador Nacional da Ação	Jorge Caetano Junior
Unidades Executoras	Lanagro-SP, Lanagro-PE, Lanagro-RS, Lanagro-GO, Lanagro-MG, Lanagro-PA.

Principais resultados

No ano de 2009 tivemos um incremento de validações de metodologia analítica especificamente na área de resíduos de contaminantes devido ao convênio MAPA/CNPQ que disponibilizou bolsistas para esta finalidade.

Para auxiliar a Rede Brasileira de Qualidade de Leite (RBQL), foi adquirido o equipamento de análise de leite – CL10 PLUS que avalia a qualidade do leite em vários parâmetros como pH, concentração de gordura, lactose e amido visando evitar fraudes;- Desenvolvimento do método para Dripping Test em cortes de aves (em andamento); e - Validação do método para avaliar o desglaciamento em pescados, o qual foi publicado pela Portaria 142, do INMETRO (em andamento).

A execução física quanto ao **produto número de análise** (ensaios) realizadas da **Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários** deste ano de 2009 em relação ao previsto inicial da LOA em 12.000.000 e ao previsto corrigido de 17.601.555 superou em 69,79% (devido ao número defasado da LOA) e 15,75% respectivamente. Considera-se como um bom resultado 20.374.340 de análises realizadas em 2009, pois ocorreu um crescimento de 12,59% no quantitativo de análises realizadas quando comparado ao ano de 2008 que foi de 18.095.648.

Principais problemas

A CGAL tem como principais entraves para a realização das ações, o número reduzido de funcionários e má distribuição da dotação orçamentária ao longo do ano, fazendo com que ações importantes sejam prostrergadas e somente realizadas quando da disponibilidade de recurso.



Ação 2136 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

Tabela 49 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade das lavouras, dos produtos e dos insumos da área vegetal
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais; credenciamento de laboratórios públicos e privados; fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados; revisão de legislação; aquisição de equipamentos, reagentes e instrumentos analíticos; manutenção de equipamentos e estrutura; controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação; elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade; validação de metodologias; e realização de análises laboratoriais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária / CGAL
Coordenador Nacional da Ação	Jorge Caetano Junior
Unidades Executoras	Lanagro-SP, Lanagro-PE, Lanagro-RS, Lanagro-GO, Lanagro-MG, Lanagro-PA.

Principais resultados

De forma a aprimorar o diagnóstico fitossanitário, obtivemos o primeiro Credenciamento de Laboratório de Diagnóstico Fitosanitário em Roraima (Embrapa), e unificamos o Laudo para o Diagnóstico fitossanitário.

Adequação do quantitativo operacional das análises em produtos transgênicos nos laboratórios do MAPA Lanagros GO, MG, RS.

Finalização da validação dos métodos para análise de farinhas, derivados amiláceos e óleos e extensão de escopo para análise de azeite;

A execução física quanto ao produto número de análise (ensaios) realizadas da **Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários** deste ano de 2009 em relação ao previsto inicial da LOA em 2.200.000 e ao previsto corrigido de 2.295.244 superou em 28,24% e 22,92% respectivamente. Considera-se como um excelente resultado 2.821.286 de análises realizadas em 2009, pois ocorreu um crescimento de 31,13% no quantitativo de análises realizadas quando comparado ao ano de 2008 que foi de 2.151.490.

Principais problemas

A CGAL tem como principais entraves para a realização das ações, o número reduzido de funcionários e má distribuição da dotação orçamentária ao longo do ano, fazendo com que ações importantes sejam postergadas e somente realizadas quando da disponibilidade de recurso.

Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal



Tabela 50 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Monitorar, dentro do limite máximo permitido, a presença de resíduos de produtos de uso veterinário, agrotóxicos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.
Descrição	Elaboração de normas, verificação do nível de resíduos e contaminantes e coordenação para a tomada de ações regulatórias, de apoio a Departamentos e Coordenações da SDA e subsídio às ações de educação sanitária para mitigação do risco à segurança alimentar.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC
Coordenador Nacional da Ação	Leandro Diamantino Feijó
Unidades Executoras	CCRC, CGAL, DIPOA/DIPOV (SIPAGs), DFIP/DFIA (SEFAG's), e DSA (SEDESA's).

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal

A fim de adequar a quantidade de amostras com a demanda real do PNCRC, uma vez que a quantidade prevista considerava a estruturação do PNCRC nas cadeias produtivas de ovinos/caprinos, avestruz, coelhos, leite e ovos o que até o momento não foi possível ser concluído, foi solicitada por esta Coordenação a redução da meta física de 36.000 para 19.116 amostras a serem analisadas, conforme MEMO CCRC 462/2009 apresentado ao setor competente do MAPA.

Sendo assim, a previsão de meta física do Plano Interno da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes - CCRC atingiu um percentual de 98,52 tendo com isso uma avaliação positiva do resultado alcançado. Cabe ressaltar que quase a totalidade das amostras previstas como parte do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes da área animal foram coletadas pelo Serviço Oficial, sendo que quase a totalidade das amostras perdidas ao longo dos meses (amostras não coletadas ou descartadas) foram respostas até a última semana (semana 53) do exercício de 2009. Desta forma, a informação concernente a meta física desta ação (36.000) atualmente disponível no SIPLAN, não condiz com a solicitação realizada pela CCRC para a correção para 19.116.

Quanto a execução financeira o resultado obtido (99.87%) em custeio e 100% em investimento é considerado satisfatório, sendo que foi possível desenvolver todas as ações previstas pela CCRC/SDA. A não utilização integral do recurso pode ser explicada pelo o não envio de notas fiscais pelos laboratórios contratados nos pregões citados neste relatório. As notas fiscais do exercício de 2009 não encaminhadas em tempo hábil serão atestadas no exercício de 2010.

A fim de otimizar as garantias oferecidas pelo PNCRC junto a todos os estabelecimentos registrados sob o Serviço de Inspeção Federal – SIF, a CCRC/SDA deu prosseguimento, em conjunto com o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA ao processo de inserção dos estabelecimentos que realizam somente comercialização de seus produtos no mercado nacional.

Este procedimento está sendo possível por meio da realização de licitações para a contratação de laboratórios por meio de pregão eletrônico para a realização de análises laboratoriais para a pesquisa de resíduos de produtos de uso veterinário, agrotóxicos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.

Com o orçamento disponível no exercício corrente a CCRC/SDA deu continuidade a realização de processos de licitação para a contratação destes laboratórios. Encontram-se em vigência os seguintes contratos:

1. Pregão nº 53/2007

a) Contrato 22101/076/2007 – Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP (Prorrogado para 12/12/2010).

b) Contrato 22101/086/2007 – Microbióticos Análises Laboratoriais LTDA (Prorrogado para 29/12/2010).

2. Pregão nº 66/2007

c) Contrato 22101/088/2007 – PLANTEC Planejamento e Tecnologia Agrícola (Prorrogado para 29/12/2010).

d) Contrato 22101/084/2007 – Microbióticos Análises Laboratoriais LTDA (Prorrogado para 29/12/2010).

e) Contrato 22101/089/2007 – Instituto de Química da UFRJ (Prorrogado para 28/12/2010).

3. Pregão nº 29/2008

f) Contrato 22101/036/2008 – PLANTEC Planejamento e Tecnologia Agrícola (Prorrogado para 10/10/2010).

g) Contrato 22101/037/2008 – Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP (Prorrogado para 10/10/2010).

h) Contrato 22101/033/2008 – Bioensaios Análises e Consultoria Ambiental LTDA.

i) Contrato 22101/034/2008 – Microbióticos Análises Laboratoriais LTDA (Prorrogado para 3/10/2010).

4. Pregão nº 39/2009

j) Contrato 22101/042/2009 – PLANTEC Planejamento e Tecnologia Agrícola (Vigente entre 11/11/2009 a 11/11/2010).

Todos os contratos são gerenciados pela CGSG/MAPA e a CCRC é responsável por atestar o fornecimento dos serviços pelos laboratórios contratados. As informações das notas fiscais encaminhadas e em conformidade são inseridas no Sistema SIASG e um processo é formado e posteriormente encaminhado para o Gabinete da SDA para ciência e posterior envio a CGSG. Após conferência, a CGSG encaminha o processo para a Coordenação Geral de Execução Financeira - CGEF/MAPA pra providências de pagamento.

A fim de dar continuidade às análises laboratoriais contratadas nos pregões 53/2007, 66/2007, 29/2008 e 39/2009 a Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais – CGLSG/MAPA procedeu à prorrogação dos mesmos, conforme necessidade de continuidade das análises do PNCRC e de acordo com os ditames da legislação em vigor.

Ao longo do exercício de 2009 foram realizados novos pregões, a fim de que todo o escopo analítico do PNCRC fosse contratado pelo MAPA. Para o ano de 2010 haverá a necessidade de novos pregões para finalização das contratações de todo o escopo do PNCRC da área animal.

Em 2009, a CCRC apoiou o Gabinete da SDA na recepção de várias missões

sanitárias internacionais, destacando a Missão da União Européia que avaliou o sistema de controle de resíduos de agrotóxicos em manga e uva, além das Missões da União Européia, China e da Coreia do Sul que avaliaram o sistema produtivo de produção de carne suína. Estas missões estrangeiras foram realizadas em estabelecimentos sob SIF habilitados à exportação ou para a elaboração de acordos sanitários envolvendo o comércio de produtos de origem animal.

Da mesma forma, em 2009 a CCRC participou de reuniões técnicas com países parceiros do agronegócio brasileiro como Rússia e África do Sul, oferecendo elementos técnicos para esclarecer o sistema brasileiro de monitoria de resíduos e para propiciar a abertura de mercados para a exportação de produtos de origem animal. Da mesma forma, a CCRC foi convidada pelas autoridades sanitárias do México para apresentar a demais países da América do Sul o PNCRC/MAPA.

Destaca-se no exercício de 2009 o incremento do Sistema SISRES – Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes, com a migração e modernização de sua plataforma, tornando-o mais ágil e seguro, e o início da inclusão do módulo direcionado ao monitoramento de bovinos vivos e de produtos de origem vegetal. Essa ferramenta, concebida numa parceria da CCRC/SDA com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/MAPA é utilizada como software oficial para o gerenciamento das informações geradas pelo PNCRC/MAPA. Esse Sistema contempla o cadastramento de todos os Fiscais Federais Agropecuários que coletam amostras do PNCRC. Por meio de login/senha específicos os mesmos possuem acesso ao preenchimento da requisição oficial de análise que acompanha a amostra sorteada para o estabelecimento sob SIF, assim como do resultado laboratorial expedido pelos laboratórios participantes do programa. Desta forma, a Secretaria de Defesa Agropecuária possui uma ferramenta altamente tecnicizada que possibilita o gerenciamento das informações do programa em tempo real e da possibilidade imediata da tomada de ações quando da detecção de uma não conformidade.

Destaca-se também os trabalhos desenvolvidos junto à cadeia produtiva do leite e ovos no sentido de aumento do escopo de substâncias monitoradas pelo PNCRC nessas *commodities*, o que permitirá maiores garantias da qualidade dos alimentos ao consumidor brasileiro, e adequação às exigências dos países parceiros do agronegócio brasileiro, permitindo acesso a mercados estratégicos (União Européia, China, Rússia, Estados Unidos, etc) para a manutenção das divisas necessárias às políticas públicas de segurança alimentar. Particularmente, neste momento, esse processo está em fase de validação dos respectivos métodos analíticos pelos laboratórios para monitoria dessas substâncias.

A CCRC/SDA manteve contato com o setor produtivo de avestruz, a fim de incluir esta espécie no escopo analítico do PNCRC, e no presente momento as documentações referentes às validações de métodos analíticos já estão sendo submetidas ao MAPA para avaliação. Após a finalização deste procedimento será iniciada a coleta de amostras e, após a obtenção dos primeiros resultados analíticos, a CCRC encaminhará ao Gabinete da SDA a documentação necessária para que seja solicitado junto a União Européia o pedido de equivalência do PNCRC/Avestruz. Este quesito faz parte das ações do MAPA, somada a outras necessárias, para que o setor possa exportar carne de avestruz para aquele mercado.

A fim de agilizar e melhor estruturar as investigações das ocorrências de resíduos e contaminantes nos alimentos, junto às unidades de produção (propriedades rurais) envolvidas e os estabelecimentos onde foram coletadas as amostras monitoradas pelo Plano, foi elaborado pela CCRC/SDA, juntamente com as demais áreas da SDA, a Portaria 396, de 23 de novembro de 2009, a qual regulamenta o Subprograma de Investigação do PNCRC. Este procedimento harmoniza as ações do PNCRC em todas as unidades federativas do Brasil e traz transparência e robustez nas ações adotadas pela SDA.

Também com a finalidade de difusão de conhecimentos e de maior integração acadêmica, foi contratado um estagiário que está realizando o curso de Medicina Veterinária, para atuar junto ao Serviço de Controle de Resíduos da Área Animal CCRC/SDA.

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal

Com a consolidação do Programa de Controle de Resíduos de Agrotóxicos nas culturas de maçã e mamão no exercício de 2007 e 2008, houve a instituição de rotina na coleta de amostras para a monitoria de resíduos de agrotóxicos. A coleta de amostras de produtos de origem vegetal é realizada nos estabelecimentos embaladores de frutas (Packing Houses) ou na CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. A gestão dos procedimentos de cadastramento destes estabelecimentos, assim como da coleta e envio de amostras para os laboratórios participantes incorre com a participação da CCRC, mas com a gestão direta do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV e com os respectivos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAGs.

Na área vegetal destaca-se a instituição, através da Instrução Normativa n.º 42/2008 publicada no DOU do dia 5 de janeiro de 2009, do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – PNCRC/Vegetal que traz normas e competências dos diversos órgãos deste Ministério para as tarefas de fiscalização de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Adicionalmente destaca-se a publicação no âmbito da CCRC da Instrução Normativa n.º 21/2009 (publicada no DOU do dia 02 de julho de 2009) que estabelece as culturas agrícolas, o número de amostras, os limites oficiais e os resíduos e contaminantes a serem fiscalizados para o ano-safra 2009/2010. Desta forma as matrizes monitoradas foram ampliadas de forma atingir os principais alimentos da dieta brasileira, bem como as frutas importantes para a pauta de exportação brasileira, entre elas: abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, castanha do Brasil, limão, lima ácida, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pimenta do reino, tomate e uva.

Também foi publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de outubro de 2009 a Instrução Normativa n.º 35/2009 que torna públicos os resultados do programa de controle de resíduos de agrotóxicos em maçã e mamão do exercício de 2006, 2007, 2008 e até junho de 2009. Essa normativa tem também como finalidade informar que ações de investigação a campo foram adotadas pelo MAPA para identificar as possíveis causas da presença de resíduos de agrotóxicos não autorizados e acima dos limites máximos permitidos pela legislação em vigor, além de recomendar aos setores produtivos contemplados pelo Programa de Controle de Resíduos de Agrotóxicos, com base nas violações detectadas pelo programa, que sejam adotadas medidas de educação sanitária a campo para atendimento às boas práticas de utilização de agrotóxicos.

Destaca-se a manutenção do Acordo de Cooperação formalizado com a CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, terceiro maior centro de distribuição de alimentos do mundo, assinado pelo Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tal parceria é vital para o PNCRC/Vegetal, pois, otimiza recursos humanos e financeiros necessários a coleta de amostras diretamente nas embaladoras. Essa parceria é uma excelente estratégia de atingir o mercado interno brasileiro de forma bastante representativa. A CEAGESP recebe produtos de praticamente todas as unidades federativas do país, ressaltando que existe um procedimento implantado de rastreabilidade que proporciona eficiência quando da detecção de um resultado analítico não conforme em um produto de origem vegetal coletado. Estas informações são muito importantes para a identificação da origem do produto vegetal coletado, o que facilitará a adoção de procedimentos a campo (visita na propriedade) para identificar as possíveis causas do problema.



Tendo em vista que a estrutura oficial deste Ministério não possuía laboratório na Rede Oficial (Laboratórios Nacionais Agropecuários – LANAGROS) em condições de realizar análises de agrotóxicos em produtos de origem vegetal, como parte do PNCRC/Vegetal, foram efetuadas licitações visando contratação de laboratórios por meio de pregão eletrônico para a realização das referidas análises. Os contratos já estão assinados com o escopo de 17 matrizes de origem vegetal (conforme contratos descritos no documento supra). A CCRC chama atenção para o planejamento estratégico desenvolvido em conjunto com o DIPOV para ampliação do escopo de produtos de origem vegetal que serão incorporados no PNCRC nos próximos 03 anos. No exercício de 2010 a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial informou que o LANAGRO Minas Gerais dará início a realização de análises no PNCRC/Vegetal para a monitoria de agrotóxicos em produtos de origem vegetal.

Destaca-se também o recebimento da missão do FVO (União Européia), em novembro de 2009, a qual avaliou as garantias referentes ao controle de resíduos de agrotóxicos em manga e uva, produtos esses exportados para esse bloco. O relatório final publicado pela União Européia em seu endereço eletrônico oficializa o reconhecimento do trabalho realizado pela Secretaria de Defesa Agropecuária no que se refere ao PNCRC/Vegetal.

Principais ações desenvolvidas pela CCRC no exercício de 2009

- Publicação da Portaria 396, de 23 de novembro de 2009, a qual regulamenta o Subprograma de Investigação do PNCRC;
- Realização de 02 reuniões nacionais com os Gestores estaduais do PNCRC/Vegetal para harmonização de procedimentos objetivando maior qualidade das ações adotadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária;
- Realização de 02 reuniões nacionais com os Gestores estaduais do PNCRC/Animal para harmonização de procedimentos objetivando maior qualidade das ações adotadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária. Na segunda reunião realizada em novembro/2009 a CCRC apresentou o novo conceito “Análise de Risco” que norteará as ações do PNCRC para os próximos anos;
- Completado o 3º ano de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em mamão e maçã, bem como o 1º ano de monitoramento de mais 15 culturas, assegurando o controle oficial do MAPA sobre as cadeias produtivas e inocuidade dos produtos de origem vegetal consumidos no Brasil e também exportados para os diversos parceiros do agronegócio brasileiro;
- Publicação da Instrução Normativa n.º 35/2009 que torna público os resultados do programa de controle de resíduos de agrotóxicos em maçã e mamão do exercício de 2006, 2007, 2008 e até junho de 2009;
- Contratação de laboratórios privados que realizam as análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal, bem como de produtos de uso veterinário e contaminantes em alimentos de origem animal;
- Produção de material ilustrativo trilingue (Portifólio) das áreas animal e vegetal do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC). Este material foi utilizado para demonstrar à sociedade brasileira as ações adotadas pela SDA para o controle de resíduos nos produtos de origem animal e vegetal. Além disso, o Portifólio da área animal foi entregue na reunião do Comitê Codex de Resíduos de medicamentos veterinários em alimentos – CCRVDF do Codex Alimentarius em reunião realizada no Brasil no mês de maio e 2009. Nesta

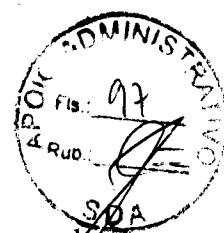


reunião, estiveram presentes autoridades e cientistas de todos os países signatários da Organização Mundial do Comércio – OMC que atuam no setor de resíduos da área animal.

- Participação em foros como o Grupo Técnico de Resíduos de Agrotóxicos – GTPR, Grupo Técnico de Contaminantes – GTCF, Grupo Técnico de Resíduos de Medicamentos Veterinários – GTRVDF, e Grupo Técnico de Resistência a Antimicrobianos - GTAMR, todos ligados ao Comitê do *Codex Alimentarius* Brasil.

A CCRC/SDA participou de Eventos e Congressos, proferindo palestras a respeito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem animal e vegetal, dentre os quais destacamos:

1. Reunião técnica dos Responsáveis Técnicos da qualidade vegetal e gestores do PNCRC/Vegetal;
2. Reunião técnica com as autoridades sanitárias da agência Canadense de Inspeção de Alimentos - CFIA sobre monitoramento de resíduos das áreas animal e vegetal;
3. Reunião técnica com as autoridades sanitárias da Rússia para tratar de assuntos afetos a certificação internacional de produtos de origem animal e vegetal;
4. Acompanhamento da missão da União Européia que avaliou o sistema de controle de resíduos de agrotóxicos da SDA/MAPA, com enfoque em Manga e Uva;
5. Apresentação do PNCRC no 36º Congresso brasileiro de Medicina Veterinária – CONBRAVET;
6. Apresentação do PNCRC na Conferência Internacional - Microbiologia e Drogas Veterinárias em um contexto global promovido pelo laboratório EUROFINS;
7. Apresentação do PNCRC/Ovos no IX Simpósio Goiano de Avicultura;
8. Reunião do GT de resíduos de pesticidas do CCAB - *Codex Alimentarius*;
9. Reunião do Grupo de Técnico sobre resíduos de pesticidas - GT PR *Codex Alimentarius*;
10. Mesa redonda: O monitoramento de resíduos de Agrotóxicos em Alimentos no Brasil;
11. Participação da Reunião da Câmara Setorial de Leite e Derivados para discussão do PNCRC/Leite;
12. Participação do 2º Workshop latinoamericano sobre resíduos de pesticidas, alimentos e meio ambiente (Laprw 2009) em Portugal;
13. Participação no Seminário sobre resíduos de pesticidas em produtos de origem vegetal promovido pela DG SANCO (União Européia);
14. Apresentação de palestras sobre o PNCRC/Leite em mini-curso do I Encontro de Qualidade de Leite da Bahia;
15. Participação na 18ª reunião do Comitê Codex de resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos – CCRVDF;



16. Apresentação de palestras sobre o PNCRC em mini-curso e mesa redonda no X Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos;
17. Participar como representante do MAPA da 41ª reunião do Codex sobre resíduos de pesticidas – CCPR na China;
18. Participação no Seminário Internacional para el intercambio de experiencias en Planes y Programas de Residuos Tóxicos y Contaminantes no México;
19. Apresentação do PNCRC/Pescado no Treinamento em sanidade dos Animais Aquáticos (Estação Quarentenária de Cananéia);
20. Apresentação de palestras do PNCRC/Vegetal no Curso sobre Controle Higiénico em Produtos de Origem Vegetal;
21. Participação em reunião técnica sobre políticas de credenciamento do MAPA e os requisitos para credenciamento – Inmetro;
22. Apresentação de palestra sobre o PNCRC/Suínos no Encontro Técnico da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul;
23. Participação na reunião técnica com as autoridades sanitárias da África do Sul em Pretória para tratar de certificação para exportação de carne de frango;
24. Realização de Curso sobre Análise de Risco de Medicamentos Veterinários e Segurança Alimentar para gestores estaduais do PNCRC/Animal;
25. Participação da II Reunião dos Gestores Estaduais do PNCRC/Vegetal.

Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Tabela 51 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	
Finalidade	Controlar os aspectos de biossegurança regulamentados para as atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio; e legislação correlata relacionada aos organismos geneticamente modificados, no âmbito das competências da SDA/MAPA.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Biossegurança de OGM – CBIO
Coordenador Nacional da Ação	Coordenador da CBIO
Unidades Executoras	CBIO, Serviços de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) e Serviço de Defesa Agropecuária (SEDESA).

A fiscalização de atividades de pesquisa e uso comercial de organismos geneticamente modificados de uso agropecuário é de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Ação da Coordenação de Biossegurança de OGM – CBIO se desenvolve por meio dos Serviços de Defesa e Fiscalização Agropecuária (SEDESA e SEFAG) das Superintendências Federais de Agricultura – SFA, em propriedades rurais e estabelecimentos agropecuários, incluindo centros ou unidades de pesquisa, onde possam ser realizadas atividades com organismos geneticamente modificados. O indicador da ação é o somatório das fiscalizações

realizadas por período que são computados pelo menos trimestralmente pelos coordenadores estaduais da ação e reportados à coordenação nacional.

Em 2009 o MAPA realizou 1101 ações de fiscalização, sendo 502 ações em atividades de pesquisa agrícola a campo, 599 em lavouras comerciais de milho, algodão e canola, ações essas distribuídas nos estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. As ações de fiscalização realizadas em áreas experimentais a campo tiveram como foco a verificação do cumprimento das medidas de biossegurança aprovadas pela CTNBio para cada um dos experimentos e instalações. As ações de fiscalização comercial de rotina visam verificar, de uma forma geral, a utilização de OGM não autorizados. Existem algumas regras que demandam ações específicas como o caso da fiscalização para verificar o cumprimento da Portaria nº 21/2005, que trata da zona de exclusão onde não se pode cultivar o algodão GM. Em 2009 foi implementada a fiscalização também de lavouras comerciais de milho, com o objetivo de verificar o cumprimento da Resolução Nº 4/07, da CTNBio, que trata das regras de isolamento das lavouras de milho geneticamente modificado e das lavouras de milho convencional. No total foram emitidos 30 autos de infração para as atividades comerciais e 14 autos para as atividades de pesquisa a campo.

Destaca-se o quanto é dinâmica a demanda da fiscalização de atividades com OGM. De 2005 a 2007 o principal fator motivador da fiscalização era o cultivo de algodão GM não autorizado. O resultado da fiscalização foi verificado pela diminuição significativa das ações ilegais ao longo deste período. Após a autorização de novos eventos de algodão e milho GM, houve uma inversão no foco da fiscalização, que foi em 2008, dirigida principalmente às atividades de pesquisa a campo para verificação dos condicionantes estabelecidos pela CTNBio. As atividades de pesquisa foram prejudicadas em 2005 devido à alteração do marco legal de Biossegurança, e aumentaram gradativamente nos anos seguintes, principalmente em 2008. Em 2009, em razão do trabalho realizado na área de coexistência, a fiscalização de atividades de pesquisa e atividades comerciais foi praticamente equivalente.

Sobre a capacitação da fiscalização federal agropecuária foram realizadas duas Reuniões Regionais sobre a Fiscalização de Atividades com OGM, realizadas em Salvador/BA em setembro/09 e em Florianópolis/SC, em novembro/09, com a participação de 65 fiscais de diferentes superintendências federais de agricultura. Além disso, fiscais do MAPA participaram do VI do Congresso Brasileiro de Biossegurança.

A respeito da ação de esclarecimento das atribuições do MAPA no sistema de biossegurança instituído pela Lei nº 11.105/05, destaca-se a apresentação das ações de fiscalização em atenção às recorrentes demandas do Ministério Público Federal a diversas Superintendências e UTRAS.

No exercício de 2009 os recursos foram descentralizados de forma regular facilitando a coordenação e realização das ações. Houve uma escassez de recursos no último trimestre, provavelmente devido ao aumento do valor das diárias.

Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados esperados, sendo que a superação verificada em relação ao número de ações de fiscalização previstas inicialmente se deu, principalmente, em razão da experiência acumulada pelos fiscais federais agropecuários nessa modalidade de fiscalização e também pelo aumento não previsto das atividades de pesquisa em campo. Deve ser considerada também a realidade das SFA, em que os fiscais federais agropecuários realizam, muitas vezes, em uma única missão, com recursos de um PI, fiscalizações de diversas áreas. Por um lado isso representa economia para o Estado, mas por outro demonstra a falta de recursos humanos e que os fiscais tem sido cada vez mais sobrecarregados de novas atividades.





Avaliando-se preliminarmente a execução das metas físicas e financeiras, observa-se que as ações atingiram satisfatoriamente os objetivos previstos. Observa-se também que, no que refere-se às demais ações relacionadas à ação fiscal houve também resultado satisfatório. Torna-se imperiosa a alocação de mais profissionais na Coordenação de Biossegurança de OGM para a atividade de supervisão e gerenciamento das atividades de sua competência.

Principais ações desenvolvidas pela CBIO no exercício de 2009

- Publicação da Instrução Normativa nº 31/2009, de 06 de outubro de 2009, a qual aprova o modelo de formulários a serem utilizados pelos órgãos competentes do mapa na fiscalização de atividades com OGM e seus derivados;
- Capacitação de fiscais federais agropecuários quanto à aplicação da legislação sobre biossegurança de OGM e os procedimentos de fiscalização pertinentes;
- Fiscalização das atividades de pesquisa a campo com OGM autorizadas pela CTNBio e aperfeiçoamento das procedimentos de fiscalização adotados para os casos de uso comercial de OGM não autorizados ou autorizados com restrição;
- Participação efetiva nas discussões de Governo relacionadas ao Protocolo de Cartagena sobre a implementação de regras e procedimentos de responsabilização e reparação em casos de danos decorrentes do movimento transfronteiriço de OGM;
- Participação efetiva no Comitê Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius.

Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Tabela 52 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e

	demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral da Qualidade Vegetal do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – CGQV/DIPOV.
Coordenador Nacional da Ação	Fernando Guido Penariol
Unidades Executoras	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários das Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação

Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Tabela 53 – Informações Gerais sobre a Ação

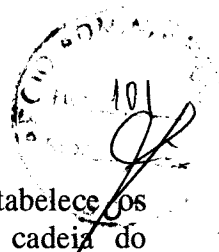
Tipo de Ação	
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – CGVB/DIPOV.
Coordenador Nacional da Ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Unidades Executoras	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários das Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação.

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da Secretaria de Defesa Agropecuária – DIPOV/SDA, no exercício de suas atribuições legais contidas no Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, vem coordenando e promovendo a execução da inspeção de produtos de origem vegetal e seus derivados em todo o Brasil, objetivando proporcionar a oferta e a comercialização pautadas na atual realidade dos mercados nacional e internacional, com níveis de qualidade e segurança alimentar desejáveis.

Durante o ano de 2009 o DIPOV/SDA coordenou e promoveu as atividades de:

I - Elaboração de Regulamentos Técnicos de caráter obrigatório de aplicação, listados abaixo:

a) Já publicados: 10 (dez)



- Instrução Normativa MAPA nº 03, de 28/01/2009, que estabelece os critérios e procedimentos para o controle higiênico-sanitário na cadeia do amendoim;
- Instrução Normativa MAPA nº 06, de 16/02/2009, que aprova o Regulamento Técnico do Arroz;
- Instrução Normativa MAPA nº 46, de 29/10/2009, que aprova o Regulamento Técnico da Amêndoa da Castanha de Caju;
- Portaria MAPA nº 381, de 28/05/2009, que estabelece os critérios e os procedimentos técnicos para a elaboração, aplicação, monitoramento e revisão do padrão oficial de classificação de produtos vegetais;
- Instrução Normativa MAPA nº 46, de 29/10/2009, que aprova o Regulamento Técnico de Cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal;
- Decreto nº 6.871, de 04/06/2009, que Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas;
- Instrução Normativa nº 54, de 18/11/2009, sobre amostragem, importação e exportação de vinho e derivados da uva e do vinho;
- Instrução Normativa nº 55, de 18/11/2009, sobre amostragem, importação e exportação de bebidas em geral;
- Instrução Normativa nº 27, de 22/07/2009, estabelece os procedimentos mínimos de controle higiênico-sanitário, padrões de identidade e características mínimas de qualidade gerais para a água de coco;
- Instrução Normativa nº 31, de 13/08/2009, altera dispositivos da Instrução Normativa nº 27, de 22/07/2009;

b) Em consulta pública: 09 (nove)

- Portaria SDA nº 54, de 16/03/2009, referente aos critérios e procedimentos para o controle dos fatores higiênico-sanitários na cadeia produtiva dos produtos de origem vegetal;
- Portaria SDA nº 247, de 23/07/2009, referente aos requisitos, critérios e prazos para o credenciamento de pessoas jurídicas de direito público ou privado, visando autorizá-las a executar ou prestar serviços de classificação de produtos vegetais;
- Portaria SDA nº 249, de 29/07/2009, referente ao Regulamento Técnico do Mamão;
- Portaria SDA nº 321, de 11/09/2009, referente aos requisitos e critérios para a emissão e utilização do Documento de Classificação de produtos vegetais;
- Portaria SDA nº 347, de 02/10/2009, referente ao Regulamento Técnico da Farinha de Mandioca;
- Portaria SDA nº 377, de 16/11/2009, referente à amplitude, os requisitos, os critérios e os prazos para fins de registro no cadastro geral de classificação do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (cgc/mapa) de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação.



- Portaria nº 362, de 21/10/2009, referente a aprovação dos padrões de identidade e qualidade para as bebidas alcoólicas por mistura;
- Portaria nº 327, de 17/09/2009, referente ao regulamento técnico para fixação dos critérios de rotulagem de bebida e de fermentado acético, bem como os procedimentos para a produção e o engarrafamento de bebida e de fermentado acético em estabelecimento terceirizado;
- Portaria nº 45, de 12/02/2009, referente aos regulamentos técnicos para a fixação dos padrões de identidade e qualidade para as bebidas alcoólicas por mistura: licor, bebida alcoólica mista, batida, caipirinha, bebida alcoólica composta, aperitivo e aguardente composta.

c) Em andamento: 17 (dezessete)

- Elaboração da norma sobre Procedimentos de Fiscalização da Classificação Vegetal, regulamentando o Decreto nº 6.268, de 2007.
- Padrão Oficial de Classificação do Açúcar;
- Padrão Oficial de Classificação do Azeite;
- Padrão Oficial de Classificação do Trigo;
- Padrão Oficial de Classificação da Batata;
- Padrão Oficial de Classificação do Café Torrado e do Café Torrado e Moído;
- Requisitos sobre as condições higiênico-sanitária de Boas Práticas de Elaboração de Produtos Vegetais;
- Revisão do Decreto Nº 99.066/90 (Vinhos e Derivados da Uva e do Vinho);
- Regulamento Técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade de bebidas alcoólicas destiladas;
- Regulamento Técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade de bebidas alcoólicas fermentadas;
- Regulamento Técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade de bebidas alcoólicas retificadas;
- Regulamento Técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade de vinhos e derivados da uva e do vinho;
- Regulamento Técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade de bebidas não alcoólicas;
- Regulamento Técnico para fixação da lista de práticas enológicas lícitas;
- Regulamento Técnico sobre documentos oficiais de fiscalização de vinhos e bebidas;
- Regulamento Técnico sobre controle oficial de envelhecimento de destilados;
- Manual de Uniformização de Procedimentos de Fiscalização de vinhos e bebidas.



II – Fiscalização e inspeção de estabelecimentos e de bebidas e produtos vegetais e seus derivados, que totalizou em:

- a) **4.521** (quatro mil, quinhentos e vinte e um) estabelecimentos produtores de vinhos e bebidas em geral;
- b) **2.123** (dois mil, cento e vinte e três) estabelecimentos produtores e comercializadores de produtos vegetais;
- c) **8.512.257** (oito milhões, quinhentos e doze mil e duzentos e cinquenta e sete) toneladas de produtos vegetais;

III – Capacitação de **60** (sessenta) servidores do MAPA (técnicos e fiscais federais agropecuários) nas atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e 27 (vinte e sete) nas atividades relacionadas à fiscalização de vinhos e bebidas.

Ressaltamos que as ações desenvolvidas sob a coordenação do DIPOV têm como objetivo geral aferir a qualidade dos produtos vegetais destinados diretamente ao consumo humano, garantindo assim a idoneidade, identidade, qualidade e segurança desses produtos. Neste contexto, as ações da Inspeção Vegetal do MAPA têm impedido a comercialização de produtos que não estejam em conformidade com a Lei nº 9.972/2000 (classificação vegetal), com a Lei nº 8.918/1994 (Lei da Bebida) e com a Lei nº 7.678/1988 alterada pela Lei nº 10.970/2004 (Lei do Vinho e Derivados do Vinho e da Uva).

Para tanto, listamos abaixo as principais ações do DIPOV executadas em 2009:

- 23 (vinte e três) homologações de cursos de formação de classificadores de produtos vegetais;
- 10 (dez) registros de professores para área de classificação de produtos vegetais;
- 16 (dezesesseis) credenciamentos de empresas jurídicas que executam a classificação vegetal;
- 139 (cento e trinta e nove) renovações do credenciamento de empresas jurídicas que executam a classificação vegetal;
- 117 novos registros de pessoas físicas como classificadores de produtos vegetais habilitados.
- 160 (cento e sessenta) registros de pessoas físicas como classificadores de produtos vegetais;
- 332 (trezentos e trinta e duas) renovações de carteiras de classificadores de produtos vegetais;
- 109 (cento e nove) registros de vinhos e derivados da uva e do vinho;
- 110 (cento e dez) subsídios à Receita Federal em solicitações de redução de alíquota de IPI;
- 290 (duzentos e noventa) julgamentos em 2ª instância de processos administrativos para apuração de infrações em produtos vegetais;
- 257 (duzentos e cinquenta e sete) credenciamentos de estabelecimentos exportadores de vinho e derivados da uva e do vinho para o Brasil;
- 1284 (hum mil, duzentos e oitenta e quatro) registros de bebidas em geral e fermentados acéticos não padronizados;

- 1427 (hum mil, quatrocentos e vinte e sete) inclusões de vinhos e derivados da uva e do vinho importados no banco de dados específico.

Entre os principais clientes do DIPOV estão os produtores, importadores e exportadores envolvidos com a produção de bebidas e vinhos, bem como no processamento, elaboração, empacotamento, armazenamento e comercialização de produtos de origem vegetal; empresas ou entidades especializadas em processos de controle de qualidade, profissionais liberais, bolsas de mercadorias, cooperativas do ramo do agronegócio, universidades, institutos de pesquisa e os consumidores que são o foco principal das ações deste Departamento.

Atualmente o DIPOV conta com 30 (trinta) fiscais federais agropecuários, 02 (dois) técnicos de nível superior com formação em Agronomia e 14 (quatorze) servidores administrativos que atuam na coordenação e nos serviços de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal.

Importante destacar também que o DIPOV, alinhado com os dispositivos estabelecidos no PPA 2008-2011, gerencia as Ações Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2 e Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Alcool – INSPAAL; que contribuem para atingir os objetivos dos Programas 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas e 1409 - Desenvolvimento da Agroenergia.

O Brasil é um país com grande potencial na produção de alimentos para consumo interno e externo, possibilitando que o agronegócio exerça papel importante se não o principal no desenvolvimento sócio-econômico no país. A transformação de matérias-primas alimentares em produtos elaborados de maior valor agregado é uma realidade cada vez maior, gerando uma crescente busca por alimentos mais saudáveis e seguros na intenção de atender um público cada vez mais exigente.

Para tanto, assegurar a qualidade dos alimentos e demais produtos de origem vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor. Além disso, a necessidade de adequação às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura, intensifica métodos de controle de qualidade dos alimentos no comércio internacional, determinando processos em concordância com normas específicas, tornando possível a quebra de barreiras sanitárias, e propiciando uma intensa competitividade da agroindústria brasileira oferecendo uma maior oferta dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo, contribuindo assim para a redução do Custo Brasil.

Dentro deste contexto e objetivando assegurar que os produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal estejam em conformidade com a legislação nacional específica e com as exigências internacionais, garantindo a oferta de produtos certificados, com idoneidade, identidade, qualidade e seguro aos consumidores interno e externo, o DIPOV desenvolveu várias outras atividades, conforme segue demonstrado:

- Reuniões de Coordenação da SDA – interação entre Gabinete e Departamentos;
- Reuniões com a CGPLAN/SPOA/SE: acompanhamento e discussão dos resultados do Programa Segurança e Qualidade dos Alimentos e Bebidas (IPVEGETAL2, PADCLASSIF e INSPAAL) e realinhamento constante das ações ao longo do ano, com vistas à melhoria das ações sob competência do DIPOV/SIPAGs e otimização na utilização dos recursos financeiros;
- Reuniões com o VIGIAGRO: revisão dos procedimentos de importação de produtos de origem vegetal e participação no seu Comitê Gestor;





- Reuniões com a CGAL/LANAGROS: ações positivas no sentido de promover o atendimento às demandas das equipes de fiscalização de produtos de origem vegetal com relação às análises laboratoriais;
- Reuniões com a SDC/MAPA: colaboração na elaboração e revisão das legislações e procedimentos sobre produtos orgânicos e Indicações Geográficas;
- Reuniões com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA: parceria e ações positivas na revisão dos aditivos utilizados em vinhos e bebidas e na troca de informações sobre as ações de competência de cada órgão;
- Reuniões com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC/MJ: ações coordenadas e treinamento visando colaboração nas ações relacionadas à proteção e defesa do consumidor.
- Reuniões com a CCRC/DFIA/CGAL: elaboração e execução do plano de monitoramento e controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetais;
- Reuniões com a SRI/MAPA e MRE: ações conjuntas no recebimento de missões estrangeiras, participação em missões internacionais e discussões dos assuntos relacionados ao MERCOSUL, Codex Alimentarius, OIV e outros organismos internacionais;
- Reuniões com a CGAC/MAPA: participação ativa nas reuniões e grupos de trabalho ligados às Câmaras Setoriais e Temáticas;
- Reuniões com o CNPq/SDA: parceria para o desenvolvimento de pesquisas em Defesa Agropecuária;
- Reuniões do Grupo Técnico da Qualidade Vegetal (Portaria Nº 1073, de 06/11/2008): proposição dos regulamentos técnicos e projetos normatizadores relativos à execução do Decreto Nº 6.268/2007, incluindo-se discussões dos temas com diversos segmentos envolvidos com a produção vegetal: setor cooperativista, setores produtivos das frutas, da batata, do arroz, do açúcar, do café, dos óleos vegetais, do trigo (moinhos), da pimenta-do-reino, da castanha do Brasil, do amendoim, além de outros órgãos públicos e privados interessados no assunto; o trabalho do Grupo Técnico da Qualidade Vegetal trouxe em 2009 o seguinte resultado:

a. Publicações das seguintes normativas:

i. Procedimentos de controle higiênico-sanitário na cadeia produtiva do amendoim (Instrução Normativa MAPA nº 03, de 28/01/2009);

ii. Procedimentos técnicos para a elaboração, aplicação, monitoramento e revisão do padrão oficial de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e aprovar o modelo de estrutura do regulamento técnico que define o referido padrão (Portaria MAPA nº 381, de 28/05/2009);

iii. Regulamento Técnico de Cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico (Instrução Normativa MAPA nº 46, de 29/10/2009);



b. Consulta pública referente às seguintes normativas:

i. Procedimentos de controle higiênico-sanitária na cadeia produtiva dos produtos vegetais (Portaria MAPA nº 54, de 16/03/2009);

ii. Requisitos, critérios e prazos para o credenciamento de pessoas jurídicas de direito público ou privado, visando autorizá-las a executar ou prestar serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico (Portaria MAPA nº 247, de 23/07/2009);

iii. Requisitos e critérios para a emissão e utilização do Documento de Classificação de produtos vegetais (Portaria MAPA nº 321, de 11/09/2009).

iv. Amplitude, os requisitos, os critérios e os prazos para fins de registro no cadastro geral de classificação do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (cgc/mapa) de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação (Portaria MAPA nº 377, de 16/11/2009).

▪ Organização e participação da reunião ordinária da Comunidade Internacional da Pimenta, ocorrida em Belém/PA;

▪ Reuniões constantes com a Consultoria jurídica do MAPA, visando aprimorar as normas regulamentadoras propostas pelo Departamento;

▪ Publicação dos novos Padrões Oficiais de Classificação do Arroz (Instrução Normativa MAPA nº 06, de 16/02/2009) e da Amêndoa da Castanha de Caju (Instrução Normativa MAPA nº 62, de 15/12/2009), e submeteu à consulta pública o Padrão Oficial de Classificação da Farinha de Mandioca (Portaria MAPA nº 347, de 02/10/2009).

No que se refere às atividades relacionadas ao controle, inspeção e fiscalização de vinhos e bebidas, destaca-se ao longo de 2009 o foco nas ações de desburocratização e racionalização de procedimentos, iniciados com a publicação do novo Decreto de Bebidas em Geral (Nº 6.871/2009), o qual implementou um novo formato de registro de produtos, com a extinção da aprovação prévia da rotulagem, gerando a necessidade de maior comprometimento e responsabilização das indústrias com relação aos seus consumidores.

Com a publicação das Instruções Normativas Nº 54 e 55, de 18/11/2009, foi concluído um processo iniciado em 2006, com o objetivo de racionalizar e otimizar os procedimentos de amostragem, importação e exportação de vinhos e bebidas.

Destaca-se o expressivo aumento nos processos administrativos para apuração de práticas de infração, resultados de ações de coordenação mais direcionadas e efetivas e ainda as atividades relacionadas à implementação de novos procedimentos de fiscalização, com treinamentos específicos e elaboração de Manual de Uniformização, o que permitirá, a partir de 2010, uma ação mais especializada, com maior presença nas indústrias e inspeção direcionada ao controle produtivo, segurança alimentar e prevenção de fraudes econômicas.

Tabela 54 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante-mortem</i> e <i>post-mortem</i> dos animais de consumo humano; a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate; a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos; e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Coordenador Nacional da Ação	Coordenador Geral de Inspeção / Chefe da Divisão de Cadastro, Acompanhamento e Avaliação
Unidades Executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAGs) e DIPOA

As ações de inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos e derivados de origem animal são de caráter indelegável, de competência do Governo Federal, sendo assim, a execução do programa dar-se-á de forma direta, através do corpo fiscal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam essas atividades.

A atividade do DIPOA é pautada na busca constante por melhorias, modernizando procedimentos e incorporando novas ferramentas de controle, a fim de se manter atualizado para acompanhar as inovações tecnológicas e buscar a equivalência de legislação com os países com o qual estabelece relações comerciais.

No ano de 2009, o DIPOA, representado por suas Coordenações Gerais, Coordenações, Divisões e Serviço, atuou em diversas frentes a fim de prestar o melhor serviço possível à população. Neste contexto, destacamos em alguns programas o foco e resultados alcançados no ano de 2009.

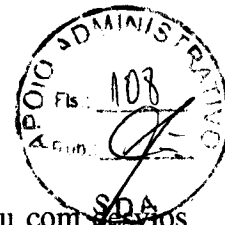
A Divisão de Inspeção de Carne de Ruminantes e Avestruzes (DICAR/CGI) tem focado sua atuação tanto nas ações de controle e prevenção das Encefalopatias Espongiformes Bovinas, como nos estabelecimentos que atuam no mercado interno. A ação incluiu reuniões de orientação onde participaram responsáveis técnicos e responsáveis legais dos estabelecimentos produtores, e posteriormente realizando auditorias e tomando as ações fiscais cabíveis.

A Divisão de Inspeção de Carne de Aves e Ovos (DICA/CGI) focou suas ações na execução de um programa especial de coibição da ocorrência de fraude por excesso de absorção de água em carcaças de aves, que inclui coletas de amostras fiscais nas indústrias produtoras e mercados varejistas.

Estas ações de combate à fraude econômica foram intensificadas em 2005, quando as empresas de abate de aves foram obrigadas a desenvolver seu Programa de Prevenção e Controle de Adição de Água aos Produtos, descrevendo os controles executados para fins de prevenção de possíveis fraudes econômicas.

Em dezembro de 2007, como medida punitiva mais eficaz, baseado na lei nº 7.889/89, o DIPOA criou o Regime Especial de Fiscalização através do Ofício Circular nº





16/07/DIPOA/SDA de 29/11/2007, no qual as empresas reincidentes na fraude ou com produtos constatados em auditorias e supervisões têm a expedição dos produtos suspensa, até o cumprimento das exigências do serviço oficial, tais como revisão do seu programa de autocontrole com a comprovação da readequação do processo e apresentação de resultados laboratoriais oficiais conformes para liberação dos seus produtos.

No ano de 2008, como forma de coibir definitivamente a prática de fraude, o DIPOA elaborou o Programa Complementar de Combate à Fraude em Carne de Aves, encaminhado pelo Ofício Circular DIPOA Nº 13/08 de 14 de julho de 2008, determinando a colheita de amostras no varejo, de carcaças de aves temperadas, cortes de aves temperados, cortes de aves in natura e miúdos de aves temperados, produtos até então não contemplados nas análises laboratoriais. No ano de 2009 foram realizadas avaliações periciais em 556 (quinhentos e cinquenta e seis) amostras de produtos de carne de aves, sendo constatadas 40% destas amostras fora dos padrões. Foram submetidas ao Regime Especial de Fiscalização 02 (duas) empresas. Desde a sua implantação, 27(vinte e sete) empresas foram submetidas a este regime de fiscalização.

A Divisão de Inspeção de Leite e Mel (DILEI/CGI) coordena, controla e orienta a execução das atividades inerentes ao Serviço de Inspeção Federal em 1.735 estabelecimentos sob registro, o que corresponde a 48,5% dos estabelecimentos sob registro MAPA.

As ações da Divisão foram direcionadas no ano de 2009 a normatização e implementação da verificação dos programas de autocontrole das empresas sob registro na área e consolidação da análise de rotulagem on-line. Também foi dado foco ao programa de combate a fraude no leite, voltado para os produtos: leite pasteurizado, leite UHT e leite em pó. No programa de combate a fraude do leite, destacamos a participação do MAPA no Cquali-leite e o Regime Especial de Fiscalização.

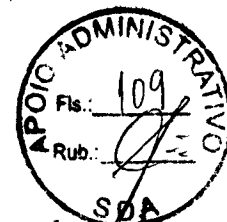
O Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite - CQuali-Leite é um banco de dados sobre a inspeção e fiscalização da produção, industrialização e comercialização de leite tipos UHT, pasteurizado e em pó, incluindo resultados de análises laboratoriais e de verificação de rotulagem. É composto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Além da divulgação das principais ações de monitoramento da qualidade do leite, o CQuali-Leite realizou, neste ano, três reuniões com gestores estaduais das três instâncias envolvidas nas quais elaborou o manual de procedimentos do Cquali.

No ano de 2009, foram coletadas 2.850 amostras, envolvendo os três produtos sobre monitoramento, destas 426 apresentaram-se não conformes. Vinte e quatro estabelecimentos do setor de lácteos foram submetidos ao Regime Especial de Fiscalização. A listagem dos estabelecimentos nessa situação pode ser conferida na página do Cquali- Leite, www.cquali.gov.br.

A Divisão de Inspeção de Carne de Suínos (DICS/CGI) centrou os esforços no atendimento aos requisitos de importação de novos mercados para o seguimento.

Destacamos a preparação para recebimento da missão de saúde pública da União Européia com ações integradas com DFIP e DSA, e acompanhamento da referida missão para avaliação de sistema de inspeção com objetivo de autorização das exportações de carne suína *in-natura*.

Adicionalmente, destaca-se a conquista da possibilidade da pré-listagem de estabelecimentos para exportação ao mercado russo. Que consiste na possibilidade de habilitação de estabelecimentos brasileiros, sem necessidade de visita das autoridades técnicas do governo russo, e abertura de Santa Catarina para exportação de suínos à Rússia.



A Divisão de Inspeção de Pescado (DIPES/CGI) teve ações direcionadas no ano de 2009 à normatização e implementação da verificação dos programas de autocontrole das empresas sob registro na área e consolidação da análise de rotulagem on-line.

A DIPES também focou o trabalho no combate a fraude. Em conjunto com a ANVISA e o Departamento de Defesa do Consumidor, além da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR estão sendo executadas as ações de combate à fraude nos pescados congelados. Este trabalho engloba toda a cadeia processadora e de comércio. Neste ano, 12 empresas foram incluídas no regime especial de fiscalização. Todas elas adequaram seus procedimentos e não mais se encontram em regime especial.

A Coordenação Geral de Inspeção (CGI) destaca a Publicação da Instrução Normativa 09/2009 que institui os Procedimentos de Controle da *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para o consumo, e início de execução do plano de controle de *Listeria monocytogenes* em todas as unidades executivas. No campo gerencial, a CGI destaca a elaboração e publicação das diretrizes para gerenciamento dos SIPAG's e estabelecimento do modelo de auditoria técnicas do DIPOA nos SIPAG's.

O DIPOA também trabalha na implantação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA), como parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA. Desde a publicação da Instrução Normativa 19/2006, o DIPOA vem realizando reuniões objetivando divulgar e orientar representantes dos estados e municípios quanto aos requisitos para adesão ao SISBI-POA.

Em 2009, o DIPOA continuou os trabalhos de revisão do Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, o RIISPOA. Foram realizadas 28 reuniões, totalizando 132 dias de trabalhos.

Principais Resultados

Tabela 55 – Execução Física

	Prevista	Realizada	Realizada/Prevista
Estabelecimento Inspeccionado (Unidade)	3.833	3.471	0,91

A meta proposta para a ação Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal é inspecionar 100% das indústrias produtoras de Produtos de Origem Animal. É impossível prever quantas serão as indústrias inspecionadas, pois durante o ano realizamos novos registros, cancelamentos de registros, alterações de categoria e outras alterações cadastrais solicitadas pelas Empresas ou exigidas pelo Serviço.

Hoje, estão registradas no Serviço de Inspeção Federal 3.578 empresas divididas nas seguintes categorias:

Tabela 56 – Empresas Registradas no Serviço de Inspeção Federal

CARNE	ENTREPOSTO DE CARNES E DERIVADOS	185
-------	----------------------------------	-----



	ENTREPOSTO FRIGORIFICO	139
	FABRICA DE CONSERVAS	267
	FABRICA DE PRODUTOS GORDUROSOS	17
	FABRICA DE PRODUTOS NAO COMESTIVEIS	162
	FABRICA DE PRODUTOS SUINOS	26
	MATADOURO	30
	MATADOURO DE AVES E COELHOS	183
	MATADOURO FRIGORIFICO	360
	MATADOURO PEQUENOS E MEDIOS ANIMAIS	3
LEITE	ENTREPOSTO DE LATICINIOS	52
	ENTREPOSTO USINA	11
	FABRICA DE COALHOS E COAGULANTES	4
	FABRICA DE LATICINIOS	794
	GRANJA LEITEIRA	6
	POSTO DE COAGULACAO	4
	POSTO DE RECEBIMENTO	2
	POSTO DE REFRIGERACAO	277
	USINA DE BENEFICIAMENTO	387
MEL	APIARIO	5
	ENTREPOSTO DE MEL E CERA DE ABELHA	193
OVOS	ENTREPOSTO DE OVOS	105
	FABRICA DE CONSERVA DE OVOS	32
PESCADO	BARCO FABRICA	16
	ENTREPOSTO DE PESCADO	276
	FABRICA DE CONSERVAS DE PESCADO	42
	Total Geral	3.578

Alterações cadastrais nos registros demandam análises técnicas realizadas pelas divisões da Coordenação Geral de Inspeção (CGI) e pela Divisão de Acompanhamento, Cadastro e Avaliação (DCA). Em 2009 foram realizadas:

- 145 Reservas de SIF;
- 135 Cancelamentos de SIF;
- 366 Alterações de Razão Social;
- 75 Alterações de Categoria;
- 42 Emissões de Títulos de Registros.

No ano de 2009, foram analisados pelas Divisões da Coordenação Geral de Inspeção e julgados pelo Diretor do DIPOA, 1028 processos de Autos de Infração em segunda Instância, conforme tabela a seguir:



Tabela 57 - Processos de Autos de Infração em Segunda Instância Julgados em 2009.

	DICAO	DICAR	DICS	DILEI	DIPES	TOTAL
Acre – AC	0	12	0	0	0	12
Alagoas – AL	0	0	0	4	0	4
Amapá – AP	0	0	0	0	0	0
Amazonas - AM	0	0	0	0	0	0
Bahia - BA	6	1	0	2	0	9
Ceará – CE	0	0	0	4	0	4
Distrito Federal - DF	3	1	0	0	0	4
Espírito Santo - ES	1	2	0	11	0	14
Goiás – GO	25	14	2	27	0	68
Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0
Mato Grosso - MT	9	21	0	2	0	32
Mato Grosso do Sul - MS	5	6	0	1	0	12
Minas Gerais - MG	12	0	6	68	0	86
Pará – PA	0	7	0	0	2	9
Paraíba – PB	0	1	0	30	0	31
Paraná – PR	77	3	20	123	3	226
Pernambuco - PE	0	0	0	31	3	34
Piauí – PI	0	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro - RJ	0	2	0	6	2	10
Rio Grande do Norte - RN	0	0	0	1	1	2
Rio Grande do Sul - RS	131	7	114	33	0	285
Rondônia - RO	0	5	0	4	0	9
Roraima - RR	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina - SC	19	2	9	11	8	49
São Paulo - SP	64	14	11	10	15	114
Sergipe – SE	1	1	0	6	0	8
Tocantins - TO	1	5	0	0	0	6
TOTAL	354	104	162	374	34	1028

Foram analisados 1310 projetos de novas plantas, reformas e ampliações, assim divididos entre as Divisões da CGI:

Tabela 58 - Processos de Novas Plantas, Reformas e Ampliações Analisados em 2009.

	DICAO	DICAR	DICS	DILEI	DIPES	TOTAL
Acre – AC	0	1	0	0	0	1
Alagoas – AL	0	0	0	6	0	6
Amapá – AP	0	0	0	0	2	2
Amazonas - AM	0	3	0	4	14	21
Bahia - BA	7	13	1	6	2	29
Ceará – CE	0	1	0	9	5	15
Distrito Federal - DF	4	7	1	0	2	14
Espírito Santo - ES	6	0	0	8	2	16
Goiás – GO	21	11	3	30	2	67
Maranhão - MA	0	2	1	3	0	6
Mato Grosso - MT	6	15	2	10	3	36
Mato Grosso do Sul - MS	7	13	3	0	2	25
Minas Gerais - MG	32	31	23	212	9	307
Pará – PA	1	14	1	7	5	28
Paraíba – PB	0	1	0	7	6	14

112

Paraná – PR	30	30	18	52	5	135
Pernambuco - PE	5	2	2	10	1	20
Piauí – PI	0	0	0	7	0	7
Rio de Janeiro - RJ	1	1	5	15	11	33
Rio Grande do Norte - RN	0	1	0	3	7	11
Rio Grande do Sul - RS	33	20	18	44	9	124
Rondônia - RO	0	8	0	12	0	20
Roraima - RR	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina - SC	21	15	13	27	32	108
São Paulo - SP	50	67	22	66	34	239
Sergipe – SE	0	0	0	3	0	3
Tocantins - TO	0	12	0	9	2	23
TOTAL	224	268	113	550	155	1310

Foram realizadas 424 auditorias nos estabelecimentos sob Inspeção Federal, dividido entre as Unidades Federativas:

Tabela 59 - Auditorias em Estabelecimentos Realizadas em 2009.

	DICAO	DICAR	DICS	DILEI	DIPES	TOTAL
Acre – AC	0	2	0	0	0	2
Alagoas - AL	0	0	0	0	0	0
Amapá - AP	0	0	0	0	2	2
Amazonas - AM	0	2	0	1	3	6
Bahia - BA	1	0	0	1	1	3
Ceará – CE	0	1	0	7	0	8
Distrito Federal - DF	2	5	2	2	3	14
Espírito Santo - ES	2	1	0	2	2	7
Goiás – GO	4	5	0	4	2	15
Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0
Mato Grosso - MT	3	6	0	0	2	11
Mato Grosso do Sul - MS	4	2	0	1	2	9
Minas Gerais - MG	11	0	9	11	3	34
Pará – PA	1	0	0	9	12	22
Paraíba - PB	0	0	0	4	0	4
Paraná - PR	18	14	22	5	0	59
Pernambuco - PE	2	1	0	2	3	8
Piauí – PI	1	0	1	4	1	7
Rio de Janeiro - RJ	0	5	8	2	9	24
Rio Grande do Norte - RN	0	0	0	1	4	5
Rio Grande do Sul - RS	12	3	10	4	2	31
Rondônia - RO	1	3	0	3	2	9
Roraima - RR	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina - SC	14	2	8	2	28	54
São Paulo - SP	18	14	18	11	18	79
Sergipe - SE	1	1	0	0	0	2
Tocantins - TO	2	5	0	2	0	9
TOTAL	97	72	78	78	99	424

A Emissão de Certificados Sanitários Internacionais utilizando o Sistema de Informações Gerenciais do SIF (SIGSIF) aumenta a segurança contra fraudes e é exigência de vários mercados. No ano de 2009 foram emitidos 272.494 Certificados Sanitários Internacionais no SIGSIF.

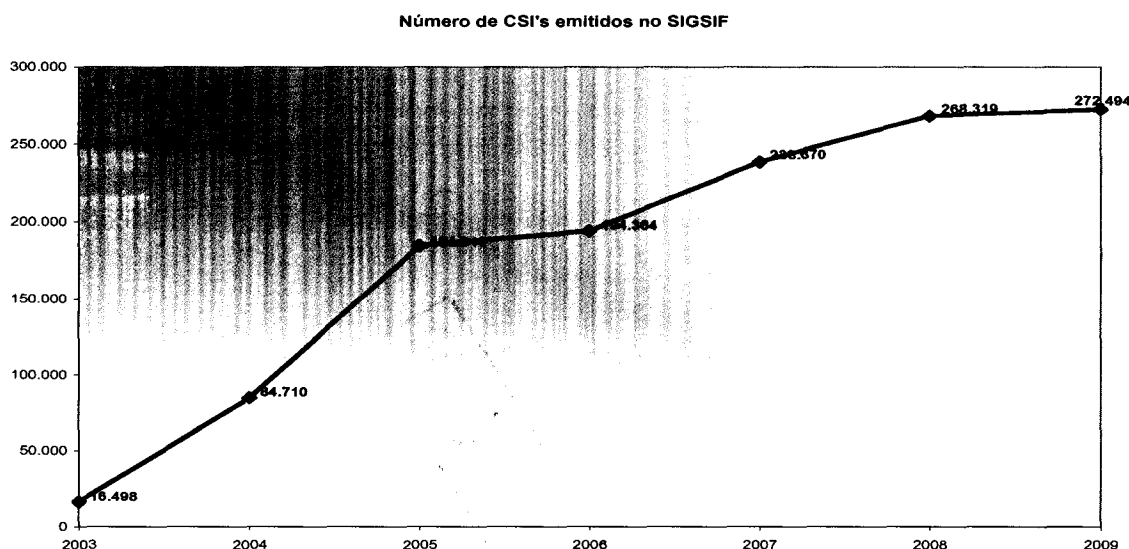


Gráfico 8 - Evolução na quantidade de Certificados Sanitários Internacionais emitidos pelo SIGSIF

Além do registro de estabelecimentos, são registrados no Serviço de Informações Gerenciais do SIF (SIGSIF), rótulos de Produtos de Origem Animal. Os rótulos são inseridos pelas empresas e analisados pelas divisões técnicas do DIPOA ou descentralizados para os Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários. No ano de 2009 foram analisados pelas divisões técnicas 56.801 rótulos. Esse número demonstra o aumento de demanda do setor produtivo às divisões técnicas da Coordenação Geral de Inspeção, aos SIPAGs e à gestão do SIGSIF, conforme gráfico abaixo.

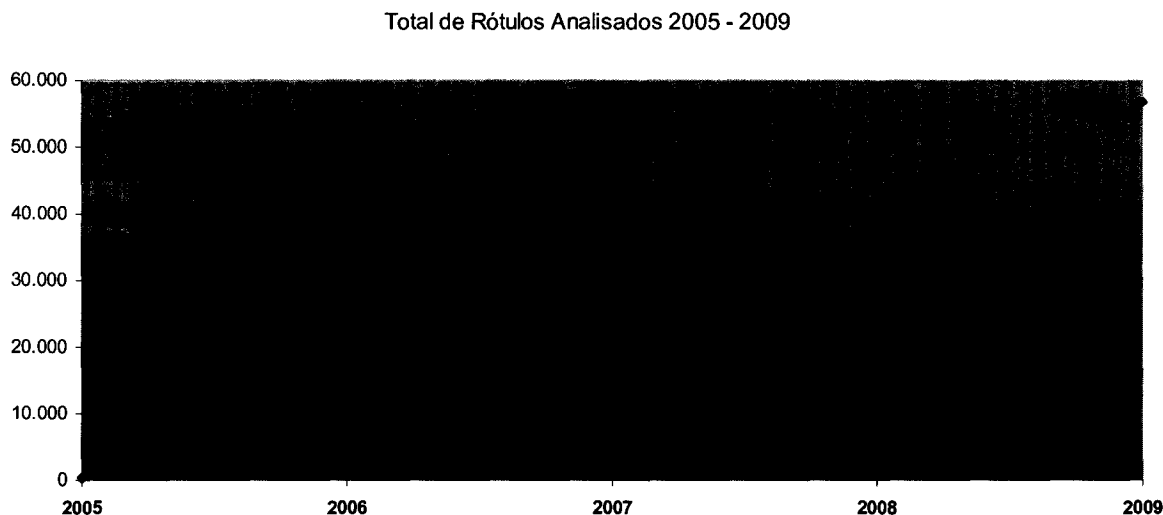
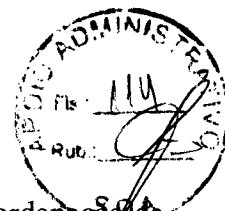


Gráfico 9 - Evolução na quantidade de rótulos analisados através do Sistema de Informações Gerenciais do SIF

[Assinatura]



A Coordenação Geral de Programas Especiais, representada pela Coordenação de Habilitação e Certificação, no ano de 2009, publicou 279 Circulares de Habilitação, respondeu 47 questionários de exportação, analisou 390 processos, alterou ou criou 82 Certificados Sanitários Internacionais e publicou 80 comunicações de exportação.

Os resultados do SISBI/POA também foram expressivos. No ano de 2009 foram realizadas pelo DIPOA 30 verificações prévias (realizadas pelos gestores estaduais) e 21 auditorias (realizadas pelo Grupo de Apoio à Coordenação do SISBI/POA).

No exercício de 2009, os recursos orçamentários foram disponibilizados para inspeção desde o mês de janeiro. Esse fato facilitou a execução orçamentária/financeira durante o período supra. Entretanto, houve contingenciamento financeiro durante os meses de outubro e novembro, o que dificultou a execução do planejamento da sede e das unidades descentralizadas. A possibilidade de contingenciamento ao final do exercício gera um quadro de insegurança ao Coordenador de Ação Nacional, assim como para unidades executoras, pois o planejamento de execução física considera como período útil o ano inteiro. Nos meses de outubro e novembro foi impossível seguir o cronograma de supervisões e auditorias devido à falta de recursos, prejudicando também os meses de novembro e dezembro pelo acúmulo de trabalho.

Os gastos com diárias foram da ordem de R\$ 4.505.952,9 (fonte: SIAFI Gerencial 25/01/10) e com passagens e pedágios foram gastos R\$ 2.040.191,54 (fonte: SIAFI Gerencial 25/01/10). Tendo em vista a localização descentralizada das indústrias sob Inspeção desse Departamento, são gerados gastos significativos não só com passagens e diárias, mas com combustíveis e manutenção de veículos. Gastos com deslocamento para reuniões e treinamentos também foram significativos devido à intensidade em que estes foram realizados. Em 2009 foram realizadas 101 reuniões e treinamentos, com a participação de 2.931 pessoas.

Para o aparelhamento das unidades descentralizadas, da sede e demais órgãos envolvidos na inspeção de produtos de origem animal, foram utilizados recursos orçamentários de capital na monta de R\$ 4.200.784,73 (fonte: SIAFI Gerencial 25/01/10). Estes foram empregados na aquisição de veículos, equipamentos de informática, móveis, eletrodomésticos, equipamentos e demais insumos necessários a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. A execução financeira ao final do ano ficou bastante prejudicada por falta de agilidade das áreas administrativas das SFAs, assim como da Sede, e carência de Núcleos de Consultoria Jurídica em todas as Unidades da Federação para dar apoio a licitações e contratos.

É importante ressaltar que todas as 3.578 indústrias registradas e 1.731 relacionadas (fonte: SIGSIF – 25/01/10) são inspecionadas. As frequências de Inspeção variam com a natureza da indústria, podendo ser até mesmo de Inspeção Permanente e constante, como as de abate. Hoje temos 576 indústrias de abate registradas (fonte: SIGSIF – 25/01/10). A demanda é grande para o quantitativo de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial dedicados ao Serviço de Inspeção Federal. Hoje contamos com aproximadamente 1.000 FFAs para execução da ação nos Estados. A Sede também é carente de pessoal. A redistribuição de força de trabalho, assim como o provimento de novas vagas para Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal se fazem urgentemente necessárias e foram solicitadas durante o exercício de 2009.

As autuações lavradas pela Inspeção de Produtos de Origem Animal geram arrecadação de multa aos cofres públicos em 2009 no valor de R\$14.787.080,86, sendo que R\$4.274.154,97 já foram pagas – fonte: Sistema Integrado de Controle da Arrecadação SICAR.



Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 60 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União, manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Apoio Operacional – CAO/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Jonas Bandeira da Rocha
Unidades Executoras	SDA



Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Tabela 61 – Informações Gerais sobre o Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda
Objetivos Específicos	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética
Gerente do Programa	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal – CQOV/DIPOV
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-Alvo	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis

Fonte: SIGPLAN

Ação 4770 – Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Alcool

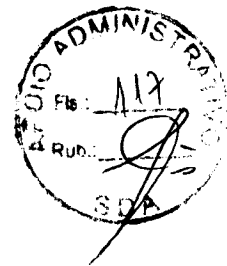
Tabela 62 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade, a conformidade e a adequação na produção de açúcar e álcool, melhorando a competitividade e o acesso aos mercados interno e externo
Descrição	Visitas de inspeção para a certificação de processos (inclusive insumos) e produtos finais, nas unidades produtoras de açúcar e álcool, garantindo elevado padrão de qualidade e baixos riscos para os consumidores
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral da Qualidade Vegetal do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – CGQV/DIPOV
Coordenador Nacional da Ação	Fernando Guido Penariol
Unidades Executoras	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

Tabela 63 – Metas e resultados da Ação INSPAAL

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
30	R\$ 30.000,00	0*	R\$ 26.400,00

*Foram liberados apenas recursos em investimento, utilizados para aquisição de bens para o DIPOV/SDA, os quais já se encontram devidamente patrimonializados. Em função da não liberação de recursos orçamentários em custeio, foram mantidas apenas as atividades internas relacionadas à elaboração do Padrão Oficial de Classificação do Açúcar. Mas haverá necessidade em 2010 do aporte de recursos em custeio para viabilizar visitas técnicas às indústrias, para que se obtenha subsídios para elaboração do Padrão Oficial de Classificação do produto.



Programa – 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Tabela 64 – Informações Gerais sobre o Programa

Tipo de Programa	
Objetivo Geral	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda
Objetivos Específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Gerente do Programa	Marcio Antonio Portocarrero
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Marcio Antonio Portocarrero
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-Alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Fonte: SIGPLAN

Ação 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar

Tabela 65 – Informações Gerais sobre a Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo. Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – CSISBOV/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Naor Maia Luna
Unidades Executoras	Superintendências Federais da Agricultura e órgãos estaduais de defesa sanitária animal

O SISBOV na atualidade é alvo da atenção de todos os segmentos da cadeia alimentar da carne, inclusive dos mercados internacionais, sendo então enviados ao Brasil técnicos oficiais que verificam as condições estabelecidas para o atendimento às normas do sistema, permitindo a manutenção do comércio internacional.

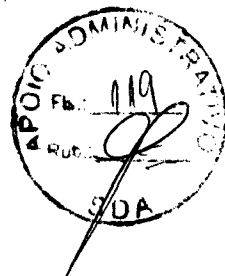
Portanto, a estratégia de atuação, objetivos e metas só serão atingidos se houver uma participação efetiva de todos os elos da cadeia produtiva, tanto do setor público como da iniciativa privada.



Ao MAPA compete também elaboração das normas e padrões, além do credenciamento das empresas certificadoras e auditorias nas mesmas e nos estabelecimentos rurais por elas assistidos, treinamento de pessoal do MAPA e dos órgãos executores de sanidade animal dos estados, para exercerem atividades de auditoria que são o termômetro do funcionamento do programa.

Desde 2008, a União Européia exigiu a obrigatoriedade de realizar auditorias oficiais nos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV – ERAS, e somente aqueles que considerados Conformes nestas auditorias são autorizados a exportar para aquele bloco. No ano de 2008 tínhamos 671 ERAS exportando, em 2009 passamos para 1.827, ou seja, um incremento de 1.156 ERAS aptos à exportar para a UE.

Também como estratégia de atuação visando aumentar o quantitativo auditores do SISBOV para conseqüentemente aumentar o número de ERAS aptos à exportação para a UE, foi publicada a Instrução Normativa nº 48 de 4 de novembro de 2009, autorizando que servidores dos órgãos de defesa agropecuária dos estados e do Distrito Federal com formação profissional de médico veterinário, engenheiro agrônomo ou zootecnista, que detenham competência para o exercício da fiscalização agropecuária, desde que previamente habilitados para tal atribuição, possam ser auditores do SISBOV. Este instrumento legal permitiu um aumento considerável da capacidade de realização de auditorias.



2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Evolução das receitas e despesas

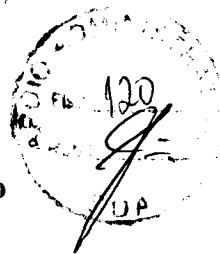
Tabela 66 – Denominação da UO

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	22101	13007
---	--------------	--------------

2.4.1.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 67 – Movimentação Orçamentária

		UO responsável em 1 - executora	Classificação da Atividade	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	364102 - CNPq	20.604.0356.2132	-	-	1.000.000,00
			20.665.0356.4723	-	-	3.350.000,00
			20.665.0356.4745	-	-	40.000,00
			20.125.0375.2019	-	-	10.000,00
			20.125.0375.2124	-	-	10.000,00
			20.125.0375.2140	-	-	10.000,00
			20.603.0357.2134	-	-	2.080.000,00
			20.603.0357.8572	-	-	2.250.000,00
			20.604.0357.8658	-	-	6.200.000,00
			20.604.0357.4842	-	-	5.100.000,00
	Concedidos	240005 - MRE	20.603.0357.8572	-	-	4.796,15
			20.125.0356.8938	-	-	5.597,66
	Concedidos	153056 - UFF	20.125.0356.8938	-	-	234.000,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
		UO responsável em 1 - executora	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital	
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	364102 - CNPq	20.603.0357.8572	800.000,00	-	-
			20.604.0357.8658	4.200.000,00	-	-
			20.604.0357.4842	4.200.000,00	-	-
			20.603.0357.2134	800.000,00	-	-
			20.125.0356.8938	16.000,00	-	-
	Concedidos	153056 - UFF	20.125.0356.8938	-	-	-
	Concedidos	240901 - FNDCT	20.604.0356.2132	3.000.000,00	-	-
Externa	Recebidos	-	-	-	-	-



2.4.1.2 Execução orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.1.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 68 – Despesas por Modalidade de Contratação

Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Suprimento de Fundos				
Pagamento em Folha				
Diárias	3.106.044,22	2.918.104,38	3.106.044,22	2.918.104,38

*Os dados serão informados pela SPOA/SE

2.4.1.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 69 – Despesas correntes por grupo e Elemento de despesa

Grupos de Despesas	Valores Pagos	
	2008	2009
1- Pessoal	-	-
2- Juros e Encargos da Dívida	-	-
3- Outras Despesas Correntes		
3.3.90.33	4.184.147,62	3.346.463,48
3.3.90.14	2.956.240,86	2.812.607,21
3.3.90.39	365.642,58	359.474,74
Demais elementos do grupo	322.495,82	214.349,98

Fonte: SIAFI Gerencial 03/02/2010

2.4.1.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa



Tabela 70 – Despesas de Capital por grupo e Elemento de despesa

Grupos de Despesas	Valores Pagos	
	2008	2009
4- Investimento		
4.4.90.52	357.209,38	2.919.596,11
Demais elementos do grupo	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-
6. Outras Despesas de Capital	-	-

2.4.1.3 Execução Orçamentária por Programa de Governo

Tabela 71 – Execução Orçamentária Programa 0357

Identificação do Programa						
Código no PPA: 0357			Denominação: Segurança da Sanidade na Agropecuária			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
174.456.000	180.056.000	124.679.610	96.075.523	40.034,00	40.034,00	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola	UNIDADE					1.537
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA, por estados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice apurado é inferior ao registrado em 2008 e aquém do previsto para 2009. Possivelmente a crise econômica teve influência nesse resultado, entretanto, com a recente aprovação pela União Européia da importação de material genético avícola brasileiro, poderá representar em 2010, incremento da atividade						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Área com Plantéis Comerciais Declarados Livres da Doença de Newcastle e Influenza Aviária	km²					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Área do território nacional avaliada pelo Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e doença de Newcastle.						

**Análise do Resultado Alcançado:**

Este indicador não reflete o escopo do programa, sendo de difícil obtenção o dado.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação	km ²					4.944.883,460

Fórmula de Cálculo do Índice:

Área do território nacional declarada livre de febre aftosa com vacinação, pela OIE.

Análise do Resultado Alcançado:

A área corresponde a extensão territorial de 15 unidades federativas (AC, BA, DF, GO, ES, MG, MT, MS, PR, RN, RO, SE, SP, TO) além de uma pequena fração territorial das UF's PA e AM, que são reconhecidas como livre de Febre Aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação	km ²					95.346,180

Fórmula de Cálculo do Índice:

Área do território nacional declarada livre de febre aftosa sem vacinação, pela OIE.

Análise do Resultado Alcançado:

A área permaneceu estável e corresponde única e exclusivamente a extensão territorial do Estado de Santa Catarina

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Área Livre de Sigatoka Negra	UNIDADE					2.433,000

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de municípios do território nacional declarados livres de sigatoka negra.

Análise do Resultado Alcançado:

O número de municípios teve acréscimo em relação ao ano anterior, com reconhecimento do Estado do Mato Grosso do Sul como área livre da Sigatoka Negra. O trânsito interestadual e internacional de bananas só é permitido para as regiões produtoras consideradas livres da Sigatoka Negra.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Incidência Controlada da Mosca da Carambola	Municípios				8	6

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de municípios do território nacional de incidência controlada da mosca da carambola.

Análise do Resultado Alcançado:

A meta prevista, de 8 municípios, foi superada, com a erradicação de vários focos no sul do Estado do Amapá. Atualmente a praga está restrita aos municípios: Oiapoque, Porto Grande, Santana, Macapá, Tatarugalzinho e Cutias.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Número de Estabelecimentos	UNIDADE					129



Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina					
--	--	--	--	--	--

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.

Análise do Resultado Alcançado:

O índice apurado em 2009 apesar de ser maior que do obtido em 2008 está aquém da meta prevista em 2009. E de ressaltar que a certificação de estabelecimentos livres ou monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina é voluntária. Dada a importância da certificação para a política de alimentos seguros e os requisitos de exportação, principalmente de produtos lácteos para os diversos mercados, a tendência é que haja aumento no número de estabelecimentos certificados.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Numero de Ocorrências da Peste Suína Clássica	UNIDADE					19

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país.

Análise do Resultado Alcançado:

Considerando a sistemática atuação do Mapa, exigindo controles rigorosos, houve a detecção de apenas de 19 casos de Peste Suína Clássica no rebanho brasileiro.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca	UNIDADE		0	0	0	0

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país.

Análise do Resultado Alcançado:

O Brasil é considerado livre da Encefalopatia Espongiforme Bovina (vaca louca) por jamais ter sido confirmado tal doença.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Numero de Ocorrências de Raiva Bovina	UNIDADE					1302

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país.

Análise do Resultado Alcançado:

O índice apurado superou a meta prevista para 2009, apesar de ter sido superior ao de 2008. A ocorrência da Raiva Bovina está vinculada ao controle das populações de morcegos hematófagos nas áreas rurais. Os serviços de defesa sanitárias estaduais tem atuado fortemente com equipes de capturas para os procedimentos de controle dos morcegos.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras	PERCENTAGEM	2002	90		95	94

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na

percepção de enfermidades.

Análise do Resultado Alcançado:

O índice apresenta-se dentro da previsão para 2009, que era de 95%. A conformidade dos produtos no controle de fronteiras está ligada a variáveis que não estão sob o controle da área de fiscalização.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional	PERCENTAGEM					119

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de partidas inspecionadas sobre o número total de partidas programadas no ano

Análise do Resultado Alcançado:

Índice apurado em 2009 superou a programação feita para o ano, satisfazendo a meta colocada, uma vez que o trânsito de mercadorias varia conforme variáveis que não estão sob o controle da área de fiscalização.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de Realização do Plano de Fiscalização Fitozoossanitário Interestadual	PERCENTAGEM					128

Fórmula de Cálculo do Índice:

Número de partidas inspecionadas realizadas sobre o número total de partidas programadas no ano.

Análise do Resultado Alcançado:

O índice apurado em 2009 superou a programação feita para o ano, satisfazendo a meta colocada, uma vez que o trânsito de mercadorias varia conforme variáveis que não estão sob o controle da área de fiscalização

Tabela 72 – Execução Orçamentária Programa 0356

Identificação do Programa de Governo				
Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Final				
91.685.688	84.390.760	62.774.535	25.304.887	20.135.972

Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial	Índice final		
Número índice	2005	0,74		0,81	0,81

Fórmula de Cálculo do Índice:

O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal e vegetal, calculada da seguinte forma: $ICP = 0,6 \times ICA + 0,4 \times ICAV$, onde: ICP - Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal; ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; $ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA - Número de relatórios de auditoria conformes; NT - Número total de relatórios de auditoria; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de

amostras analisadas. ICP - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICP = \frac{(0,5 \times EI/ER) + (0,5 \times AC/NA)}{1}$, onde: EI - Número de estabelecimentos inspecionados; ER - Número total de estabelecimentos registrados; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. Obs: O valor do ICP varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal e vegetal fiscalizada.

Análise do Resultado Alcançado

O índice em 2009 (0,81) foi maior que o verificado em 2008 (0,73). O incremento pode ser atribuído a crescente implantação de sistemas de autocontroles nas indústrias (APPCC) e à atuação da inspeção e fiscalização do MAPA que aplicou regime especial de fiscalização às várias empresas que apresentaram não conformidades.

Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
	Data	Índice inicial		
Índice numérico			0,7	0,36

Fórmula de Cálculo do Índice

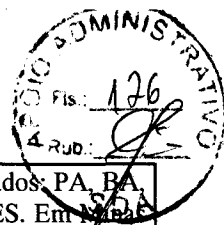
$Niq = (Toi) \times 0,45 + (Tci) \times 0,25 + (Tog) \times 0,20 + (Tcg) \times 0,10$; Sendo: Niq → Número índice de qualificação; Toi - Taxa de ensaios em laboratórios oficiais acreditados conforme a ISO 17.025; Tci - Taxa de ensaios em laboratórios credenciados acreditados conforme a ISO 17.025; Tog - Taxa de ensaios em laboratórios oficiais acreditados conforme a ISO GUIA 43; Tcg - Taxa de ensaios em laboratórios credenciados acreditados conforme a ISO GUIA 43. A taxa de ensaios em laboratórios é dada pela relação entre o número de ensaios acreditados pela ABNT sobre o total de laboratórios agropecuários, credenciados ou oficiais, conforme a natureza.

Análise do Resultado Alcançado

Verificou-se, ao longo do ano de 2009, incremento de 150% no número de ensaios acreditados na ISO 17.025 para os laboratórios oficiais e de 40% para os Laboratórios Credenciados.

Tabela 73 – Execução Orçamentária Programa 0375

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0375			Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
21.725.302	20.088.599	16.010.909	14.830.827	3.333.568	2.530.277	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas	PERCENTAGEM	2006	83	94	90	83
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação entre a quantidade (em toneladas) de corretivos agrícolas dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de corretivos agrícolas = $\frac{CADG}{TCA} \times 100$ CADG - QUANTIDADE DE CORRETIVO ANALISADO DENTRO DA GARANTIA (TONELADAS) TCA - QUANTIDADE TOTAL DE CORRETIVO ANALISADO NO PERÍODO (TONELADA)						
Análise do Resultado Alcançado						



O índice apurado foi inferior a meta estabelecida. Houve queda dos índices de conformidade nos Estados: PA, BA, MT, MS. Em outras Unidades Federativas o índice continuou elevado como: no RS, PR, SP, GO e ES. Em Minas Gerais a taxa ficou em 82%, próxima da média verificada em 2009 que foi de 84%. A queda na taxa de conformidade em alguns estados influenciou na redução da conformidade dos corretivos agrícolas em 2009.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas	PERCENTAGEM	2004	85	95	95	93

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre o número de determinações analíticas de defensivos agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de defensivos executados no ano.

Análise do Resultado Alcançado:

O índice alcançou 93% de conformidade dos agrotóxicos que foram fiscalizados, abaixo do verificado em 2008, que foi de 96%. O declínio na taxa conformidade deveu-se á da mudança do foco da fiscalização, que passou a verificar com mais freqüência os componentes presentes nos agrotóxicos e não apenas o ingrediente ativo. Foram detectadas algumas alterações de componentes nas formulações, o que reduziu um pouco a conformidade em relação a 2008.

Obs.: O nome do indicador foi alterado em 2007 de taxa de inconformidade para taxa de conformidade, no entanto no sistema SIGPLAN se manteve o valor previsto e de referência como se fosse o nome antigo do indicador. Apresentamos acima os valores corretos.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais	PERCENTAGEM	2006	84	95	92	83

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação entre a quantidade, em toneladas, de fertilizantes minerais dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de fertilizantes minerais = $(FMADG/TFMA)*100$
FMADG - Quantidade de fertilizante mineral sólido analisado dentro da garantia (toneladas) TFMA - Quantidade total de fertilizante mineral sólido analisado no período (toneladas)

Análise do Resultado Alcançado:

Valor apurado em 2009 foi de 83%, um pouco inferior ao verificado em 2008 (86%). A fiscalização foi concentrada no período de agosto a novembro de 2009 nas empresas que vinham apresentando problemas de qualidade com maior freqüência. Com isso a amostragem deixou de ser aleatória passando a ser dirigida aos produtos com possibilidade maior de não conformidade, fato que pode ter afetado negativamente o índice.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Taxa de Conformidade de Inoculantes	PERCENTAGEM	2006	61	90	80	99

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação entre a quantidade (1000 doses) de inoculantes dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de inoculantes = $(IADG/TIA)*100$ IADG - Quantidade de inoculante analisado dentro da garantia (em 1000 doses); TIA - Quantidade total de inoculante analisado no período (em 1000 doses).

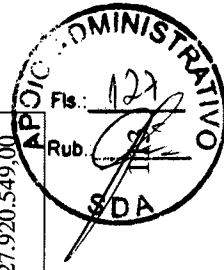
Análise do Resultado Alcançado:

A taxa de conformidade alcançou 99% dos produtos fiscalizados, o acréscimo decorreu fundamentalmente da paralisação da empresa que produzia inoculantes no Brasil que em 2008 apresentou uma serie de inconformidade. Os produtos utilizados foram importados de fornecedores tradicionais, originários da Argentina.

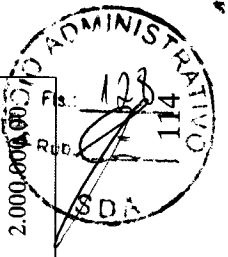
2.4.1.4 Execução física e Financeira das Ações realizadas pela UJ

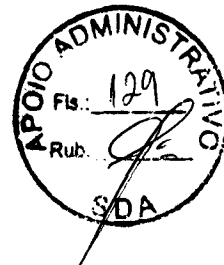
Tabela 74 – Execução Física e Financeira por Ação

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada em 2010
20	603	0357	2134	A	3	Unidade	1.500.000	601.837	1.500.000	14.454.000,00	8.554.488,59	9.179.536,00
20	604	0357	2139	A	3	Partida Inspecionada	3.456.502	4.606.794	12.000.000	2.000.000,00	44.248,33	2.000.000,00
20	603	0357	2180	A	3	Partida Inspecionada	700.000	1.064.193	1.300.000	4.000.000,00	2.144.687,80	4.500.000,00
20	122	0357	2181	A	3	Partida Inspecionada	200.000	310.619	380.000	3.127.745,00	2.402.109,73	4.500.000,00
20	603	0357	2272	A	3	-	-	-	-	850.000,00	644.386,68	800.000,00
20	604	0357	4738	A	3	hectares	293.762.100	272.904.991	293.762.100	3.000.000,00	2.853.606,30	3.100.000,00
20	603	0357	4842	A	3	Km²	4.938.458,000	4.938.458,000	8.514.876,6	47.203.000,00	42.576.235,02	62.500.000,00
20	367	0357	8572	A	3	hectares	3.500.000	29.023.243	3.500.000	24.200.000,00	19.934.324,66	84.000.000,00
20	604	0357	8654	A	3	-	-	-	-	750.000,00	21.709,22	900.000,00
20	604	0357	8658	A	3	Propriedade Atendida	647.818	883.608	75.382	30.654.000,00	26.008.402,47	30.000.000,00
20	604	0356	2132	A	3	ensaios	12.000.000	20.374.340	22.000.000	31.938.366,00	28.653.836,51	27.920.549,00



20	603	0356	2136	A	3	ensaios	2.200.000	2.800.830	2.100.000	19.847.482,00	23.099.456,34	18.472.240,00
20	122	0356	2272	A	3	-	-	-	-	850.000,000	821.840,11	900.000,00
20	665	0356	4723	A	3	Análises Realizadas	19.116	18.833	19.116	10.703.626,96	10.690.191,28	10.703.626,96
20	125	0356	4745	A	3	Unidade	906	1.137	917	1.418.130,30	1.087.303,40	1.700.000,00
20	125	0356	4746	A	3	Toneladas	6.500.000	9.302.763	6.500.000	3.415.700,26	3.401.797,37	4.000.000,00
20	125	0356	8938	A	3	Unidade	3.833	3.471	3.578	11.549.277	11.421.018,02	12.000.000,00
20	125	0356	8939	A	3	Unidade	5000	4915	3250	2.162.250,00	1.770.262,51	2.500.000,00
20	125	0375	2019	A	3	Fiscalização Realizada	1.008	920	1.053	653.064,26	479.101,24	1.000.000,00
20	125	0375	2124	A	3	Fiscalização Realizada	4.786	4.952	4.597	1.314.232,25	1.026.058,54	2.000.000,00
20	125	0375	2140	A	3	Fiscalização Realizada	3.691	3.999	4.149	1.283.995,12	1.004.307,25	2.000.000,00
20	125	0375	2141	A	3	Unidade	12.000	10.412	12.000	3.350.000,00	2.718.086,00	4.500.000,00
20	125	0375	2179	A	3	Unidade	15.860	21.095	15.860	6.850.000,00	5.674.528,00	10.000.000,00
20	125	0375	2909	A	3	Unidade	800	1.135	800	2.000.000,00	1.408.362,00	2.330.000,00
20	125	1409	4770	A	3	Unidades	30	-	30	30.000,00	26.400,00	100.000,00
20	125	1442	8592	A	3	Fiscalização Realizada	2.500	1.884	1.500	1.970.000,00	965.670,00	2.000.000,00





2.4.2 Evolução dos Gastos Gerais

Tabela 75 – Evolução dos Gastos Gerais

Descrição	Ano		
	2007	2008	2009
1. Passagens	3.866.656,45	5.219.629,76	*
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	2.775.555,92	3.752.640,84	2.952.295,44
3. Serviços Terceirizados	-	-	-
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	-	-	-
4. Cartão Corporativo	4.747,66	-	-
5. Suprimento de Fundos	-	-	-
Totais	6.646.960,03	8.972.270,6	2.952.295,44

Fonte: SIAFI

*Dados consolidados pela SPOA



2.4.3 Indicadores de Desempenho

Sanidade vegetal

1) Tempo de resposta nas ocorrências sanitárias e fitossanitárias (diagnóstico e intervenção): Esperado = 1. Alcançado = 1

Comentários: O indicador refere-se à ocorrência de praga quarentenária, passível de notificação. O tempo ideal considerado depende da praga em questão, podendo ser alterado.

Tempo de Resposta Vegetal TRv = Tempo real da notificação à intervenção em horas / tempo ideal (48h), onde: TRv entre 0 e 1 -> ideal; TRv entre 1,1 a 2 -> regular, há necessidade de ajustes; TRv > 2,1 -> crítico, requer mudança de metodologia ou avaliação da situação.

2) Áreas livres de pragas caracterizadas ou ampliadas (ha): Esperado = 56.900. Alcançado = 57.400.

Comentário: Mede a área do território nacional onde a praga sigatoka negra não está presente. A meta foi suplantada devido à caracterização do DF como Área Livre ainda em 2009.

3) Taxa de Fitossanidade: Esperado = 4. Alcançado = 4,94

Comentário: A taxa mede a evolução dos quatro programas de erradicação de pragas do Departamento (mosca-da-carambola, cancro cítrico, lagarta das maçãs e HLB). Quanto menor, melhor.

Fórmula: $((TF1 \cdot P1) + (TF2 \cdot P2) + (TF3 \cdot P3) + \dots + (TFn \cdot Pn)) / P1 + P2 + P3 + \dots + Pn$

onde P = peso atribuído para cada praga considerada, levando-se em conta a importância da praga para o agronegócio brasileiro, a saber: *Cydia pomonella*: p=2; cancro cítrico: p=9; HLB: p=6; mosca da carambola: p=10

TF1 (por praga) = nº de municípios com os focos da praga / total de municípios onde a cultura tem expressão

Inspeção de produtos de origem vegetal

Indicador de desempenho: Percentual de estabelecimentos inspecionados em relação ao total programado

Utilidade: O indicador tem a finalidade de avaliar o atendimento às metas estipuladas para o período, quanto ao número estabelecimentos produtores de vinho e bebidas inspecionados.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo:

$$(EI / EP) \times 100 = (4.521 / 4.915) \times 100 = 91,98$$

EI = Estabelecimentos industriais produtores de vinhos e bebidas efetivamente inspecionados nos Estados

EP = Programação de estabelecimentos industriais produtores de vinhos e bebidas, a serem inspecionados no período



Método de aferição: A abrangência do indicador de desempenho é nacional para as 27 (vinte e sete) unidades federativas do Brasil, com periodicidade anual, cuja fonte são os dados informados no Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN, pelos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários das Superintendências Federais de Agricultura, com polaridade maior é melhor.

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: CGVB/DIPOV/SDA.

O indicador traz resultados fundamentais para a avaliação da efetiva atuação do MAPA junto aos estabelecimentos produtores de vinhos e bebidas, com vistas à averiguação da sua conformidade às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas adequadas e consequente elaboração de produtos com qualidade e idoneidade.

Insumos agrícolas

▪ **Fiscalização de Agrotóxicos e Afins**

Indicador: Número de fiscalizações realizadas, como percentual da meta programada;

- a) Utilidade: avaliar o cumprimento da meta programada;
- b) Tipo: eficácia;
- c) Fórmula de cálculo: $\text{nº de fiscalizações realizadas} \times 100 / \text{nº de fiscalizações programadas}$;
- d) Método de aferição: dados constantes em relatório de fiscalização;
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Fiscalização da CGAA
- f) Resultado do indicador no exercício: 141 %.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste Indicador:

Houve harmonização, treinamento e ainda a definição de prioridades e redirecionamento de metas para os FFAs. Intensificam as discussões acerca da importância de direcionamento dos esforços de execução e a materialização dessas propostas em planos operativos estruturados. Essas atitudes levaram à melhorias do desempenho na fiscalização.

- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

A Coordenação-Geral de Agrotóxicos trabalha com o firme propósito de atingir 100 % da meta estabelecida, com variação de até 5% para mais ou para menos. Entretanto, estima-se que a quantidade ideal de fiscalizações, considerado o universo brasileiro de indústrias e o volume de agrotóxicos comercializados a meta deveria ser superior a 2000 fiscalizações por ano. Dessa forma, os indicadores estimados para uma meta física de 800 fiscalizações no início do PPA, passam a ser ultrapassados ano a ano com o advento de ferramentas de gestão mais eficientes.

▪ ***Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes***

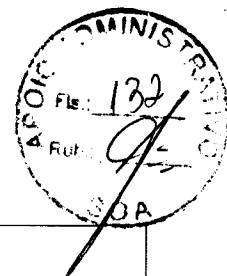


Tabela 76 – Indicadores de Desempenho –Fiscalização realizada em relação ao programado

Indicador	Fiscalização realizada em relação ao programado
Utilidade	Avaliar o cumprimento da meta de fiscalização estabelecida na Lei orçamentária anual (LOA).
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(TFR/TFP) Programado(TFP): 12.000 Realizado (TFR): 10.412
Método de aferição	A meta programada está prevista na LOA e a informação sobre o realizado é coletada junto aos Serviços de Fiscalização nas Unidades da Federação por meio do relatório mensal de atividades.
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/DAS
Resultado do indicador no exercício	0,87
Disfunções estruturais/situacionais	Ocorreu mudança na estratégia de fiscalização com implantação de um programa especial de fiscalização, que priorizou empresas com menor índice de conformidade e aumentou o tempo de permanência nestas, acarretando menor nº de fiscalizações no geral.
Medidas implementadas	Reavaliação das metas para o ano de 2010
Indicador	Custo apurado por fiscalização em relação ao programado
Utilidade	Avaliar a relação do custo apurado por fiscalização em estabelecimento, em relação ao custo programado no ano.
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	(OE/NFE)/(OP/NFEP) Orçamento de custeio executado(OE): R\$ 2.383.535,66 Nº de fiscalização em estabelecimento executada (NFE): 3331 Orçamento de custeio programado(OP): R\$ 2.650.000,00 Nº de fiscalização em estabelecimento programada(NFEP): 4.000
Método de aferição	Dados de fiscalização são extraídos do relatório mensal de atividades e dados financeiros do SIAFI.
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	1,08
Disfunções estruturais/situacionais	A operação especial de fiscalização nas Unidades da Federação RS, PR, SP, MG, ES, BA e PE modificou a sistemática de fiscalização no sentido de permanecer mais tempo nas empresas produtoras de fertilizantes minerais mistos que apresentavam menor índice de conformidade dos produtos. Isto foi determinante para diminuição das fiscalizações realizadas. Além disso, houve



	aumento no valor das diárias pagas aos fiscais, o que acarretou maiores gastos para a mesma quantidade de fiscalizações.
Medidas implementadas	Adequação das metas à realidade atual da fiscalização.
Indicador	Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual
Utilidade	Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação ao consumo anual de fertilizantes minerais. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 3% do consumo anual de fertilizantes minerais sólidos.
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$(FMA/FMC) \cdot 100 \text{ Ex.} / (FMA/FMC) \cdot 100 \text{ Pr}$ <p>Fertilizante mineral sólido amostrado no ano (toneladas) (FMA): 711.150</p> <p>Fertilizante mineral sólido consumido no ano (FMC): 22.400.000</p>
Método de aferição	Quantidade de fertilizante amostrada é retirada do relatório mensal de atividades. Consumo anual segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	$3,17/3 = 1,06$
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	
Indicador	Corretivo amostrado em relação a produção anual
Utilidade	Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação à produção anual de corretivos. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 5% da produção anual de corretivos.
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$(CA/CP) \cdot 100 \text{ Ex.} / (CA/CP) \cdot 100 \text{ Pr.}$ <p>Corretivo amostrado no ano (CA): 705.530</p> <p>Corretivo produzido no ano* (CP): 19.000.000</p> <p>*estimativa da ABRACAL</p>
Método de aferição	Quantidade de corretivo amostrada é retirada do relatório mensal de atividades. Consumo anual segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola - ABRACAL
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	$3,7 / 5 = 0,74$
Disfunções estruturais/situacionais	A produção dos corretivos foi afetada pela crise mundial, que obrigou os produtores rurais reverem os investimentos e a tecnologia empregada em suas lavouras. Uma das primeiras atitudes neste cenário é a redução dos investimentos em calagem.

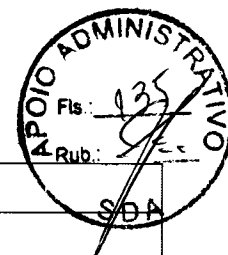
Medidas implementadas	Acompanhar no ano de 2010 a evolução do setor e verificar necessidade de rever o percentual de amostras face aos recursos humanos disponíveis nas SFAs.
-----------------------	---

Tabela 77 – Indicadores de Desempenho –Taxa de conformidade dos fertilizantes mineirais

Indicador	Taxa de conformidade dos fertilizantes minerais
Utilidade	Avalia a qualidade dos fertilizantes minerais ofertados no mercado brasileiro.
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	$(FMADG/TFMA)*100$ Quantidade em toneladas de fertilizante mineral sólido analisado dentro da garantia (FMADG): 650.999. Quantidade em toneladas de fertilizante analisado no período (TFMA):782.997.
Método de aferição	Dados fornecidos pelo relatório mensal de atividades.
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	83%
Disfunções estruturais/situacionais	A responsabilidade pela qualidade dos fertilizantes é do setor privado. O poder público, por meio da fiscalização, procura punir as empresas que colocam produtos de baixa qualidade no mercado, estimulando assim a melhoria da qualidade.
Medidas implementadas	Foi estabelecida estratégia diferente de fiscalização, priorizando as empresas com menor índice de conformidade e com permanência por mais tempo dos fiscais nas mesmas. Também está sendo elaborada legislação que implante o Programa de Boas Práticas de Fabricação, visando correção de procedimentos inadequados na fabricação de fertilizantes.

Tabela 78 – Indicadores de Desempenho –Taxa de conformidade dos corretivos agrícolas

Indicador	Taxa de conformidade dos corretivos agrícolas
Utilidade	Avalia a qualidade dos corretivos agrícolas ofertados no mercado brasileiro.
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	$(CADG/TCA)*100$ Quantidade em toneladas de corretivo agrícola analisado dentro da garantia (CADG): 691.632. Quantidade em toneladas de corretivo agrícola analisado no período (TCA): 827.318.
Método de aferição	Dados fornecidos pelo relatório mensal de atividades.



Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	84%
Disfunções estruturais/situacionais	Este percentual de inconformidade foi devido a diversos resultados de análise apresentando problemas na granulometria dos corretivos.
Medidas implementadas	Realizar ações de acompanhamento nas empresas para verificar a necessidade de adequação dos registros, pois na atualidade não há necessidade agrônômica premente de que os produtos mantenham a granulometria garantida na maioria dos corretivos.

Tabela 79 – Indicadores de Desempenho –Taxa de Conformidade dos inoculantes

Indicador	Taxas de conformidade dos inoculantes
Utilidade	Avalia a qualidade dos inoculantes ofertados no mercado brasileiro.
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	$(IADG/TIA) \times 100$ Quantidade total de inoculante analisado dentro da garantia (IADG): 12.717.112 Quantidade total de inoculante analisado no período (TIA): 12.235.612
Método de aferição	Dados fornecidos pelo relatório mensal de atividades.
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	99%
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	

▪ **Fiscalização de Sementes e Mudas**

A ação de Fiscalização da Produção, da Comercialização e da Utilização de Sementes e de Mudas (PI FISCALSEM 1) contou com recursos aprovados pela LOA, para o exercício de 2009, no valor de R\$ 6.850.000,00 (seis milhões oitocentos e cinquenta mil reais). Desse montante foram empenhados R\$ 6.462.303,16 (seis milhões quatrocentos e sessenta e dois mil trezentos e três reais e dezesseis centavos), ou seja, 94,34% da dotação inicial.

Do total disponibilizado do orçamento, no em tanto, foram executados R\$ 5.674.528,00 (cinco milhões seiscentos e setenta mil quinhentos e vinte e oito reais), com um desempenho de 82,84%.

O resultado da fiscalização pode ser considerado satisfatório, haja vista que as metas físicas foram executas em 133,01%. Este índice decorre do aumento da demanda por fiscalização



para apurar denúncias formuladas por usuários e agentes do Sistema Nacional de Sementes e Mudas, para combater a prática da pirataria na produção e comercialização de sementes, bem como pela realização de ações de força tarefa em algumas unidades da federação.

Convém esclarecer que o produto da ação, Fiscalização Realizada, é composto pelo somatório das fiscalizações em estabelecimentos produtores, estabelecimentos comerciais e usuários de sementes e mudas, além das fiscalizações realizadas em campos inscritos para a produção de sementes e mudas. Inclui ainda as vistorias para a inscrição e credenciamento de estabelecimentos produtores e outros agentes do Sistema Nacional de Sementes e Mudas, laboratórios, entidades certificadoras, certificador de produção própria, inscrições de campos de produção e fiscalização de produtos (lotes de sementes e de mudas).

A fiscalização da produção, da comercialização e da utilização de sementes e mudas, desenvolvida pelas Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento depende da liberação dos recursos programados e indicados nos Planos Operativos anuais para sua execução física. Destaque-se que as ações de fiscalização e certificação ocorrem em períodos definidos e coincidentes com as práticas de cultivo para cada cultura vegetal, e que, no ano de 2009, os recursos foram disponibilizados em tempo e em quantidade adequados.

Apesar do bom desempenho na execução da fiscalização de sementes e mudas opera-se com restrições em relação à disponibilidade de Fiscais Federais Agropecuários nas Superintendências, por conta da atuação em tempo parcial de alguns deles. A restrição do quadro de Fiscais exige que atuem em diversas atividades e restringem a sua atuação nas outras fases do processo de fiscalização, como a constituição dos processos administrativos e o relato desses processos. Essa deficiência é mais sentida nos estados das regiões norte e nordeste e no Estado do Rio Grande do Sul.

A Coordenação de Sementes e Mudas organizou, no ano de 2009, forças tarefa, com a disponibilização de Fiscais Federais Agropecuários da CSM/DFIA e de SFA's para auxiliar algumas Superintendências na fiscalização da produção, comércio e uso de sementes e mudas nas respectivas unidades da federação.

Do total dos recursos disponibilizado, R\$ 1.155.853,00 (um milhão cento e cinquenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e três reais) foram recursos de investimento. Estes recursos de investimento foram aplicados na aquisição de veículos, condicionador de ar, móveis e equipamentos de informática, pelas Superintendências Federais de Agricultura. O limite disponibilizado para custeio teve a maior parcela aplicada no deslocamento para realização das fiscalizações, participação em cursos/treinamentos e reuniões técnicas para discussão e elaboração de normas complementares.

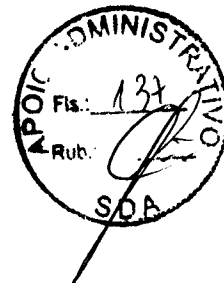


Tabela 80 – Indicadores de Desempenho – fiscalizações realizadas em relação ao programado

1. Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao programado
Utilidade	Avalia o alcance da meta programada na LOA
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(FR/FP) Programado (FP): 15.860 Realizado (FR): 21.095
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	1,33
Disfunções estruturais/situacionais	Deficiência ou distribuição inadequada de Fiscais Federais Agropecuários nas SFA's.
Medidas implementadas	A resolução dos entraves acima descritos foi tratada com a alta administração do MAPA.

Tabela 81 – Indicadores de Desempenho – fiscalizações realizadas em relação à execução do orçamento

2. Indicador	Fiscalizações realizadas em relação à execução do orçamento
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização em relação ao exercício anterior.
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	(FR 2009/FP)*Orç. Po/Orç Ex ou Eficácia x Orç / Orç Ex Eficácia: 1,33 Orçamento de 2009: 6.850.000,00 Orçamento executado em 2009: 5.674.528,00
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	1,41
Disfunções estruturais/situacionais	Insuficiência de FFA em algumas unidades da federação (Rio Grande do Sul e estados das regiões Norte e Nordeste)
Medidas implementadas	Disponibilização de recursos financeiros em quantidade e oportunidade adequadas

Tabela 82 – Indicadores de Desempenho – número de auto de infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado

Indicador	Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado
Utilidade	Avalia a conformidade produtos e o comportamento dos agentes do Sistema Brasileiro de Sementes Mudas em relação ao cumprimento das exigências legais



Tipo	Conformidade
Fórmula de cálculo	$(1 - AI/FR) * 100$ Auto de Infração lavrados em 2009: 841 Fiscalização realizada em 2009: 21.095
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	96 % - De não conformidade
Disfunções estruturais/situacionais	Prática de pirataria na produção e comercialização de sementes
Medidas implementadas	Disponibilização de recursos financeiros em quantidade e oportunidade adequadas e realização de ações de força tarefa com deslocamento de FFA de uma unidade federativa para outra.

Tabela 83 – Indicadores de Desempenho – recursos orçamentários aplicados em relação ao orçamento

4. Indicador	Recursos orçamentários aplicados em relação ao orçamento
Utilidade	Avalia o desempenho da execução orçamentária/financeira
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$(RA/VA) * 100$ Recurso Aplicado – recurso orçamentário empenhado: R\$ 5.674528,00 Valor Autorizado – valor disponibilizado: R\$ 6.850.000,00
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	82,84 %
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	A Coordenação Nacional acompanhou regularmente o andamento dos processos de licitação nas SFAs e solicitou maior empenho das Chefias imediatas da área administrativa para agilização dos processos.

Inspeção de produtos de origem animal

Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal

Índice Início do PPA: 0,74

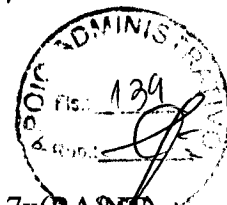
Unidade de Medida: número índice

Fonte: DIPOA e DIPOV

Base Geográfica: Nacional

Periodicidade: Anual

Fórmula de Cálculo: O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal e vegetal, calculada da seguinte forma: $ICP = 0,6 \times ICA + 0,4 \times ICV$, onde: ICP - Índice de conformidade de produtos de origem animal e



vegetal; ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; $ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA - Número de relatórios de auditoria e supervisão conformes; NT - Número total de relatórios de auditoria e supervisões; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. ICV - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICV = (0,5 \times (EI/ER) + (0,5 \times (AC/NA)))$, onde: EI - Número de estabelecimentos inspecionados; ER - Número total de estabelecimentos registrados; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. Obs: O valor do ICP varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal e vegetal fiscalizada.

Índice Apurado: 0,81

Comentários: Indicador comum entre a Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, sendo que a área animal apresenta peso 0,6 e a área vegetal 0,4. O ICA (índice de Conformidade da Área Animal) é formado pelo índice de relatório de auditorias conformes e o índice de amostras conformes. Os dados são coletados e alimentados pelos Chefes dos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAGs) em cada uma das UF.

Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)

Índice Início do PPA: 250,00

Unidade de Medida: UNIDADE

Fonte: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA

Base Geográfica: Nacional

Periodicidade: Anual

Fórmula de Cálculo

Somatório dos estabelecimentos com sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC implantado no ano.

Índice Apurado: 229

Comentários: índice importante, pois demonstra a evolução do sistema de inspeção com base na análise de riscos, sendo esse o direcionamento do Departamento.

Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário

Índice Início do PPA: 3.800,00

Unidade de Medida: UNIDADE

Fonte: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA

Base Geográfica: Nacional

Periodicidade: Anual

Fórmula de Cálculo

Somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário, no ano.

Índice Apurado: 3.578



Comentários: todos os estabelecimentos registrados estão sobre o controle oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Insumos pecuários

- **NOME:** Índice de atingimento das metas;
- **TIPO DO INDICADOR:** Eficácia;
- **DESCRIÇÃO:** Este indicador busca medir o grau de alcance das ações fiscalizações de insumos pecuários, relacionando o planejamento inicial às metas cumpridas;
- **FINALIDADE:** medir o desempenho da ação em função do planejamento de cada unidade, comparando a meta programada com a atingida.
- **UNIDADE DE MEDIDA:** Fiscalização realizada;
- **FÓRMULA DE CÁLCULO:** Número de estabelecimentos fiscalizados sobre o número programado inicialmente pelos Coordenadores de Ação Estadual;
- **RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO:** Os Fiscais Federais Agropecuários em cada Unidade da Federação;
- **FREQÜÊNCIA DE AFERIÇÃO:** Mensal;
- **RESULTADOS:** FISPROVET = 108,34%

FISCINAN = 103,47%

FISCGENE = 91,27%

Insumos Pecuários $[(FISCINAN + FISPROVET + FISCGENE)/3] =$
101,03%

Controle de Resíduos e Contaminantes

No exercício de 2009 o indicador de desempenho da ação 4723 foi considerado dentro do esperado, considerando que foram detectadas 33 análises não conformes (violações) nas 17.974 análises realizadas no PNCRC/Animal. De acordo com a fórmula constante do cálculo do indicador da ação tem-se um índice de conformidade de 99,82%. As não conformidades detectadas culminaram com ações de investigação a campo para levantamento das possíveis causas destas não conformidades. Por meio da publicação oficial destes resultados no Diário Oficial da União a SDA estará dando ciência a sociedade e principalmente aos setores produtivos envolvidos para que os mesmos adotem providências para mitigar o risco. Os resultados da área vegetal serão computados a partir de julho de 2010 quando finalizará o ano safra 2009/2010.



Tabela 84 – Indicadores de Desempenho

4723	RESIDUO - Controle de Contaminantes e Resíduos
Descrição e utilidade do indicador	Taxa de Conformidade de Resíduos e Contaminantes - Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos produtos de origem animal e vegetal
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	% de amostras conformes
Fórmula de cálculo	$(N^{\circ} \text{ de conformidades} / N^{\circ} \text{ total de amostras coletadas}) * 100$
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados e consolidados pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes, uma vez que os dados são inseridos e atualizados pelos laboratórios participantes do PNCRC por meio do sistema SISRES.

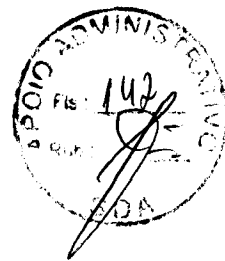
Apoio laboratorial

A execução das ações de funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dá através dos Processos Finalísticos Internos da Rede Lanagro (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2008-2011, conforme a Figura A.2. constante do Apêndice.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades dos serviços dos clientes (SIPAG, SEDESA, SEFAG) e programas de governo (0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, 0357-Segurança da Sanidade na Agropecuária, 0375-Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários).

Neste contexto, como os Lanagros como Unidades Jurisdicionárias irão apresentar os indicadores de desempenho (eficácia, eficiência e efetividade) serão apresentadas pelos LANAGROS.



3 Informações sobre a Composição dos Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

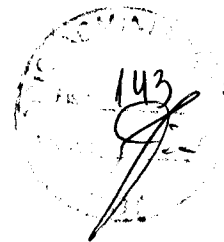
Tabela 85 – Composição dos Recursos Humanos

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários			-
Próprios	376	376	-
Requisitados	2	2	-
Celetistas	7	7	-
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários	97	97	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	31	31	
Total	511	511	

3.1.1 Composição dos Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

Tabela 86 – Composição dos Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e Vantagens Fixas	Rescisões	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	363	13.819.795,95	2.149.604,37	12.070.779,95	224.083,04	873.814,10		
2008	390	21.076.252,54	2.625.254,96	12.041.150,14	196.309,22	1.963.034,62		
2009	380	19.229.746,78	2.834.700,27	23.962.276,11	175.416,62	945.026,67		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0							
2008	0							
2009	7		229.223,54			22.361,10		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	1		334.355,26			11.024,68		
2008	1		474.352,93	36.282,9		14.425,51		
2009	1		322.801,53	12.260,50		10.065,47		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	1		177.780,95					
2008	1		116.978,17					
2009	1		89.142,81					
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	1		30.399,80					
2008	1		17.867,68					
2009	1		36.053,59					
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007			29	1.112.923,68			42	171.720,00
2008			31	1.263.624,60			41	182.064,00
2009			31	1.354.410,88			66	413.040,00



4 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica a UJ.

5 Inscrição de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela 87 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	121.853,69	Não se Aplica		
2008	4.963.748,61	-	4.963.748,61	-
2007	34.108,35	-	34.108,35	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	103.086,08	Não se Aplica		
2008	103.086,08	103.086,08	-	-
2007	308.299,75	277.941,07	-	-

6 Informações sobre Transferência no Exercício

Não houve ocorrências no período.

7 Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica

8 Fluxo Financeiros de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

Não se aplica

9 Renúncias Tributárias

Não se aplica a UJ

10 Operações de Fundos

Não se Aplica a UJ



11A Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle

Não houve ocorrências no período

11B Determinações e recomendações do TCU

Em 2006, o Tribunal de Contas da União promoveu AUDITORIA OPERACIONAL NO PROGRAMA DE SEGURANÇA FITOZOOSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, resultando no Acórdão TCU nº 1.318/06.

O objetivo precípuo da auditoria foi avaliar se o Programa de Vigilância Agropecuária Internacional está suficientemente estruturado para fiscalizar e garantir a sanidade no trânsito internacional de produtos de origem animal e vegetal, de forma integrada com os demais órgãos do sistema.

As principais constatações da auditoria foram:

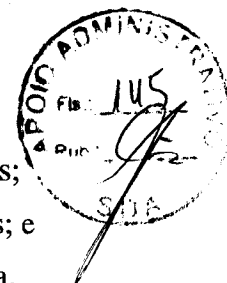
- Inadequação da infra-estrutura e da organização do quadro de pessoal das unidades de vigilância agropecuária internacional;
- Oferta insuficiente de cursos de capacitação para os Fiscais Federais Agropecuários;
- Ausência de mecanismos institucionais voltados a boa integração dos órgãos envolvidos na fiscalização em portos e aeroportos;
- Ausência de aplicação das sanções pecuniárias previstas na legislação básica que regulamenta a defesa sanitária animal e vegetal;
- Baixa eficácia dos mecanismos de divulgação das regras de trânsito internacional de produtos agropecuários; e
- Deficiências nos procedimentos de fiscalização e controle sanitários, em especial quanto ao material orgânico proveniente das áreas primárias, as bagagens de passageiros provenientes de vôos internacionais, ao lixo de bordo de aviões e navios e as embalagens de madeira.

A auditoria do TCU inicia ciclo de monitoramento externo, compreendendo avaliação do estágio de implementação das deliberações do Tribunal de Contas da União dois anos após a realização da auditoria. A metodologia adotada neste trabalho compreendeu entrevista com a coordenação nacional do Vigiaagro, pesquisa postal, análise documental e análise de documentos secundários.

A pesquisa postal realizada pelo TCU compreendeu o envio de questionário para 91 Chefes de unidades do Vigiaagro, com 43 respondentes, obtendo taxa de resposta de 47%. O objetivo da pesquisa foi comparar a percepção dos chefes das unidades sobre a situação atual com a existente à época da auditoria.

Para a realização do Primeiro Monitoramento, as deliberações do Acórdão TCU nº 1.318 foram agrupadas em sete assuntos:

- Organização e gestão da infra-estrutura das unidades de vigilância;
- Organização e gestão de recursos humanos das unidades de vigilância;
- Regulamentação e divulgação de normas para o trânsito de produtos agropecuários;
- Execução de procedimentos de inspeção sanitária;



- Descarga e destruição de resíduos sólidos em portos e aeroportos;
- Articulação institucional com autoridades de portos e aeroportos; e
- Gestão da informação, supervisão e monitoramento do programa.

Na conclusão do primeiro monitoramento, e para que se pudesse medir o grau de implementação das deliberações do Acórdão 1.318, o TCU apresentou a situação de implementação das deliberações, classificando-as em: Implementadas = 24%; Em Implementação = 12%; Parcialmente Implementadas = 20%; Não Implementadas = 39%; e Deixou de ser aplicável = 5%.

Ao final, os Auditores concluem que, transcorridos dois anos, foram adotadas providências de maneira efetiva em 56% das recomendações exaradas pelo TCU.

12 Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício

Não se aplica

13 Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

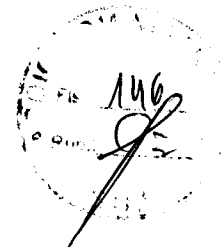
Não se aplica à UJ

14 Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão

Não se aplica

15 Informações Contábeis da Gestão

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA		130007	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2009
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8 GO



16 Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidade Afins

Não se aplica



A handwritten signature.



PLANO DE PROVIDÊNCIAS

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: 130.007 - SDA

Relatório de Auditoria nº: 224.898

1.a. Nº da Recomendação: 5.1.1.1

1.b. Recomendação: Recomendamos a Unidade a rever os controles sobre as prestações de contas de viagem e adotar mecanismos que evitem a repetição das ocorrências.

1.1. Providências a serem implementadas¹:

1.1.a. Prazo de Atendimento: 30 / 6 / 2010

1.1.b. Situação:

1.1.c. Manifestação do Gestor: - Notificação aos Departamentos proponentes das Ordens de Serviços com vistas a regularizar eventuais situações pendentes, com indicativo da necessidade de realização de recolhimento por parte dos servidores eventuais inadimplentes.

- Na reunião de Coordenação foram cobradas as ações para finalizar as pendências eventualmente ainda registradas no Sistema.

- Funcionários devendo prestação de contas de viagens são informados e ficam impedidos da realização de novas ordens de serviço.

1.1.d. Posicionamento da SFC/CGU:

2.a. Nº da Recomendação: 5.1.1.2.

2.b. Recomendação: Recomendamos que as autorizações de viagens sejam efetuadas após a comprovação da realização de pesquisa de preço e que, salvo justificativa devidamente aprovada pelo proponente, as aquisições sejam pela empresa que oferecer menor preço.

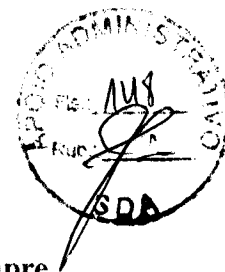
2.1. Providências a serem implementadas¹:

2.1.a. Prazo de Atendimento: 30 / 6 / 2010

2.1.b. Situação:

2.1.c. Manifestação do Gestor: O assunto foi tratado em reunião de coordenação e foi objeto de alerta aos Departamentos quanto à necessidade de melhorar o planejamento das PCDPs.

- Falhas eventuais, como ausência de anexação de pesquisa de preços podem ter ocorrido devido à morosidade no andamento das PCDP's, que seguem uma rotina no Sistema. Para as ordens de serviços nacionais são necessárias 11(onze) providências até sua finalização e para as internacionais, 13(treze) providências. Esse ritual, que é necessário, muitas vezes se traduz em alterações nos preços inicialmente pesquisados, e, quando da emissão do bilhete os preços já foram muitas vezes majorados pelas companhias aéreas.



- Os Departamentos e Coordenações foram orientados no sentido de sempre apresentarem pesquisas dos preços das passagens aéreas para realização das OS sob o menor preço e/ou justificarem eventuais necessidades que fujam a regra.

2.1.d. Posicionamento da SFC/CGU:

3.a. N° da Recomendação: 6.1.1.1

3.b. Recomendação: Recomendamos à Unidade acompanhar a execução da despesa e solicitar que as prestações de contas sejam detalhadas de forma que os valores de cada meta possam ser visualizados, conforme foi previsto no Plano de Aplicação.

3.1. Providências a serem implementadas¹:

3.1.a. Prazo de Atendimento: 31/7/2010

3.1.b. Situação:

3.1.c. Manifestação do Gestor: No âmbito da SDA, são os responsáveis pela boa e regular gestão do TCT, o Diretor do DSA e o Coordenador da CGCD/SDA, ambos designados como Diretor e Coordenador Nacional do Projeto. Como Unidade Jurisdicionada esta SDA encaminhou ao DSA a recomendação da CGU, para fins de cumprimento.

O DSA, pelo Memo nº 521 e seus anexos, já encaminhados a SFC/CGU, informou que “a execução das ações do Plano de Trabalho está sendo acompanhada...” pelo Departamento, e, informou que o “..detalhamento solicitado será apresentado à CGU na prestação de contas final do Primeiro Termo de Ajuste ao TCT MAPA OPAS/PANAFTOSA”, conforme manifestação do PANAFTOSA por seu documento referência A-1857, de 30/7/2009.

O TCT foi objeto de prorrogação até jun/2010 e novas informações ainda não foram apresentadas pela Unidade responsável pela execução do TCT.

3.1.d. Posicionamento da SFC/CGU:

4.a. N° da Recomendação: 6.1.1.2

4.b. Recomendação: Recomendamos à Unidade que adote mecanismos de controle administrativos de modo a evitar o atraso no pagamento de faturas, assim como em outros compromissos da Unidade, evitando, também, o custo com juros e encargos ou até mesmo a penalização do servidor causador dos atrasos.

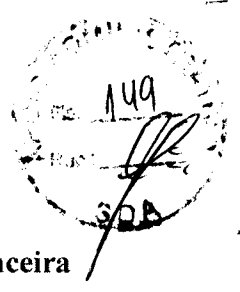
Caso haja atrasos nos atestos das unidades regionais, recomendamos à SDA o pagamento com atesto provisório, sob condições de que nas faturas seguintes, eventuais glosas possam ser realizadas.

4.1. Providências a serem implementadas¹:

4.1.a. Prazo de atendimento: Implementado

4.1.b. Situação:

4.1.c. Manifestação do Gestor: Orientações foram realizadas à Unidade da SDA responsável pela implementação de condição de pagamento, mediante a realização de medição no SIASG e Atesto da execução dos serviços prestados,



atenderem às recomendações da CGU visando disponibilizar para a Área Financeira as Notas Fiscais Faturas, antes do seu vencimento.

O Contrato que ocorreu situações de pagamentos com atraso foi rescindido em 31/12/2009.

4.1.d. Posicionamento da SFC/CGU:

5.a. N° da Recomendação: 7.1.2.1

5.b. Recomendação: Recomendamos à Unidade adotar rotinas administrativas sobre concessão de passagens para deslocamentos dos servidores, de modo a evitar quantidade relevante de cancelamentos e a reduzir os prejuízos causados à União pela ocorrência de multas.

5.1. Providências a serem implementadas¹:


5.1.a. Prazo de Atendimento: Imediato

5.1.b. Situação:

5.1.c. Manifestação do Gestor: A SDA realiza rotineiramente reunião de Coordenação, com todos os Diretores, Coordenador-Gerais e Coordenadores. Nessa ação entre outras necessidades são objeto de debates e de cobrança das Unidades a otimização dos escassos recursos da Defesa Agropecuária.

Com a constatação da CGU esta SDA cobrou dos dirigentes um melhor planejamento das ações que acarretam a emissão de Ordens de Serviços para evitar e/ou minimizar cancelamentos de viagens, e/ou, em caso de necessidades eventuais de cancelamentos, que esses sejam justificados.

5.1.d. Posicionamento da SFC/CGU:


INÁCIO AFONSO KROETZ
Secretário de Defesa Agropecuária



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade



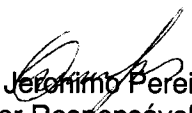
DECLARAÇÃO PLENA

Código da Unidade Gestora:	130007
Nome da Unidade Gestora:	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA
CNPJ:	00.396.895/0042-01

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas do Exercício de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2009.


Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2009, da Secretaria de Defesa Agropecuária, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

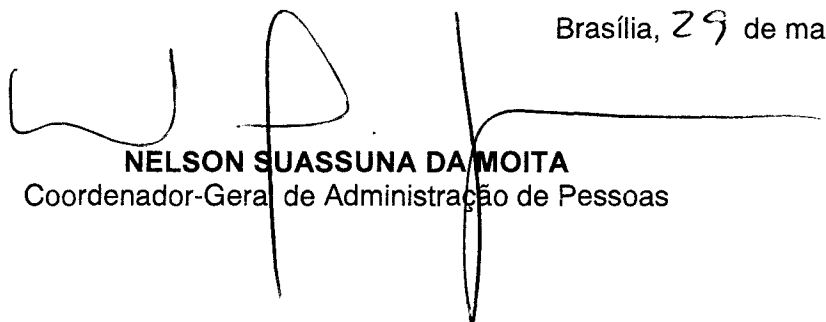
Inácio Afonso Kroetz
Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Aluisio Berbert Sathler
Ismael Ferreira Martins
Evaldo de Sousa Silva
Alberto Gomes da Silva Junior
Jamil Gomes de Sousa
Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Nelmon Oliveira da Costa
Maria Angélica Ribeiro de Oliveira
Maçao Tadano
Girabis Evangelista Ramos
Jose Geraldo Baldini Ribeiro
Abrahão Buchatsky
José Guilherme Tollstadius Leal
Marcius Ribeiro de Freitas
Oscar de Aguiar Rosa Filho
Leandro Diamantino Feijó
Marcus Vinicius Segurado Coelho
Fernando Guido Penariol
Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Jonas Bandeira da Rocha
Luis Eduardo Pacifici Rangel
Jose Neumar Francelino
Marcos Vinicius de Santana Leandro Júnior
Fernanda Marcussi Tucci
Naor Maia Luna
Beronete Barros de Freitas Araujo
Judi Maria da Nóbrega



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

Adauto Lima Rodrigues
André Felipe Carrapatoso Peralta da Silva
José Márcio de Moura Silva
Jorge Caetano Júnior
Rogéria Oliveira Conceição
Carlos Bicalho Schlottfeldt
Maria de Lourdes Viana Alves
Gutemberg Barone de Araujo Nojosa
Hideraldo José Coelho
Celda Terezinha Alarcão

Brasília, 29 de março de 2010.



NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas




Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 26 de janeiro de 2010.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CONT/SPDA/SE/MAPA